



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI- BANESPA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1.135/01	DATA: 16/10/01
INÍCIO: 15:32	TÉRMINO: 22:28	DURAÇÃO: 6:56
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 6:55	PÁGINAS: 161	QUARTOS: 42
REVISORES: GILBERTO, PATRÍCIA, ROSA ARAGÃO, CONCEIÇÃO, ELIANA, WALDECÍRIA E LIA.		
SUPERVISÃO:		
CONCATENAÇÃO: GRAÇA		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Membro da Comissão de Inquérito do Banco Central.
RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Membro da Comissão de Inquérito do Banco Central sobre o BANESPA.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções inaudíveis. Há oradores não identificados. Há palavras e expressões ininteligíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis. Foram retirados trechos da fala do Sr. Advogado do Departamento Jurídico do Banco Central, a pedido do Presidente da Comissão. A reunião é suspensa à pág. 89. Reunião de Audiência Pública suspensa à pág. 123 para a realização de reunião reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Havendo **quorum** regimental, declaro abertos os trabalhos da 8ª reunião. Tendo em vista a distribuição da cópia das atas da 6ª e da 7ª reuniões...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dispensada a leitura a pedido do Deputado Marcelo Barbieri. Em discussão as atas da 6ª e da 7ª reuniões. Não havendo quem queira discuti-las, passamos à votação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas. Fiz distribuir cópias das correspondências recebidas pela CPI, as quais encontram-se à disposição dos senhores membros da Comissão para análise na Secretaria. Comunico que o Deputado Luiz Durão deixou de fazer parte da Comissão, já que era suplente de Deputado, e o titular, Deputado Marcos Vicente, reassumiu o mandato. Ordem do Dia. Audiência pública para tomada de depoimento, na qualidade de testemunha, dos Srs. membros da Comissão de Inquérito do Banco Central do Brasil sobre o BANESPA: os Srs. Paulo Roberto Singnorette da Silva e Raimundo Augusto Costa Filho. Tendo em vista que os depoentes participam dos trabalhos na qualidade de testemunhas, os depoimentos serão tomados separadamente, em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal. Solicito que o Sr. Raimundo Augusto Costa Filho se apresente, por favor. Peço que alguém da Comissão leve-o até à Sala da Ouvidoria Parlamentar, onde deverá permanecer incomunicável até o momento da sua participação nessa reunião. Convido o Sr. Paulo Roberto Singnorette da Silva para tomar assento à mesa. Quero lembrar que esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 13, do Deputado Marcelo Barbieri, aprovado em 09 de outubro passado. Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção do Srs. presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido ao depoente será de vinte minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Cada Deputado inscrito, ao fazer suas indagações, terá direito à réplica e à tréplica, assim como terá o depoente. Esclareço que esta reunião está sendo gravada para transcrição das fitas, por isso solicito que falem ao microfone, declinando o nome quando não anunciado por esta



Presidência. Como a presente reunião destina-se à oitiva de testemunhas, solicito ao Sr. Paulo Roberto Singnorette da Silva que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito que todos fiquem de pé para ouvir o juramento.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que eu souber e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o Sr. Paulo Roberto das penas cominadas ao crime de falso testemunho previsto no Código Penal, o qual passo a ler: “Art. 342 – fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral. Pena: reclusão de um a três anos e multa. Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, a pena é reclusão de dois a seis anos e multa, e aumentam-se de um terço as penas, se o crime é praticado mediante suborno”. Com a palavra o Sr. Paulo Roberto Singnorette da Silva para fazer sua exposição até vinte minutos.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Fui nomeado membro da Comissão de Inquérito em 25 de janeiro de 95, durante as minhas férias. Além de mim, foi indicado o Sr. Antônio Carlos Verzola, Presidente; Carlos José Braz, relator; Paulo Roberto Buchain, membro, e mais tarde, Raimundo Augusto Costa Filho, membro. Sou formado em Ciências Contábeis; exerço minhas funções no Banco Central de inspetor; sou concursado como Auditor, tendo 22 anos de casa. Portanto, não sou advogado, grande conhecedor das leis. Sou aquele que apenas aponta a irregularidade. A causa do Regime Especial foi incapacidade financeira do BANESPA em honrar seus compromissos. As principais causas para a incapacidade financeira foram: concentração de créditos junto ao setor público, problemas indefinidos de crédito no setor privado e outros fatores, agência deficitária, complementação de aposentadoria, BANESERV, despesas de propaganda e restaurante do Jockey Clube. O nosso trabalho ultrapassou 11.500 folhas, sendo mais ou menos 11 folhas de anexo, cópias de pareceres, atas de reuniões, estudos técnicos, relatórios de auditoria e outros. Tivemos grande ajuda da auditoria interna do BANESPA. Por tratar-se de trabalho exaustivo de técnico, dividimos em duas



partes: análise das empresas do setor público, que ficou a cargo do Sr. Braz, e as empresas privadas e outras causas que foram divididas entre mim e o Sr. Paulo Buchain e o Sr. Raimundo. Foram selecionadas 22 empresas com possibilidade em crédito de liquidação, que se apresentavam mais ou 39% do total em crédito de liquidação. A mim coube as seguintes empresas: VASP, Mendes Júnior, Sincor, Sears, Interamericana de Navegação, Indústria e Mineradora Horizonte Novo, Grupo III, Veiga Sopave, La Reina Indústria e Comércio de Mandiocas e outras causas, ou seja, agências deficitárias. A maioria dos créditos estavam em crédito de liquidação, já estavam provisionados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor já encerrou? Passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Robson Tuma para formular as suas interpelações ao depoente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Paulo, em que circunstâncias, em que momento o senhor foi chamado para fazer parte da Comissão de Sindicância?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Foi dia 25 de janeiro, dia do meu aniversário. Eu estava em férias. Então, não tive opção de recusar. Quando eu voltei ao trabalho já estava indicado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vinte e cinco de janeiro?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Janeiro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A intervenção foi no dia 29 de dezembro. Quando se decreta a intervenção, não é obrigado, já de imediato, a Comissão de Sindicância determinar os membros da Comissão de Sindicância, determinar a sindicância no banco?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Se eu não me engano, foi indicado o Presidente e o Antonio ... e o Carlos José Braz... daí eu vim cumprimentar. Veio eu e depois veio o Raimundo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem. Mas não é uma Comissão de Sindicância? Ela não teria que ser feita pelas normas do Banco Central imediatamente, no momento da intervenção? O que entendo é: decreta-se a intervenção, sobre fulano de tal intervenção, o interventor que ... o administrador do banco, e a Comissão de Sindicância, com tais, tais, tais, tais membros. Não são essas as normas do Banco Central?



O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Essa parte eu não sei responder. Não é da minha área.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o senhor é da Comissão de Sindicância. Não sabe o que regia a Comissão de Sindicância?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, não. Eu fui indicado para trabalhar na Comissão de Sindicância, dia 25 de janeiro, foi ... Um colega ligou para minha casa e disse que fui indicado. Quando eu voltei, assumi, fui lá conversar com o Sr. Carlos Verzola...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Empréstame a cópia das leis aí, por favor. Dá lá para o nosso Assessor Jurídico, eu queria....

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É. Tem as leis aí — não tem? — que eu recebi daquele dia do primeiro depoente? Eu tenho. É naquele Dá lá para ele. Dá uma olhadinha como é que é a intervenção. Decreta-se a intervenção e nomeia-se imediatamente.... Do Processo de Intervenção. Você tem ela aí? Empréstame aqui um minutinho. Em que momento entra a Comissão de Sindicância? Aonde trata da Comissão de Sindicância? É muito estanho entrar um mês depois.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Eu simplesmente cumpri ordem. Fui indicado por um ato...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quem chamou o senhor para fazer parte?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Foi um ato do Presidente do Banco Central.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas ninguém conversou, o senhor leu no jornal?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Eu estava de férias, em casa, e recebi notícia que tinha sido indicado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem deu a notícia?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Foi um colega...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não vai agora aqui ... Não, espera aí.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, eu estava de férias...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O colega ligou: “Pô, você viu? porque eu leio todos os dias o Diário Oficial, o senhor viu o que saiu do seu nome?”

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, quando...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Isso é gozação. O senhor me fala qual o problema do fulano de tal ter ligado para o senhor, convidado o senhor para conversar e falou: “Olha, tem uma missão importante do banco e o senhor vai ter que cancelar suas férias porque tem que assumir a Comissão de Sindicância...”

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA - Eu não cancelei as minhas férias. Depois que acabou minhas férias que eu ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem comunicou o senhor? Eu quero saber o que aconteceu nessa Comissão de Sindicância que se tem tanto medo de me dizer as irregularidades e o que aconteceu. Qual é o crime de alguém telefonar para o senhor, da Diretoria do Banco Central, o Ministro, seja quem for, o seu irmão, seja quem for, para lhe comunicar oficialmente que o senhor faz parte de uma Comissão de Sindicância?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, se eu falar da pessoa, eu estou mentindo, eu não lembro da pessoa. Eu sei que eu estava em Casa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, o senhor está brincando comigo. Desse jeito eu não continuo depoimento, porque para mim o senhor já ferindo a lei que inclusive o Presidente acabou de ler.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA - Isso aconteceu há seis anos atrás.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor me desculpe, quantas intervenções o senhor fez parte da Comissão de Sindicância?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Foi essa única, a primeira e última.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, o senhor me desculpe. O Banco BANESPA era o menor do País ou era o maior?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, não, era o maior.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor vai me desculpar, mas é um fato que o senhor devia ter orgulho de ter sido escolhido entre tantos funcionários do



Banco Central para fazer parte de uma Comissão, de um banco tão importante quanto o BANESPA a ponto de o senhor jamais esquecer as circunstâncias em que o senhor foi convidado para participar dessa comissão. O senhor me desculpe, não aceito a resposta de que o senhor não se lembre. Peço até para o Presidente suspender a sessão por dois minutos, que é para ver se você se lembra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - O senhor quer tentar se lembrar?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA - Se eu for falar, eu estou chutando o nome ... e não é.... com todo respeito... acho que não é importante.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor está dizendo aqui fora do microfone que o senhor acha que não é importante. Não é importante para o senhor, para mim é importante. O senhor não sabe qual a linha de raciocínio, não é o senhor que está apurando ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Se eu falar uma pessoa, eu estou falando uma coisa que não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu... o senhor ... entrou na Comissão ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Dia 25.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Já estava em andamento a Comissão?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Já. Já estava em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Normalmente quantos membros são designados para essa comissão?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Aí depende ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Normalmente não são três?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – É, são três, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas no caso do BANESPA foram ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Que era um caso especial.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eram três e aí chamaram mais dois?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E o senhor foi um deles?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Eu fui o terceiro... quarto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O quarto a ser chamado.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – O Sr. Raimundo, que seria o próximo, seria o quinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) — O quinto.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Então para mim foi uma surpresa. Eu estava na minha casa ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim, e quem teria ligado para o senhor? Que é a pergunta do Relator. O senhor faça um esforço, o senhor fique tranqüilo, tenha toda a paciência do mundo, nós estamos com calma aqui ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Eu sei. Mas a única coisa aqui que eu não lembro. Se falar uma pessoa, eu ... É difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas normalmente como é que se faz essa convocação pelo Banco Central?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – O caso é o seguinte: Eu estava de férias, estava na minha casa, e alguém ligou para mim e falou: “Sr. Paulo, o senhor foi indicado”. Mas assim, extra-oficial, não foi oficialmente. Quando eu voltei para o Banco Central, acabou as minhas férias, cheguei para o meu chefe, que seria o Sr. Abdiel, e perguntei para ele: “Por que fui indicado?” Ele falou: “Não, caso é o seguinte: a gente precisaria de alguém que conhecesse o BANESPA”. Porque eu fiscalizei o BANESPA há uns seis anos atrás, oito anos atrás. Só que ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor tinha fiscalizado o BANESPA ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Já, há uns seis, oito...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Seis, oito anos...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Seis, oito, dez anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Isso aí foi. E eu seria indicado assim, não como membro da comissão, seria uma pessoa para auxiliar a comissão. Ele até se desculpou, falou: “Paulo, se eu soubesse que você seria um membro, até teria perguntado para você alguma coisa, se você queria ou não queria”. Porque lá é praxe perguntar se a pessoa quer, se... problema de férias também, se tem alguma afinidade, às vezes pode ter um ... não conhecer a instituição, então foi isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Então, se não houve um parte oficial...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, um esclarecimento importante. O senhor falou que participou de fiscalizações do BANESPA, falou há seis, oito, ou dez anos...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Dez anos atrás.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Durante esse período ou participou de uma fiscalização dez anos antes ou oito anos antes, ou seis anos antes e depois não mais participou?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – É. Eu participei há uns dez anos de depois não voltei mais. Porque lá a gente trabalha em equipe. Tinha um supervisor que cuidava daqueles bancos. Então, ficava naquela equipe. Daí trocava de equipe, trocava de bancos. Então a minha área, uma época, foi o BANESPA, foi a Caixa Econômica Estadual...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ou seja, durante dez anos não teve mais contato nenhum com o BANESPA?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mais ou menos dez anos?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Mais ou menos. Depois fui para o Itaú, BRADESCO.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Depois não teve mais contato?



O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ainda assim foi designado por ter conhecimento?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – É porque, dependendo da ocasião, às vezes falta pessoas no Banco Central. Nós temos bastante funcionários e às vezes falta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Isso nós sabemos. De fato, o quadro do Banco Central está muito debilitado há muito tempo. Agora, uma pessoa foi escolhida por ter tido contato dez anos antes num setor dinâmico como o setor financeiro?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Aí não cabe a mim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Apenas a justificativa que o senhor deu foi essa, portanto eu queria saber ... Acho que é uma informação importante.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Aí caberia talvez ao Presidente da Comissão, o Sr. Verzola, se ele me escolheu porque ele achava que eu era competente ou era um dos que conhecia. Ou o Presidente do Banco Central. Isso eu não...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A designação cabe ao Presidente da Comissão de Inquérito?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, ao Presidente do Banco Central.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O Presidente do Banco Central. O senhor sabe a...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Quer dizer... alguma pessoa, quer dizer, sugere o nome. Então cabe a ele.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor trabalhava na Delegacia Regional de São Paulo?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – De São Paulo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor sabe por que, ou melhor, quem designou, abaixo do Presidente do Banco Central, quem o escolheu? Porque, evidentemente, o Presidente do Banco Central não conhece a todos e a



maioria dos Presidentes vêm de fora para o banco. O senhor sabe quem que o indicou ao Presidente do Central para participar dessa Comissão?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Ah, fica meio difícil.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor não sabe?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, a única coisa que eu fique sabendo é que meu chefe alegou isso aí: que eu seria um auxiliar, não seria um membro da Comissão. E quando eu cheguei lá, o meu nome já estava indicado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Como membro?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Como membro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O Presidente da Comissão de Sindicância veio aqui e eu perguntei exatamente a mesma coisa para ele. Ele me falou: fui chamado na Regional de São Paulo, o Delegado Regional, numa reunião que estava eu, fulano, sicrano, sicrano, sicrano, fui comunicado. Perguntei ao interventor do BANESPA, ele me disse: foi o Dr. Pêrsio Arida, se não me engano, que era o Presidente do Banco Central naquele momento.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – O Presidente era o Malan. Pêrsio Arida foi em 95.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O interventor, ontem aqui... foi o Malan... não eu não me lembro quem ele falou... mas ele deu a resposta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Só para um esclarecimento. Quem decretou a intervenção foi o Pedro Malan. Mas do dia 1º de janeiro assumiu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Já era o Pêrsio Arida

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, foi isso que Ele virou imediatamente e disse que foi a ligação dele com o Pêrsio Arida, que ele foi indicado, não foi isso? Eu venho e faço a mesma pergunta para o senhor e o senhor se nega a responder, dizendo que não lembra.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Mas o Presidente...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor está nervoso? Eu estou vendo que o senhor está meio trêmulo. Se o senhor estiver, eu suspendo a sessão.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, mas é claro...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu quero que o senhor fique tranqüilo.



O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Mas o caso é o seguinte...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não quero que o senhor...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Geralmente o Presidente é um cargo acima do Relator e do membro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então o senhor concorda comigo que seria muito complicado eu convocar o senhor para uma missão tão importante sem ter uma reunião antes.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Mas não houve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não houve?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É um ato de profunda irresponsabilidade do Banco Central.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Então, eu fico surpreso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu também fico surpreso.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, se perguntasse para mim, se eu quisesse alguma coisa, eu ia falar que não ter...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor disse que depois do senhor ainda foi nomeado mais um.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, não, foi a primeira, a primeira e última.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, não, que a Comissão de Sindicância foi formada primeiro pelo Presidente e mais um. Depois foram chamados ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Eu e depois o Sr. Raimundo, que seria o próximo depoente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora, o senhor já fazia parte. Por que chamaram o Sr. Raimundo depois?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Eu penso que foi por ter muito serviço, mas aí caberia também ao Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem nomeia é o Presidente do Banco Central?



O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Eu, eu acho que, ouvindo o Presidente ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas quem assina ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – É o Presidente do Banco Central.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor sabe que ... O senhor disse que não é um advogado conhecedor de leis. Mas, obviamente, as normas que regem onde o senhor trabalha, o mínimo que se tem que fazer, nem que você não conheça todas a fundo, o senhor tem uma boa noção. A lei determina que, imediatamente após assumir ... o banco estar em intervenção, tem que ser feito imediatamente o balanço, certo? Eu queria que o senhor ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA - Certo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que não foi feito o balanço do BANESPA?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Quem poderia responder isso para você seria os diretores do BANESPA.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o senhor como membro da Comissão de Sindicância tinha obrigação de alertar de não estar sendo feito o balanço. Por que não foi feito o balanço?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Foi feito várias cartas para o Presidente do Banco Central a respeito do balanço. Nós estávamos precisando do balanço para fechar um serviço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem fez essas cartas?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Foi o nosso Presidente, o Sr. Verzola.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor tem cópia delas? As respostas, quais eram? E a resposta? O senhor sabe qual ... os senhores receberam alguma resposta?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, do Banco Central, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nunca, nenhuma resposta?



O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não. A gente cobrava o Presidente do BANESPA e mandava a cópia para o Presidente do Banco Central.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E nenhum dos dois retornavam?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Só houve na última carta, que quando o Banco Central recomendou que transferisse para a CL. Daí o Presidente... o Sr. Feitosa, que era ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Transferisse para quê?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Para a CL, as operações do Governo, crédito em liquidação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Isso foi uma ordem vinda de cima?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, o Banco Central orientou que ele poderia nessa, por causa da lei ... da Resolução 1.748, a critério do Banco Central, o Banco Central poderia orientar se são para transferir...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando aconteceu isso?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Isso foi bem no finzinho do relatório, mais ou menos em 17 de agosto, se não me engano.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Os senhores, na Comissão de Sindicância, não fizeram um balanço paralelo para saber exatamente qual era a situação do banco, a fim de saber realmente quais eram os pontos que a Comissão de sindicância teria que apontar como irregulares?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, a idéia nossa era acompanhar com.... pela lei... acompanhar o que a Diretoria do BANESPA...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas para que serve a Comissão de Sindicância se ela ia fazer....

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Para apurar as causas e as pessoas envolvidas...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas se o senhor está me dizendo que ia acompanhar a Presidência do banco, para que ela existiria? Porque eu entendo ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Seria o seguinte: para transferir para crédito de liquidação caberia o Banco Central recomendar ao BANESPA ou o próprio BANESPA tomar providência e transferir para CL. Nós não podemos fazer nada.



O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu acho que o Relator está conduzindo muito bem. Eu queria fazer uma pergunta que eu acho muito pertinente. Quando vocês foram nomeados, participantes dessa Comissão, ninguém disse qual era a função de vocês? Qual era a tarefa? Porque pela sua resposta parece que vocês estavam lá para cumprir ordens da Diretoria e que vocês fariam o que eles mandassem. Mas não havia nenhuma orientação: “olha, vocês têm que fazer isso, isso, isso, aquilo”, até para, se necessário, em algum momento, dar um parecer contrário àquele que os diretores do Banco Central estavam orientando?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, a nossa... A comissão é independente. Então não recebe ordens de ninguém, é independente.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Então o senhor tem que saber o que tem que fazer?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Sei.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Eles disseram qual era a sua
...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Nós dividimos lá... A minha parte, como já falei no começo, foi as empresas privadas. Foi a VASP, que foi minha parte, eu mais uns colegas. Essa parte do Governo, do Governo em si, foi o Sr. Carlos Braz, que foi o problema do ARO, a dívida do Governo. Então a minha parte que eu fiz lá, a minha parte: eu fui para o BANESPA, com auditoria interna, pegamos os relatórios e relatei as operações. E foram oito operações. O meu serviço foi esse que eu fiz.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Entendi. Não havia ingerência, então, por parte ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, não haveria.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor está dizendo que não houve ingerência, que eram autônomos. Se eram autônomos porque tinham que seguir a administração do banco? Para mim são duas coisas absolutamente distintas. Porque se fossem idênticas seriam desnecessárias de existir.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Porque não cabe à Comissão em fazer ajuste.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas cabe à Comissão apurar os erros, as falhas e dar à administração sob intervenção ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – A maioria das operações...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... os caminhos e não o contrário.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – A maioria das operações que nós analisamos estava tudo já provisionado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando o senhor, por exemplo, perguntava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Um minuto...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Estava tudo provisionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Estavam todas provisionadas?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Estava a VASP, a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Todas provisionadas e já lançadas ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Já lançadas

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ...portanto, no balancete de 30 de novembro?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Estavam todas provisionadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Todas provisionadas. Todas elas eram objeto de cobrança por parte do banco?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Isso é importante, porque, se elas estavam provisionadas...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Eu... eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor não se recorda?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, não me recordo. Sei que algumas, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Algumas sim?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Algumas sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Por exemplo, a VASP, que o senhor citou?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Sim. A VASP sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Estava sendo objeto de cobrança por parte do banco?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Estava sendo. A VASP é tranqüila.

O SR. DEPUTADO JOÃO EDUARDO DADO – Sr. Relator, Só para contribuir com o esclarecimento dos fatos, eu gostaria de perguntar ao Dr. Paulo Roberto se, na sua avaliação, as normas do BACEN que tratam da intervenção do Regime de Administração Especial Temporária foram cumpridas pela Comissão designada pelo Banco Central. Literalmente, analisando a resolução do Banco Central, se foram cumpridos todos os atos previstos na resolução do Banco Central num Regime de Administração Temporária?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Eu entendo que sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO EDUARDO DADO – Isso faz parte de um relatório onde há elucidação de item por item e o ...

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – O balanço não foi apresentado porque o Dr. Quércia entrou com uma liminar e proibiu que apresentasse o balanço. Então... nós temos até uma carta aqui que mostro para o senhor ... Então, está por liminar, e foi publicado esse balanço, se eu não me engano, depois de uns dois, três anos... Nem sei se foi publicado também.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – É porque na verdade teve uma alteração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Vamos seguir a ordem. A palavra continua com o Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vamos lá. Então o senhor, não satisfeito que o balanço não era apresentado, simplesmente enviaram cartas ao interventor e com cópias ao Presidente do Banco Central. Ao Ministro também?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ao Presidente do Banco Central?



O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Ao Presidente do Banco Central.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E não tinham nenhuma resposta?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Só tivemos quando foi no dia 17...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Dezessete de?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Agosto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ou seja, oito meses após a intervenção.

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Oito meses após a intervenção.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não acha ... Quando que a Comissão de Sindicância estava preparada já para apresentar os seus resultados?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Acho que faltava, se eu não me engano, acho que uns cinco ou seis dias, que seria o prazo fatal.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, tudo bem. Mas o senhor não entendeu a minha pergunta. Quanto tempo a Comissão de Sindicância aguardou o balanço?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Foi do dia ... foi até o dia 17 de ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, mas quanto tempo ela aguardou? Que foi até o dia do balanço, é claro. Agora, quando ela já poderia ter apresentado seu relatório? Se tivesse encaminhado, por exemplo, o balanço no dia 15 de janeiro, no dia 30 de janeiro, no 05 de fevereiro, já poderia ter apresentado?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – É que nós temos noventa, mais trinta, então nós estendemos geralmente porque é um banco grande.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Os senhores foram estendendo exatamente porque não tinham o balanço?

O SR. PAULO ROBERTO SINGNORETTE DA SILVA – Não, era um banco grande. O senhor vê que foi quase onze mil folhas, deu sessenta volumes, foi um dos maiores relatórios de Comissão de Inquérito...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o senhor está dizendo aqui uma coisa que não bate. O senhor está dizendo que só não apresentou antes porque



estava faltando o balanço que eles não apresentaram. Quando foi a primeira carta pedindo o balanço?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Foi dia 4 de maio.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deixa ele responder.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Dia 4 de maio.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tem certeza de que foi isso? Dá uma olhada. Porque se o senhor me der a resposta errada, foi ficar bravo com o senhor, não foi ficar com ele.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Quatro de maio.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, supondo que realmente a primeira tenha sido dia 4 de maio. Foram 90 dias antes do dia 17. Pouco mais de 90 dias. Foram 103 dias. O senhor manda... A Comissão manda uma carta dizendo: “escuta, nós estamos prontos aqui, cadê o balanço?” E o senhor me diz que não tem nada, que não esperou nada.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, que encaminhou a carta foi o Presidente, o Sr. Antonio Carlos Verzola.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Escuta, quando o Presidente da Comissão assina, ele assina em nome de todos. Os senhores estão aqui com um medo absolutamente desnecessário. “Não, quem assinou a carta foi o Presidente”. Qual a diferença se tivesse sido o senhor?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, eu poderia...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O erro foi que ele tinha que ter pedido desde o dia 1º de janeiro, porque era obrigação e mandado pela lei.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, eu poderia, eu podia, eu poderia...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O erro é que demorou cinco meses para pedir o balanço.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu poderia, que eu estava...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas não importa. Como é que o senhor diz para mim que não aguardaram. É claro que aguardaram, pelo menos três meses. Agora, para a ponto de ter que encaminhar uma carta para documentar uma



coisa que poderia subir um andar, ou ir na sala ao lado — sei lá como funcionava o BANESPA, porque nunca entrei no Banco BANESPA. Nunca.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu ficava na Agência BANESPA na Patriarca...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pelo que eu me lembre nunca. O senhor só era de colo e...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Na Patriarca.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que então se demorou 90 dias? O senhor está dizendo que não demorou nada. Claro que demorou. Se mandou a carta no dia 4 de maio e só ficou pronta no dia 17 de agosto, a Comissão de Sindicância, dizendo na carta que estava só aguardando... Por que aceitaram esperar 103 dias para receber o balanço e fechar a Comissão de Sindicância? Por que não fecharam a Comissão de Sindicância sem o balanço? Quem determinou que se aguardasse?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É que nós tínhamos vários serviços para fazer. Não era só o problema de balanço. Havia as empresas privadas, que eu estava analisando, havia a parte do Jóquei, a parte do Baneser. São vários trabalhos. Não daria para fechar de uma vez só.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor me desculpa, mas eu vou ser obrigado a pedir uma acareação entre o senhor e o Presidente da Comissão.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não vou ter solução, porque ele me falou uma coisa e o senhor falou outra. Ele falou que aguardou para fechar — se eu tiver errado aqui, por favor alguém recupere a minha memória. “Nós aguardamos vários vezes — e insisti — porque para fechar a Comissão de Sindicância faltava o balanço. Se tivessem apresentado o balanço anteriormente, eu também teria fechado o relatório da Comissão de Sindicância anteriormente”. Não foi isso que ele disse aqui? E o senhor vem me dizer que não, que tinha... Então, não estou entendendo a história.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, aí ele é o Presidente. Foi assim, ele que tomou a iniciativa. Ele conversava com o Presidente do BANESPA, ele conversava com...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então todos os erros é culpa dele? O senhor não tem erro nenhum. O senhor fazia parte da Comissão, mas não tinha sequer as...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, eu não posso afirmar isso aí.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, o senhor está entendendo. O senhor está numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui existem vários Parlamentares. Isso aqui não é uma brincadeira de casa, um jogo de fim de semana com os filhos.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, o que eu falei para o senhor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor tem que respeitar, o senhor tem que falar a verdade.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, é o que eu falei para o senhor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Porque se o senhor não falar a verdade, o senhor vai ter problemas sérios.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, o que eu falei para o senhor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se o senhor não quiser ajudar, o senhor avise: “Eu vou quieto, eu não posso responder”. O senhor não pode ficar quieto. O senhor tem o direito de dizer o seguinte: “Eu não vou responder, porque essa resposta pode me incriminar”. O senhor tem direito legal de, com essa resposta, não dizer mais absolutamente nada. O senhor quer permanecer calado, porque as respostas podem incriminar o senhor?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, o senhor me responda o que eu estou lhe perguntando.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Como eu falei para o senhor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quanto tempo a Comissão de Sindicância aguardou o balanço do banco?



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Como eu falei para o senhor, eu fiz as empresas privadas: a VASP... Então, eu fui lá para o BANESPA, e o BANESPA...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu vou tentar explicar para o senhor, porque o senhor está me dando trinta vezes a mesma resposta. E eu já não aceitei essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sr. Relator, só um dado. O senhor assinou o relatório?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Assinei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, o senhor é responsável por tudo que está dentro do relatório. O senhor é co-responsável.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Está certo? Isso é bom ficar bem claro ao senhor, que o senhor é co-responsável por tudo que está dentro do relatório.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Embora o senhor tenha só examinado oito operações...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Tudo o que o senhor assinou.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, por essa razão que o Relator está, está... Por que a Comissão nunca se reuniu? Ficava cada um num canto e mandava os documentos. E alguém juntava e depois deram para o senhor, e o senhor assinou sem ler?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Eu falei para o senhor, eu fiz as empresas não financeiras. Nós vínhamos fazendo os dossiês, e ia já anexando, fazendo... e mandava alguns para o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas quando eram anexados, existia uma reunião da Comissão de Sindicância. “Olha, eu estou fazendo isso nessa empresa, porque aconteceu, ah deixa eu ver, olha lá, junta desse jeito...”



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, nós selecionamos as empresas. Foram selecionadas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem, no caso das empresas, eu vou entrar daqui um pouco. Eu estou separando esse relatório, do antes da intervenção, durante a intervenção e depois, porque senão vai dar uma confusão para todo o mundo. Eu estou antes perguntando o seguinte. Não teve o balanço. Eu estou querendo saber por que não teve o balanço, porque esse é um aspecto extremamente importante. E o senhor está fugindo das minhas perguntas com respostas dizendo: “eu só fiz isso, eu só fiz isso, eu só fiz isso”.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, porque, oficialmente, que eu sei, oficialmente, foi essa primeira carta, oficialmente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nessa primeira carta, a Comissão de Sindicância já tinha feito o seu trabalho, o que ela precisava era...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não tinha terminado ainda.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, o Presidente da Comissão de Sindicância, Dr. Verzola, mentiu para a CPI?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não posso falar nada disso aí.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vamos ser aqui inteligentes. Já estava pronto. Estávamos aguardando o balanço do banco. Depois de ter cobrado, encaminhei ao Presidente do Conselho, para que o Conselho encaminhasse. Depois de insistir algumas vezes, falei com o procurador, que me disse que era para a Comissão de Sindicância apresentar o balanço. E eu disse que não o faria, porque não era de minha responsabilidade.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Foi essa a resposta dada pelo Presidente da Comissão de Sindicância.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se não exatamente com as mesmas palavras, com o mesmo intuito.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo com isso aí.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, a pergunta que eu faço para o senhor é: quanto tempo a Comissão de Sindicância aguardou para concluir o seu relatório, o balanço do banco?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Porque, oficialmente, essa foi a primeira carta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nessa primeira carta, então, a Comissão de Sindicância já estava podendo apresentar o relatório. O que ela precisava era do balanço para fazer as conclusões do relatório. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Nós tínhamos mais serviço para fazer.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quais eram os serviços que faltavam?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Estavam analisando as empresas privadas, agências deficitárias, o Jóquei, Baneser... Então, eram vários serviços, não era um só. Como posso falar com V.Exa.? Era um trabalho volumoso, e você tem que...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que então já estavam cobrando o balanço?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Porque a gente precisava do balanço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Para quê?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Por que uma hora nós tínhamos de fechar o serviço. E só viu o balanço...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Que o senhor aguardasse e só cobrasse por escrito no momento em que o senhor ia fechar o serviço.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ou o senhor estava cobrando porque o Presidente do Conselho, que tinha assumido a intervenção, tinha prevaricado, já tinha que ter feito o balanço há muito tempo atrás?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não sei essa parte.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, tem que dar uma resposta. Não é não sei. O senhor sabe, o senhor estava lá, o senhor assinou, enfim...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Quando chegou uma época, que foi dia 4 do 5, que nós vínhamos que estavam já em caminho de fechar o



relatório, que precisaria dessa parte... Porque houve três fases lá: houve a parte, voltando novamente, das empresas privadas e houve a parte do aro e houve o fechamento do balanço, que seria analisar conta por conta. E quando entregassem o balanço para nós, nós analisaríamos as contas. Isso é demorado, não se faz de uma hora para outra. É demorado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Balanço é algo obscuro que ainda vamos voltar.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O.k.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não estou pulando, porque estou satisfeito.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas é porque eu acho que todos têm medo da resposta. O senhor pode me dizer exatamente o que aconteceu na reunião do dia 7 de agosto de 1995 na sede do Banco Central em São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Houve essa reunião?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Houve várias reuniões de trabalho com a Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a Diretoria? Isso é importante.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Com a Diretoria do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Houve várias reuniões de trabalho. Mas a Comissão não é independente? Como é que ela fazia as reuniões com a Diretoria do Banco Central?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Essa parte, nós fazemos reunir para cobrar do Banco Central um posicionamento em relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, e essa reunião do 7 de agosto, ela aconteceu?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Um posicionamento em relação ao quê?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – As operações do Estados, que dependeriam de o Banco Central falar para o BANESPA: transfere ou não transfere.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que é a Comissão de Sindicância? A Comissão de Inquérito? O que faz ela? Se ela tinha que, a todos os momentos, ficar perguntando na Diretoria do Banco Central o que fazer....

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nós não estávamos falando em fazer...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que ela deveria existir?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nós não estávamos falando em fazer, nós estávamos pedindo uma posição sobre os créditos do Estado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas o Banco Central não tinha que dar posição nenhuma. Eram os senhores que estavam ali que tinham obrigação de dizer o que era certo, o que era errado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nós não...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não tinham que ouvir diretrizes de ninguém.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nós não podíamos fazer ajuste...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ou eu estou errado? Não entendo disso.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se nós quiséssemos fazer ajustes...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou aprendendo. Por favor, não me ensine errado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA –... quem estaria aqui na situação de réu seríamos nós. Nós estaríamos como réus aqui. Então, nós acompanhamos o Banco Central...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, quer dizer que então o senhor acha que como réu tem que estar é a Diretoria do Banco Central que mandou fazer o ajuste, pela resposta que o senhor deu agora.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Quem mandou transferir, orientou o BANESPA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Foi a Diretoria do Banco Central.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Do Banco Central.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E o senhor disse que se os senhores tivessem feito isso...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Feito o ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Os senhores estaria na posição de réu?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – De réu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, quem tem de estar na posição de réu é a Diretoria do Banco Central, na sua opinião. É isso? Sim ou não?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O caso é o seguinte: se nós fizéssemos um ajuste...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não. Sim ou não?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se nós — nós — fizéssemos um ajuste, nós seríamos o réu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, por que? Por que o senhor acha que não foi correto o ajuste feito?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, o Banco Central, pela ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não é isso que eu estou perguntando, porque se tiver tudo certo, isso não teria réu.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, o Banco Central, pela resolução, ele poderia mandar o BANESPA fazer a coisa porque estava sendo renegociada... Poderia. Está dentro da resolução. O senhor vê que é tranquilo. Poderia. Agora, isso aí ficou a critério da Diretoria do Banco Central.

O SR. DEPUTADO KINCAS MATTOS – Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOÃO EDUARDO DADO – Só para colaborar. A resolução do Banco Central de intervenção de liquidação ou não permitiria que houvesse os ajustes por parte do BANESPA, é isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Uma resolução do Banco Central não porque de CL, se está em atraso para transferir operações do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Kincas.



O SR. DEPUTADO KINCAS MATTOS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, aparenta assim que ele participou, mas ele não tem, assim, conhecimento das causas todas. A impressão que se tem assim a grosso modo é que o Paulo Roberto — é seu nome — é uma pessoa usada por alguém. Eu acho que há figuras maiores que têm que ser convocadas, porque ele não sabe. Eu acho que ele assinou coisas que ele não fez. O papel dele era um, ele fez duas ou três, assinou trinta ou quarenta, e está aí sendo responsabilizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ele pode responder isso para nós, Deputado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É porque o relatório, como eu falei, o relatório teve quase seiscentas páginas. Tinha onze mil anexos. Eu fiz as empresas privadas, que foram VASP... Treze.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Oito.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Oito, e mais as agências deficitárias. Então juntamos essa parte, o outro colega fez a parte do Governo, os outros dois... Nós juntamos e assinamos. Não tinha jeito de eu fazer tudo. Ou um fazer. A gente trabalha em equipe. Só que assina tudo, cada. A gente é responsável. Isso é tranquilo. A gente trabalha em equipe. A gente é lá tudo amigo. Trabalhamos juntos. Não há jeito de eu fazer tudo sozinho. Eu fiz uma parte, o Sr. Raimundo fez outra parte, o Sr. Buchaim outra parte, o outro fez a parte do Governo, que foi o Sr. Braz, que analisou a parte do Governo e foi o relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E a conclusão? Quem é que fez? Porque tem uma conclusão.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – A conclusão, nessa parte aí, foi feita pelo Sr. Braz e foi para o Sr. Verzola, que ele é o relator e o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quer dizer que as conclusões do inquérito foram feitas por eles?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Foram feitas pelos dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O Sr. Relator continua com a palavra.



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Porque nós somos simples membros. Quer dizer, fizemos uma parte. Essa parte das empresas privadas é tranqüilo. Isso aí eu respondo, eu....

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem participava dessas reuniões?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Geralmente era o Sr. Verzola, o Sr. Brás, eventualmente o Sr. Buchaim, eu e o Sr. Raimundo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E do Banco Central?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Teve reuniões de que participaram o Sr. Mauch, o outro, esqueci-me do nome, o Alkimar. Não me recordo se o Sr. Loyola participou.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se o senhor?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Loyola, Presidente àquela época.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quantas vezes houve essas reuniões nas quais participaram...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Geralmente é no Banco Central mesmo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Aqui em Brasília ou lá em São Paulo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Lá em São Paulo. Eles iam lá.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quantas vezes eles houve essa reunião em que os três estiveram?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Acho que umas duas vezes, eu não me lembro não. Mais de uma foi. Foi umas duas vezes, eu não me lembro, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Em quais épocas eram essas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só para esclarecer, Sr. Relator, porque nós temos dois Loiolas, certo? Gustavo Loyola e Manoel Loiola.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O Presidente, eu não tenho certeza, mas o Loiola com “i”, que seria o procurador, ele participou acho que duas vezes, que houve reunião separada com ele. Sei que houve reunião, houve.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Reunião separada com ele. Mas o Loyola Presidente...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não tenho certeza. Eu sei que o Sr. Mauch e Alkimar é tranqüilo. Isso é tranqüilo. Isso aí...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como é que o senhor não ia lembrar se o Presidente esteve. O senhor pode não estar querendo dar certeza, mas que o senhor lembra, o senhor lembra. Agora, qual é a razão de dizer se ele estava, qual é a razão de não dizer que ele estava?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É que eu fico... fica difícil, eu não...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Uma reunião tão natural.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Há pessoas que numa reunião, você marca a pessoa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o Presidente, o senhor não marcou?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, eu sei, mas eu sou um funcionário de carreira.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por isso mesmo, que o senhor quando estivesse reunido com o Presidente, é uma coisa para se lembrar. Não é isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu sei que uma...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se tenho reunião com o Presidente da República vou me lembrar, porque estou com o Presidente da República...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu sei que uma vez... Eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Uma reunião com o Presidente da República eu me lembro, porque eu estou com Presidente da República. Um funcionário de uma empresa estar com o Presidente da empresa ele se enobrece. É natural que ele se lembre às vezes que esteve com ele. A não ser que esteja com ele todo dia a toda hora.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É quase certeza que ele passou uma vez. Mas afirmar categoricamente, eu posso estar enganado.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor sabe que pelo menos uma vez, o senhor não sabe se mais, pela resposta que acabou de me dar. Também não vejo qual é o crime de o Presidente do Banco Central participar de uma reunião.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É que às vezes não lembro. Se não lembro não posso falar disso aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Relator, uma pergunta para o depoente. Antes desta audiência o senhor participou de alguma reunião no Banco Central para orientar o seu depoimento nessa reunião?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E depois, na reunião do dia 7 de agosto, quando foram apresentados os trabalhos da Comissão, quem estava presente? Houve essa reunião no dia 7 de agosto? Se houve, quem estava presente? Se não houve, tudo bem.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Houve reuniões. Não me lembro se foi dia 7.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Um minutinho, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Gostaria só de lembrar ao depoente que numa das páginas do inquérito consta a realização da reunião no dia 7 de agosto. Então, só para facilitar, e a gente ganhar tempo, inclusive.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem. Pode ser que ele tenha se enganado na hora do relatório e não foi dia 7. É importante.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tá certo. Tá. Houve. Que houve a reunião houve.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem, o senhor não tem certeza.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Agora, o dia eu não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quem estava nessa reunião?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Na reunião que eu falei para o senhor que participei, né?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não. Não, estou dizendo nas outras que o senhor disse. Estou dizendo especificamente nessa, na qual a Comissão ia apresentar seu trabalho final. Quem estava lá para ouvir o trabalho final da



Comissão? É claro, além de todos da Comissão, que é óbvio que estavam, quem da Diretoria ou da Regional São Paulo, quem mais estava lá?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu sei que houve reunião. Se foi no dia 7 eu não posso afirmar, porque não me lembro. Eu sei que houve reuniões, nas quais estive presente, em que estava o Sr. Alkimar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem, das reuniões que houve, eu sei. Esquece o dia 7, pronto. Dial tal, dia xis. Teve um dia que estava pronto o relatório que foi ser apresentado, certo? Para quem os senhores apresentaram o relatório final.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O relatório final não foi apresentado. É... Nós fechamos e mandamos para Brasília. Não houve apresentação do relatório final, que eu me recorde, para alguém. Não houve.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, essas reuniões foi para se tratar do relatório e não para ouvir o relatório final da Comissão. Era isso que eu queria.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. As reuniões que houve eram cobrança do balanço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Escuta, não entendi. Então o Presidente do Banco Central vinha, vinham os diretores do Banco Central para cobrar o balanço de vocês, se não eram vocês os responsáveis pelo balanço. O senhor tome cuidado com o que o senhor está falando, o senhor pense, o senhor mude, porque o senhor vai ser acusado de estar mentindo e atrapalhando os trabalhos das Comissão.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE – Concordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, por favor. Vou dar oportunidade para o senhor rever o que o senhor falou para mim agora. As reuniões eram para que? Eram para cobrar o balanço dos senhores ou eram para tratar do relatório.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – As reuniões que nós fazíamos, a nosso pedido, com a Diretoria, era para a gente tomar posição do balanço, que seria se aquelas operações do Governo seria transferido ou não. O que seria do Banco Central.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E o Presidente do Banco Central participava dessas reuniões com os diretores, não era nada para tratar de assunto de sindicância? Vocês chamavam eles para tratar de um assunto que não tinha nada a ver com vocês. Os senhores estavam para a Comissão ali fazendo um trabalho, mas estavam se reunindo com a Diretoria do Banco Central para tratar de um assunto que era problema do Conselho de Administração? É isso? O senhor já me deu a resposta duas vezes. Se o senhor me confirmar a terceira, eu não vou dar mais oportunidade nenhuma. Depois lá na frente a gente conversa.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Então, as reuniões eram feitas. Nós pedíamos para a Diretoria tomar uma posição sobre o balanço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor vê como o senhor cai em contradição?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se o senhor vê que...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Primeiro, o senhor disse que teve algumas; depois o senhor já muda para dizer que não sabe se era dia 7. Mas a reunião que se teve, “não lembro direito se era no dia 7”.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Faz seis anos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Aí depois, tudo bem. Mas depois, tudo bem. Mas daí o senhor já tentou pular de algumas para uma. Esse é o fato. Não estou discutindo mais aqui se é o dia.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, que houve reuniões, houve.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor espera agora eu falar, por favor. Agora o senhor fala que as reuniões eram para cobrar balanço. Mas, na verdade, o balanço não era necessário, porque a Comissão ainda não tinha terminado seu trabalho. Então, qual é a idéia do senhor? O senhor realmente não está conseguindo dar nenhuma resposta com firmeza, ou a idéia é atrapalhar mesmo a cabeça da gente. Porque quando as coisas ficam nebulosas nas respostas, a gente tem o direito de interpretá-las do jeito que a gente acha que entendeu.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu vou por no meu relatório do jeito que eu achei que eu entendi.



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Está bom? O senhor quer explicar direitinho, ou eu interpreto do jeito que eu achar conveniente?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nós tínhamos reuniões com a Diretoria, a nosso pedido, para eles definirem sobre a posição do balanço junto ao BANESPA. Porque o pessoal que foi indicado...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se existiam as reuniões por que, então, faziam os ofícios? Se estava ali na frente do Presidente do Banco Central e cobrou do Presidente do Banco Central, para que fazer o ofício de cobrança? Então, essas reuniões não eram para isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Em certos ofícios, citamos que houve a reunião. Nós fazíamos a reunião, depois fazíamos formalmente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O Presidente da Comissão de Sindicância disse que se não tivesse vindo uma ordem da Diretoria para colocar os créditos da forma que foram colocados, o patrimônio líquido negativo... porque... A Comissão iria pedir o arquivamento da ação. Por que mudou de idéia?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se não houvesse o balanço, como todos os créditos já estavam aprisionados nas empresas privadas, o BANESPA estava com lucro. Se houver lucro, o processo é arquivado. O que virou o PL dele foram as operações do Governo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que então a Comissão de Sindicância não fechou e ficou esperando? É claro, porque tinha reuniões com a Diretoria do Banco Central, que falava que não era para ser fechado. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, o crime de prevaricação foi por parte dos senhores. Os senhores não cumpriram ordem de superiores.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É porque nós tínhamos prazo limite.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A responsabilidade é toda dos senhores.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nós tínhamos um prazo limite.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Um prazo limite. O senhor falou aqui que o balanço chegou faltavam cinco, seis dias para acabar o prazo...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, o balanço não chegou. Chegou uma carta do Sr. Feitosa dizendo que o patrimônio do BANESPA ia ser negativo em 4 milhões...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Os senhores fecharam uma Comissão baseados numa carta.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Numa carta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não houve o balanço?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não houve. O Sr. Quércia entrou com uma liminar...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas uma coisa é diferente. Eu também concordo que é diferente. Eu concordo que é diferente. Uma coisa...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Inclusive, nós ressalvamos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Uma coisa é o balanço do banco ser publicado, outra coisa são os levantamentos da situação do banco pela administração e informar à Comissão: “olha, a situação do banco é 4 bilhões negativos por causa disso, disso, disso”, e não de uma carta informativa pura e simplesmente. E se ele mentiu na carta?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Ele assinou a carta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E se ele mentiu? Mas o senhor acreditou.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aí tem que perguntar para...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Negativo. A Comissão de Sindicância tinha que ter visto o balanço e analisado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Por isso que nós fizemos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Você tem a carta aí?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Temos.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Relator, eu acho que essa carta tinha que ser distribuída a todos os membros da Comissão, mas eu gostaria



só, a título de esclarecimento, que a gente pudesse rapidamente lê-la, é bem curta, que é do diretor do BANESPA, do Presidente do Conselho Diretor ao Presidente da CI, que é o Dr. Verzola. Refiro-me ao expediente dessa Comissão CI/BANESPA 430/95, de 4 de maio de 1995, em que V.Sa. solicita posicionamento desse Conselho Diretor acerca das demonstrações financeiras do banco, em destaque da data-base na decretação do regime especial. A propósito, informo que referidos demonstrativos estão em fase final de elaboração, — isso no dia 17 de agosto, Sr. Presidente, — observando os critérios determinados pela Diretoria do Banco Central do Brasil, que nos permite informar que a instituição em regime especial apresentará um passivo a descoberto de aproximadamente 4 bilhões, 248 milhões de reais. Atenciosamente, Antônio Carlos Feitosa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – De quando é a data disso, Deputado?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Dia 17 de agosto de 95, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Podia tirar esse fax?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É esta carta a que o senhor se refere?

(Não identificado) – Tira xerox, por gentileza.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Nessa aqui ele fala que não pode encaminhar o balanço. No dia 17 de agosto não tinha ainda nenhuma ação judicial. Resposta ao expediente dessa CI/BANESPA 253/95, de 24 de agosto de 1995, temos a informar que por decisão disposta no processo... Aí ele vem com o negócio do processo. Uma carta mandada dia 24, respondida dia 25. Bem rápida a resposta. Medida cautelar e nominada, juntada a presente ao Banco do Estado de São Paulo, na pessoa do seu representante legal, nos termos de liminar deferida, deve abster-se de incluir no seu balanço de 94, a título de provisão para devedores duvidosos, o valor correspondente às dívidas do Estado de São Paulo e de suas estatais e, caso já tenha sido ultimado o referido balanço, expedir a sua publicação. Com isso, tendo em vista decisão judicial contrária aos termos do expediente de 17 de agosto de 95, estamos no momento impossibilitados de apresentar a V.Sa. as demonstrações financeiras relativas a 30/12/94, embora já tenham sido elaboradas. Por fim, esclarecemos que através de expediente DIFIN 055/95, desta data,



solicitamos novas orientações a respeito assunto ao Banco Central do Brasil. Vieram as novas orientações ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Qual é a data da carta, Deputado?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Vinte e cinco de agosto de 1995.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aí foi fechado o relatório. E houve uma ressalva no nosso relatório. Eu gostaria que o senhor lesse.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu sei. A ressalva já foi distribuída. É uma ressalva que diz que exatamente tem essa ação judicial, portanto,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só pela oportunidade, já que o Sr. Relator se ausentou por um momento. Essa carta a que o Deputado se refere é uma carta datada de 25...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Vinte e cinco de agosto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ... de agosto.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Pediria à secretaria que tirasse xerox, por favor. Essa aqui não há necessidade. Já a temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só que ela é uma resposta então à carta de 24 de agosto de 1995, que consta às páginas 12.560...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – (*Ininteligível.*) É uma resposta a uma carta (*ininteligível*) da Comissão de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Doze mil, quinhentos e sessenta, da Comissão de Inquérito. Vou ler parte do teor dessa carta, datada de 24 de agosto de 1995.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Certo. Essa carta diz o seguinte: Reporto-me à reunião ocorrida em 7 de agosto de 95 nas dependências desta Delegacia Regional entre os membros da Comissão de Inquérito, V.Exa... — ela é dirigida ao Presidente do Banco Central. Portanto, o Presidente do Banco Central estava nessa reunião, de acordo com esse ofício. V.Exa., o Diretor de Política Monetária, Dr. Alkimar Moura, o Diretor de Normas, Dr. Cláudio Ness Mauch, o Sr. Delegado Regional em São Paulo, Dr. Carlos Alberto Ferriani, o



Subprocurador-Geral do Banco Central, Dr. Manoel Lucivio de Loiola, bem como aos termos dos Expedientes DIFIS/DIPOM-95/2118, de 17/8/95, dirigido ao Presidente do Conselho Diretor do BANESPA, que é exatamente um ofício assinado pelos Srs. Cláudio Mauch e Alkimar Moura. Está certo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E o DIFIN 050/95, do Presidente do Conselho Diretor daquela instituição, cujas cópias anexo. Ocorre que, até a presente data, as demonstrações financeiras relativas a 30/12/94, data da decretação do RAET, refletindo a situação de passivo a descoberto, não nos foram encaminhadas pelo Conselho Diretor. Então, o relator perguntou ao senhor sobre essa reunião do dia 7. E aqui quem está afirmando é o Sr. Antonio Carlos Verzola, que se reporta à reunião, está certo? Portanto, esse assunto foi tratado na reunião.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Está escrito aí. Então, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não. Não é que esteja escrito aí que o senhor concorda.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, concordo. Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor concorda. Então, houve uma reunião dos membros da Comissão de Sindicância. Os diretores e o Presidente do Banco Central, aqui mencionados...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) –... o Delegado Regional de São Paulo...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ... o Subprocurador-Geral e ali discutiram como lançar a dívida do Estado em relação ao BANESPA. É o que diz aqui. E depois não enviaram o balanço e isso está sendo cobrado pelo Sr. Antonio Carlos Verzola. O senhor concorda com isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É. Porque para fechar o nosso relatório, a gente precisaria do balanço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Precisava do balanço. Então, isso está datado...



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se não tivesse o balanço, nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Agora, como é que o senhor me explica o seguinte: esse ofício é de 24/8/95. E o Relatório Conclusões de Apuração foi elaborado em 17/8/95.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Hein?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É só ler o inquérito.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não pode.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que não pode?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Porque só depois que nós fechamos o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só depois os senhores fecharam.

O SR. RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, só para um esclarecimento. O relatório preliminar foi fechado dia 17 e posteriormente há o relatório final do dia 27.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É isso que eu ia perguntar para o senhor. Houve mais de um relatório?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É. Como já é do conhecimento do senhor, nós fizemos um relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Houve um relatório preliminar.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Datado de?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não lembro a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É esse relatório do dia 17.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não lembro a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor não se recorda.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que foi feito com esse relatório?



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O Sr. Verzola está encaminhando para o senhor, cópia. Eu estive com ele ontem. Ele está encaminhando para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ele está encaminhando. Então, esse relatório preliminar está sendo encaminhado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não sei... Com licença. Eu não sei se é essa data. Eu sei que houve um relatório preliminar que é conhecimento notório...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Houve um relatório preliminar.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ... público, saiu em revista, tudo, que nós estávamos fazendo, pensando que não seriam lançadas as dívidas do Governo para CL...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E nesse relatório preliminar então era um relatório técnico.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Sem lançar as dívidas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não lançava as dívidas em liquidação.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Seria com as operações do Governo contabilizadas em operações de custo normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não seria custo de provisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E com isto o banco estaria com o patrimônio líquido positivo.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E com isto seria arquivado o inquérito.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nesse relatório preliminar constava isso.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Constava.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) –Constava. E aí foi modificado por determinação da Diretoria do Banco Central.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Houve fatos novos. Houve a carta do Sr....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não. Não. Antes da carta... A liminar tem data... Eu vou dizer exatamente para o senhor. É datada do dia 24. Então, antes disso, houve a reunião do dia 7, de acordo com esse ofício. O senhor confirmou e participou dela.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA –Confirmei e participei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Discutiu-se a questão de lançar ou não. Está certo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O que o senhor fala em discutir, nós somos técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E naquele momento os senhores levaram o relatório preliminar?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Esse relatório preliminar foi levado?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, esse relatório preliminar foi encaminhado para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nessa reunião do dia 7?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Ah! Eu sei que foi encaminhado para Brasília, o relatório. Agora, se nessa reunião se nós levamos, eu não me recordo. Que o relatório preliminar foi encaminhado para Brasília, isso é tranquilo. Inclusive o Verzola está encaminhando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E aí veio uma ordem para mudar o relatório, uma orientação para lançar os créditos...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA –Orientação da Diretoria do Banco Central para o BANESPA, para lançar, recomendando, tendo em vista as sucessivas negociações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não, não. Como é que dizia esse ofício? Porque o ofício é seco. Não tem toda essa...



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, eu tenho ofícios aqui do Dr. Cláudio Mauch e Dr. Alkimar Moura.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Você é bancário. Explica-me uma coisa, empresarialmente eu acho que não. Mas isso aqui é considerado como balanço de banco?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Obviamente que não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou mostrando aqui com as notas taquigráficas a carta que o Deputado Marcelo Barbieri leu aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Chamou-me a atenção, Sr. Relator, chamou a atenção, porque...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Uma coisa grave dessa que leva um banco à falência. Uma cartinha dessa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Que me chamou a atenção também é que o Sr....

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nós ressalvamos o nosso relatório, não é, se houvesse...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Depoente, o senhor pode aguardar, por favor. O Sr. Feitosa assina uma carta que diz que a instituição em regime especial apresentará um passivo a descoberto de aproximadamente 4,24,8,3, 4 mil, 248...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não existe balanço aproximado. Deixa eu fazer uma pergunta para a assessoria. Essa carta é considerada sigilosa? Não, não é? Eu queria que fosse dada cópia a todos para entenderem o que estamos discutindo aqui. Todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nós vamos distribuir à imprensa também.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Esse é o balanço então. Foi feito em cima disso aqui. Isso foi considerado o balanço do banco. É isso?

(Não identificado) - Esse é o balanço do banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor confirma? Por favor.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – A conclusão do relatório foi baseada nisso?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Estava aguardando o balanço. E concluiu baseado nisso aqui.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nós estávamos aguardando o balanço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E deram isso aqui.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não poderia ser encaminhado para nós, para o Sr. Feitosa, por causa da liminar.

(Não identificado) - Nesse caso não tinha liminar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não havia liminar. Dia 17 de agosto.

(Não identificado) - Dezesete de agosto não tinha liminar.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Ele estava fazendo o balanço. Quer dizer, um balanço você não faz em... o senhor é bancário, o senhor sabe que...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Mas vocês fizeram o relatório final com base nessa carta. *(Ininteligível)* liminar...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Nós estávamos esperando que ele encaminhasse o balanço.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sim, mas vocês fizeram o relatório antes do balanço com essa carta. O senhor afirmou isso aí.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, na hora que veio ... Não, não. Um momento só. Ele mandou isso aqui para nós e a gente começa a trabalhar. Temos que fazer análise de contas, aguardando o balanço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que dia foi fechada a sindicância?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Ah, eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Que dia foi feito o último relatório?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Só vendo o final.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vocês aguardam o balanço, recebem essa carta, fecham, concluem. Qual foi a data que foi entrado com...

(Não identificado) – Vinte e quatro de agosto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – No dia 24 de agosto.



(Não identificado) – Foi fechado no dia 24 de agosto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, na verdade, o que foi usado foi isso da carta mesmo.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Porque nós...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Relator, só uma pergunta que pode ajudar na sua formulação. Em que momento vocês receberam o balanço completo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O balanço completo? Não recebemos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Nunca receberam.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não poderia. Estava com liminar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, o balanço que se diz que foi feito... é esse aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – É importante essa colocação porque isso daqui não é balanço. Isso daqui ainda diz aproximadamente o que no mínimo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ... é questionável para alguém que é Presidente do Conselho Diretor do banco em regime de intervenção.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A proposta da Comissão então era o arquivamento do processo com esta carta chamada balanço. Foi modificado o relatório.

(Não identificado) - Balanço.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Por isso, o Sr. Verzola ressaltou no final, deixando para a Justiça se o balanço não fosse publicado, aceito, que voltaria à situação anterior.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Independentemente do balanço, vocês estavam preparando antes um relatório no qual não levava em consideração o lançamento como prejuízo do resultado da dívida com o Estado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concorde.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Esse relatório do dia 17, na sua opinião como técnico, é um relatório correto, observando as normas vigentes no sistema financeiro.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Desde que o BANESPA não lançasse...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu não estou preocupado com o desde que. Estou preocupado com as normas vigentes. Ou seja, observando estritamente as normas vigentes no sistema financeiro, aquele relatório que vocês produziram e assinaram até o dia 17 de agosto é um relatório tecnicamente correto.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Sim. Porque naquela época, naquele dia, nós não tínhamos informações se haveria transferências das operações, que seria ARO, para provisão ou não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Essa decisão é de caráter político **a posteriori**. O decreto do RAET se dá no dia 29 de dezembro. - Portanto, o papel da Comissão...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concordo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ... de Inquérito que o senhor no começo desse depoimento disse que tinha uma independência para apurar os motivos reais da intervenção, o papel é apurar os motivos, sem depender de uma decisão política. Essa decisão política **a posteriori** é uma decisão política do Banco Central, tomada por motivações que estávamos apurando nessa CPI. Só quero concluir, formando a seguinte pergunta: o relatório do dia 17 é tecnicamente correto. Vocês trabalharam durante vários meses para chegar àquele resultado e assinaram o relatório.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, o de 17 era um relatório preliminar. Não estava assinado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Está assinado. Está assinado por todos os membros da Comissão. Eu tenho cópia do relatório.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Deixa eu tentar entender. Deputado, o que eu entendi é o seguinte: eles têm que fazer um relatório. Concluído este relatório, encaminha-se para o Conselho de Administração, passados os últimos cinco anos, para que estes, se interessados, manifestem-se. E depois há a resposta



com esta manifestação. Então, ele é chamado de preliminar, porque ele ainda não tem, se caso houvesse aqueles que acharam necessário responder, e eu li, muitos encaminharam contestações àquele relatório que eram das diretorias anteriores, contestam, e daí vai o relatório final, que é aquele que é chamado de preliminar, mais as contestações, mais as réplicas feitas pela Comissão. Então, por isso é que existem dois. Então, aquele é um final. Só que é um final sem a contestação dos outros diretores e a réplica que é do final do final. Então, na verdade, os dois têm razão na resposta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu imagino, Sr. Relator, que nenhum dos administradores anteriores contestou a questão da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu discordo. Aliás, vou fazer uma observação aqui. O relatório preliminar é datado do dia 17. Como é que no dia 16 já foram intimadas pessoas para prestar as suas alegações? Isso está nos autos para quem quiser verificar. E como é que alguém podia fazer alguma alegação sem o balanço?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Isso aí... Essa carta que o senhor está falando que é do dia 16, eu acho pessoalmente que poderia ter uma falha de digitação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Falha de digitação. Não, mas tem recibo do dia 16.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu vou mostrar para o senhor. Não tem problema nenhum. Tem o recibo. O recibo não deve ter sido falha de digitação.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Tranquilo. É que isso aí até foi comentando ontem com o Sr. Verzola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É o quadragésimo primeiro volume das folhas 11.931 até 12.021.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu tenho aqui. Isso aqui na verdade foi uma pastinha que o pessoal do Banco Central fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu pediria o quadragésimo primeiro volume, por favor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que página que é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Página 11.931 até 12.021. Está aí.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Deputado Fleury, foi uma só, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Uma só é o bastante para provar que já havia um relatório pronto.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu tinha alguns questionamentos que eu procurei elaborar. Não sei se eu os posso fazer agora.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu estou fazendo ainda. A gente está fazendo esse bate-bola. É bom porque a gente não foge e já vai eliminando perguntas.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – É porque há algumas coisas que nós precisamos dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Chegando a documentação eu mostro ao senhor e o senhor vai ver que foi recebida no dia 16.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, na verdade foi isso. Foi feito um relatório final, para que houvesse as contestações, modificado ou não com as contestações e fechado o relatório. Foi o que eu entendi. Foi isso que aconteceu. Não é isso? É feito um relatório para que os interessados possam-se manifestar. E aí volta para a Comissão.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Para analisar a resposta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então foi isso. O relatório feito no dia 17 foi o relatório final. Porém, não tinha ali as contestações e obviamente algum tipo de mudança que a Comissão entendesse fazer pelas contestações e as respostas das contestações não atendidas. Quem propôs a contabilização de toda a dívida do Estado com o BANESPA, relativas a operações ARO na conta de crédito em liquidação?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Voltando àquela parte, a Diretoria do Banco Central recomendou...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas quem da Diretoria?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Sobre aquela carta. Foi o Sr., se não me engano, Mauch e Alkimar, que recomendaram à Diretoria do BANESPA...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quais foram os critérios que o Banco Central adotou para fazer isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não sei responder.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não existe nenhuma norma que o senhor possa-me dizer: não, porque a norma dá esse, esse e esse critério. Não tem. Eles fizeram e mandaram o negócio e tudo bem.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aí eu não posso responder. Sério mesmo. Aí seria parte do BANESPA. Não posso falar nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Apenas para constar das notas taquigráficas, está aqui. Expedido no dia 16, o recibo do dia 16.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O dia 16, recibo do dia 16, do Sr. Luís Carlos...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O senhor pode fornecer uma cópia para mim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Claro. Não há dúvida.

(Não identificado) – Uma não. Várias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Vamos providenciar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Está vendo. Dia 16, recibo no dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Se o senhor quiser são várias cópias. Porque aqui são as várias intimações que foram feitas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Dia 16, recibo no dia 18. Dia 16, recibo dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor mantém a sua afirmação de que pode ter sido erro de digitação?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Ah, não, não. Eu estava entendendo que tivesse... essa parte...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora que o senhor viu que não é de digitação, o que o senhor acha que foi?



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É que nós, com todo o respeito, tínhamos uma secretária, então essa parte eu não... É difícil eu falar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora que o senhor viu que não era problema de digitação, o que o senhor acha que foi?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não aí eu não posso. Fazia parte de secretária... Nós tínhamos uma secretária. Então, eu não posso saber... Eu fiz uma parte. Eu não fiz tudo. É difícil para mim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas a secretária bateu o ofício. Mas quem mandou fazer o ofício não foi a secretária. Que ela se olhou no espelho e falou: faça isto e encaminhe. Alguém a mandou.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Mas aí a secretária é do presidente, que seria o Sr. Verzola. Não seria eu.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mais uma culpa imputada ao Presidente da Comissão.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não seria eu. Eu fui um membro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se o Banco Central não tivesse determinado a contabilização da dívida do Estado em crédito e liquidação, qual seria o desdobramento da intervenção?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Da intervenção, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como não sabe?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O caso é... Nós fomos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Existiam duas hipóteses. Eu estou perguntando que teve uma. O que aconteceu? Estou perguntando a outra.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O caso é o seguinte: houve a intervenção. E nós somos da Comissão de Inquérito. Eu fui membro da Comissão de Inquérito. Agora, a parte da intervenção, isso aí eu não sei responder, não cabe a mim. O processo seria arquivado, o processo.

O SR. JOÃO EDUARDO DADO – Seria arquivado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – (*Ininteligível*) iam fazer.



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Seria arquivado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas as normas dizem o quê?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. O processo seria arquivado, porque não houve passivo a descoberto, não houve prejuízo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora, eu vou fazer uma pergunta para o senhor que a gente fez com a assessoria.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Agora, sobre a intervenção lá, isso aí eu não sei. Não é da minha área.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu gostaria que o senhor prestasse atenção, porque ela é comprida e tem dados importantes. Por que se concluiu o passivo a descoberto gerado no balanço de 1994, no valor de 4.25 bilhões de reais? Decorreu da contabilização das operações ARO, realizadas em 6 de setembro e 6 de dezembro de 1990, no total de 2.2 bilhões de reais e 1.44 bilhões de reais, referente a operações anteriores a 1990, que estão nas folhas do relatório, apresentado pelos senhores, de nºs 12.893 e 12.895.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Como eu falei a V.Exa., essa parte das operações ARO não coube a mim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não quer responder.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não coube a mim. Não posso responder.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não leu o relatório no que não coube ao senhor, então o senhor não sabe, é isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não sei. Essa parte eu não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor assinou um relatório que o senhor desconhece parte...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nós trabalhamos em equipe. Eu fiz uma parte, outro fez a parte, outro fez a parte.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E a parte que o senhor não fez o senhor desconhece.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Desconheço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Assinou sem conhecer.



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não tinha maneira de conhecer.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu vou passar para a segunda fase. As operações realizadas com empresas privadas e lançadas em crédito de liquidação no balancete levantado em 31/12/94, citadas às folhas 11.684 do relatório, no valor de 6.9 bilhões de reais, muitas das quais autorizadas no período de 1990 a 1994, também não tiveram implicações na geração de passivo a descoberto?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Voltando a essa parte, essa parte não coube a mim. Eu só analisei as empresas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que o senhor fez lá? Batia máquina? O senhor me diz que fez as operações privadas. Eu estou lhe perguntando sobre as operações privadas. Se o senhor me responder que também não sabe das operações privadas, eu vou- lhe fazer uma pergunta que talvez seja grossa, porém necessária. Quem lhe mandou assinar o relatório e quem levou à sua residência o relatório final da Comissão para ser assinado?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Voltando, eu fiz oito empresas...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se o senhor não conhece nada, o senhor estava na sua casa e assinou o relatório?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ... nós trabalhamos em conjunto. Teve um rapaz que fechou o relatório. Eu entreguei para ele e ele fechou o relatório.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Que rapaz é esse?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Seria o relator, o Sr. Braz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas o nome dele, o nome?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Carlos José Braz. Então, as empresas privadas já estavam provisionadas. Então, se não houvesse o ARO, o balanço não estaria negativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É isso aí. Entende?



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor que é um técnico do Banco Central: então o banco não estaria falido.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não entendi a...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O banco não estaria falido.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não estou falando falido. Estou falando o seguinte: se não entrassem essas operações ARO, não fosse supervisionado, não fecharia o balanço com o passivo a descoberto.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então não estaria falido. Estaria no azul. O PL dele estaria positivo. O patrimônio líquido dele estaria positivo. Estando positivo, o banco não está falido.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Positivo. Nós somos da Comissão de Inquérito. A intervenção se deu por problema de liquidez. Não houve problema de passivo a descoberto.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não tinha passivo a descoberto.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não tinha. Se você pegar a nota que houve da intervenção...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Porque as empresas privadas estavam provisionadas, como V.Sa. apontou.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Estavam.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Ou seja, o banco já tinha créditos para cobrir esse possível prejuízo. Então não havia problema.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Já. Das empresas privadas, tranqüilo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Das empresas privadas não comprometeria a vida financeira do banco.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Tranqüilo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Objetivamente, só para ter uma compreensão aqui dessa questão. Mesmo havendo problema de liquidez e ocorrendo uma intervenção, o banco poderia voltar para as mãos do Estado de São Paulo, uma vez superada a dificuldade de liquidez. A necessidade que o Banco Central tinha de caracterizar como crédito em liquidação e, portanto, caracterizar o passivo a descoberto, era para garantir a continuidade, por exemplo, da intervenção, a publicação do balanço e toda a caracterização de responsabilidade dos



administradores e o encaminhamento para posterior privatização. Só para entender esse processo, porque há uma dificuldade concreta de conceituação. Não é o problema de o banco falir ou não. É uma questão... o banco pode sofrer uma intervenção porque está com dificuldade de caixa, não necessariamente...

(Não identificado) – O que aconteceu com o BANESPA.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ... um problema patrimonial. No caso do BANESPA, tentaram provar a dificuldade de caixa e também uma quebra patrimonial.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aí não posso dar a minha opinião, que eu não...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor cuidou da área...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tranquilo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Estou apenas tentando costurar o entendimento, porque foram ditas várias coisas aqui. É preciso diferenciar a questão do problema de liquidez do problema patrimonial.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor cuidou da área de empresas privadas. No relatório apresentado pelos senhores, na página 1.173 até 1.207, são citadas algumas empresas, na qual, à página 1.173, o seguinte: Anexo 1. Relação dos cem maiores devedores inscritos em crédito em liquidação. Por que então foram apenas vinte e duas empresas apuradas? O que aconteceu com as outras setenta e oito empresas maiores devedoras do BANESPA? Por que não foram investigadas as outras setenta e oito operações, se são citadas nos relatórios dos senhores?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nossa amostragem que nós entendemos viável foram vinte e duas empresas, porque nós estávamos com poucos elementos, que seria votando. Agora por que não colocou mais elementos, isso não pode ser respondido. Se tivesse colocado mais elementos, poderia usar todas as empresas. Então, nós tínhamos um tempo limitado e um trabalho limitado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sobrou tanto tempo aguardando o balanço, por que nesse tempo não entraram em outras empresas? Pelo menos mais uma dezinhas...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, voltando, o nosso trabalho é um trabalho...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Desculpe mas o que eu aprendi, como jurista, como bacharel em Direito, foi que o crime de um centavo e de um trilhão é o mesmo.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Concorde.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se existiam cem empresas suspeitas, por que foram vistas só vinte e duas empresas?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Nas duas...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A obrigação, estou colocando a minha posição pessoal, como bacharel em Direito e dando a oportunidade de os Parlamentares também questionarem a minha posição pessoal e o senhor também, para que eu, obviamente, divida o meu raciocínio, para que eu não cometa injustiças no relatório final. O crime é o mesmo. Se houve seja ela de 1 real ou seja de 1 bilhão de reais o crime era o mesmo. Por que então só vinte e duas empresas foram aprovadas? Quem é que designa os membros da Comissão de Sindicância? E existe limite no número dos seus participantes?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aí eu não posso responder não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem indica?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aí tem que ser talvez o Presidente do Banco Central.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Presidente do Banco Central.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não posso...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se houve falha ou prevaricação nesse sentido foi do Presidente do Banco Central.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu fui indicado, fui eu mais os membros e fizemos o trabalho que nós achamos correto para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Apenas aproveitando a sua pergunta, é bom lembrar que a relação dos cem maiores devedores inscritos em crédito em liquidação — e ficou claro pela explanação do senhor que todo o setor privado já estava provisionado, não é? Eu só queria saber o seguinte: se nós somarmos os valores que estão nessas cem maiores empresas, nós vamos alcançar o valor de 900 milhões de dólares. O real e o dólar, na época, eram paritários. Por



que se chega ao número de 6 bilhões de reais, quando o valor total seria 900 milhões de reais?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA - Não sei responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - O senhor não sabe explicar?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não,não. Isso aí, eu precisava ver isso aí e dar uma resposta para senhor para depois. Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - É, porque somando aqui dá 900 milhões. Não seria... Uma das causas, não seriam as taxas de inadimplência que o BANESPA cobrava e que em janeiro de 95 foram revogadas essas taxas?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não sei Dr. Fleury, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor não tem como explicar?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não tenho.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, vamos lá: me dá uma das empresas que o senhor cuidou aí.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA - VASP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Enquanto o Sr. Relator procura, só para ter uma idéia da importância da colocação feita do Sr. Relator — por que não investigar as cem empresas? — o BANESPA analisava cerca de cem operações de crédito por semana, ou seja, nos cinco anos que foram objeto de investigação, vinte e quatro mil operações aproximadamente de crédito foram feitas. O inquérito pinçou vinte e duas operações, o que dá 0,09% das operações de crédito que o BANESPA realizava no período. Só para a gente ter uma idéia de que 0,09% serve para o Sr. Carlos Eduardo de Freitas falar bobagem pelos jornais a toda hora.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Inclusive ele está meio apavorado, né?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Inclusive...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Presidente, só para complementar a colocação de V.Exa., inclusive parece que ele está um pouco



apavorado, um pouco nervoso. Eu li a matéria e inclusive me surpreendeu. Fui até procurado pelos jornalistas para falar a respeito, já era fora de hora de fechamento de jornal. Apenas disse o seguinte: acho que o Dr. Carlos Eduardo está um pouco nervoso. Ele vai ter a oportunidade de vir aqui à CPI e se explicar. Não sei por que aquela manifestação de uma certa raiva, uma certa... um ódio no coração. Aqui ninguém está com ódio. Estamos apurando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu queria dizer inclusive que eu não conheço esse boneco de ventríloquo que está sendo instruído por alguém, entendeu. Mas nós vamos descobrir quem é que manipula o boneco de ventríloquo.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL – Agora, espero que ele também não chegue aqui e não dê amnésia, porque todo mundo vem para cá e dá uma crise de esquecimento, amnésia. Então, ele fala tanto, como falou no jornal, tomara que não venha para cá com crise de amnésia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Vamos continuar, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vamos lá, vamos para a VASP. Cadê a VASP aqui? Tinha achado, agora...Viação Aérea São Paulo. Então, vamos lá. Por que nesta relação a VASP aparece com 70 milhões, 630 mil, 244 dólares e 71 centavos, e, nessa relação apresentada no relatório final, ela aparece com 202 milhões de dólares e 850 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Essa operação o senhor que examinou?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É, eu só estou vendo as que ele examinou.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É o total que tem aqui é 202 milhões.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, mas o total que tem aqui...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não conheço, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor reconhece isso como o relatório de vocês, certo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, esse aí não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Isso aqui não?



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Espera um pouquinho só.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, espera aí, vamos...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É, não, está aqui...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mandou errado. Seu...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É, é, tá aqui.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu já falei para o senhor: pensa antes de responder, porque o senhor pode criar um problema grave.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA. – É porque eu estava vendo BANESPA lá.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Esse aqui é?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor quer pegar na mão para ver?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O que eu estou vendo aqui...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor confirma que...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aqui está falando que seria só da agência Aeroporto de Congonhas. E que a VASP, ela tinha obrigação no exterior.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E por que não está citado aqui? Por que aqui no relatório não está citado?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não sei responder, porque aqui você está vendo aqui...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como o senhor não sabe responder?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pelo amor de Deus, agora o senhor não sabe responder nem o que o senhor fez.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA - Não, não. O caso é o seguinte: analisei isso aqui e aqui é que eu estou vendo seria só operações feitas nessa agência.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A informação que eu tenho é de que aqui está citada a agência em que a empresa tem a conta, e que nenhum



empréstimo pode ser feito, a não ser através — pode até ser feito na China —, porém tem de ser sempre através da agência em que o titular detém a conta. O senhor como membro do Banco Central...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tinha...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... que analisou essa conta não sabe isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, o caso é o seguinte: a VASP tinha operações nas agências de Londres, Nova York.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas a conta dela...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, aí é conta corrente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Essas operações de crédito são feitas em cima das contas correntes.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. O caso é o seguinte: aí aquela conta que ela tinha conta é conta corrente nessa agência.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Possivelmente, mas ela tinha operação...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Só para ajudar V.Exa.? Posso ajudar V.Exa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vou passar...Pega uma empresa famosa...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Quem que aprovava esse crédito, não era o mesmo... Não era o Conselho Diretor do Banco que aprovava

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tinha o comitê.

(Não identificado) – O comitê que aprovava?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Depende. Tinha alguma *(ininteligível)*...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Ou era o comitê de Londres, de Nova York, ou era o comitê responsável pelo banco? Quem é que aprovava o crédito?



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tinha o comitê...

(Pausa.) Não fica difícil...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vamos lá, eu vou fazer o inverso...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – E tinha o comitê, quer dizer, possivelmente...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ... o que eu preciso ver...Tem as atas de reuniões. Esqueci todas. Depois, informo para o senhor depois. Porque o caso é o seguinte: nós fomos fazendo coisa e anexando o ato de reuniões. Daí eu posso... porque eu faço o relato e cito o anexo. Então, eu não conto toda a história no meu relatório. Então, eu precisaria pegar com o meu relatório, pegar as atas, e expedir para o senhor depois.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem. Eu vou passar.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Voltando àquela parte da coisa, você vê aqui...Eles tinham operações...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tem uma que é mais interessante para o senhor...O senhor arrumou uma saída para quando a dívida sobe, agora eu quero saber quando a dívida desce.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Desce.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A Vega Sopave S.A. tinha um dívida de 28 milhões, 96 mil, 688 dólares e 9 centavos. No relatório dos senhores, a Vega apresentou uma dívida de 3 milhões, 363 mil. Caiu 25 milhões de dólares. O senhor pode me explicar então, como é que a operação inversa? (Pausa.)

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu vou precisar analisar com mais tempo, eu darei a resposta para você depois.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Negativo, negativo. Não aceito, em hipótese alguma, que o senhor que disse para mim o tempo todo, há mais de, sei lá, três horas que estou aqui com o senhor, duas horas e tanto, o senhor me disse: eu não fiz isso, porque eu não posso responder porque não fiz, não posso responder porque eu não fiz, eu não posso responder porque não fiz, eu não posso responder porque não fiz, eu não posso responder porque não fiz. Agora que o senhor fez, o senhor falou que só cuidou de oito empresas, eu pergunto de uma das oito, que o senhor me deu o nome, que não sei sequer se foram essas mesmas e só essas, e o



senhor vai me dizer que vai me responder depois. Eu não aceito. Agora, quero a resposta agora. Se o senhor não sabe ou se o senhor acha que vai se incriminar, o senhor tem o direito de não me responder. Mas dizer que vai me responder depois, o senhor me desculpe, não vou aceitar.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não tenho condições de responder agora. Precisava ler o relatório, ver meus anexos e dar uma resposta para o senhor. Como volto a falar, existem 11 mil anexos. Eu preciso pegar, sentar, ver isso aqui, ver a amarração...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor vê como o senhor é? o senhor me desculpa...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA. – Se houve... Posso...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou falando. Sr. Presidente, num momento ele não conhece as onze mil páginas do relatório, porque não foi ele quem fez, só fez algumas, que cuidavam de oito empresas. Quando falo em oito empresas, ele fala “ eu não pode responder, porque são onze mil páginas o relatório”. Peço a V.Exa. para suspender cinco minutos, enquanto a assessoria jurídica da Casa vê os artigos em que está infringindo o senhor depoente, para que nós possamos voltar, ler para ele e, obviamente, pedir que ele responda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Podemos prosseguir. Ele tem consciência...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não quer responder nem o que ele sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas Deputado, ele ficou de responder...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Emprresta o Código da CPI, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Depois eu vejo lá e mando para você.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, o senhor cuidou disso. O senhor veio aqui exatamente para responder o que o senhor fez. Se o senhor não está querendo responder, está atrapalhando os trabalhos da Comissão, está sonegando informações e isso é crime previsto, e eu quero ler a lei para o senhor. Aí o senhor repensa: se o senhor não quiser ler, vou pedir para o Presidente tomar providências. Pronto. Eu não vou correr o risco de chamar um monte de depoentes aqui e ficar



que nem um tonto, fazendo perguntas para ser respondido no dia seguinte, por escrito. Então, eu mando carta.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Parece que o próprio Banco Central orientou mal os depoentes pelo que pude perceber. A assessoria jurídica do Banco Central orientou mal, porque o pessoal vem aqui e não responde.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O caso é o seguinte: eu tenho um valor aqui e no relatório tem outro valor. Para eu ver, comparar se houve apropriação de alguma receita que nós excluimos para efeito do nosso relatório, se houve, às vezes, alguma taxa que o BANESPA estava cobrando e nós entendemos que não seria aplicado colocar no relatório, é só eu sentando e vendo. Não há condições.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor não se lembra? O senhor só fez oito empresas grandes? O senhor não se lembra de nenhum caso desses de diferença?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Só essas oito empresas foram mais ou menos quase cento e vinte folhas escritas e mais um monte de anexos. E são empresas de várias áreas do BANESPA.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor não ficou com a cópia do seu relatório?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Está aqui. Mas eu não tenho os anexos. Os anexos têm sessenta volumes. Não tinha condição. Então, preciso pegar os anexos. Tem que pegar...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não são sessenta volumes, são quarenta e quatro. Nem isso o senhor sabe.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Desculpa, então.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nem a quantidade de volume que tem os anexos o senhor sabe, são quarenta e quatro. Eu que não fiz o relatório sei. Eu que não fiz parte sei.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu precisaria...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou mostrando para senhor, o senhor não pode dizer que não sabe, porque estou mostrando...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu precisaria...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA —...para o senhor o anexo que se refere à dívida da Vega. Quando o senhor subiu de 70 milhões para 200, era muito cômodo, o senhor arrumou uma resposta rápida. Agora, quando perguntei por que a dívida caiu mais de 90% o senhor já se atrapalhou e quer responder depois por escrito. Não aceito, sob o risco de esta Comissão aceitar e todos os membros que vierem depor vão pedir para encaminhar depois as respostas. Então, seria absolutamente desnecessário o depoimento dos senhores aqui. Não aceito e invoco a lei das CPIs e peço sua aplicação. *(Pausa.)* Cadê a Márcia assessora?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero fazer a seguinte questão rapidamente: até entenderia, Sr. Relator, que o depoente necessitasse apenas para dar resposta precisa, muito embora acho que se examinou acerca de vinte e duas empresas, mesmo há seis anos atrás...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Oito empresas. Nem as vinte e duas. Oito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Oito empresas há cerca de seis anos atrás, por mais que o tempo possa prejudicar a memória, evidentemente, pela relevância do BANESPA e pela importância do trabalho, a memória do caso, em geral, de cada uma das empresas o senhor deveria ter. No entanto, acho que seria razoável se pudesse ler o relatório, porque o relatório é a peça — obviamente há os anexos —, mas a síntese do relatório é peça que instrui, inclusive, procedimentos judiciais posteriores. Gostaria de sugerir o encaminhamento, enquanto se resolve inclusive essa questão de procedimentos, que eventualmente fizéssemos um intervalo. Pelo que conheço disso, li a parte referente à Vega Sopave, em cinco minutos ele lê. Se a partir do que está no relatório, não puder dar uma resposta, é porque, realmente, o trabalho foi feito, talvez dirigido, por outras pessoas que não os participantes da Comissão de Inquérito. Creio que a resposta pode ser dada com a simples leitura do relatório.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Porque o BANESPA usava para renegociar dívidas, quando da dele estava em atraso, usava vários índices. Usava o CDB, OTN. Era um critério do BANESPA usar vários índices. E nós optamos por usar um índice único. Então, pode ser isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - A diferença dessa ordem é impossível, por mais que haja disparidade.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que índice é esse que um só é três vezes a dívida, e o outro cai 90% da dívida?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Porque... Esse quadro que eu fiz aqui, está lá: o quadro acima revela a total responsabilidade da empresa com o BANESPA em 30/12. Os valores estão autorizados ao custo de captação do banco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu tenho impressão, inclusive, de que o senhor talvez não tenha nem trabalhado nesse caso.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA - Trabalhei.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Trabalhou nesse caso? Então, o senhor não se lembra que houve dação de imóveis em pagamento da Vega Sopave?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Houve.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E qual é o motivo que levou a essa diferença? Não é possível. Se eu, que não trabalhei nisso, posso dar uma explicação, mas não vou dar, porque eu não estou depondo...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Então, voltando àquilo, o BANESPA usava vários índices para renegociar as dívidas. Vários índices: OTN, CDB, vários índices. E nós, da comissão, uniformizamos, usamos um índice só. Esse quadro que usei aqui... Se eu pegar o anexo aqui, de folhas 8.926, 8.933, estaria por custo de captação, que chegaria a esse valor. Eu tenho o quadro no meu relatório.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A memória está começando a funcionar um pouco melhor. Acho que se o senhor procurar...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA - Eu tenho o quadro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ... responder as perguntas com mais objetividade... Eu tenho informações...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu tenho um quadro. Então eu faço...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Como eu disse, é impossível esquecer de oito casos.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Então, eu preciso sentar e ver. Foi quase... Foi há seis anos.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor está cuidando de apenas um caso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – (*Ininteligível.*) Vega Sopave. Está escrito aqui, gente. Operações contratadas da ex-BADESP, registradas em crédito em liquidação. Estou lendo o que está na mão dele. Está aqui.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O quadro acima revela o total de empresa (*ininteligível*) estão atualizadas a captação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quatro ponto dois ponto dezenove. Vega Sopave S.A. Está aqui.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Conforme planilha. Então, usamos... Tivemos que ter um parâmetro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Está aqui o relatório. O senhor está dizendo (*ininteligível.*)

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Então, o BANESPA usava vários índices.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Está aqui: situação atual em 22/02/95. O grupo. Está tudo aqui.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Vários índices. O BANESPA usava, para atualizar as... as... em atraso, maiores taxas do mercado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Então, uma taxa de mercado o que é que era? Adiantamentos ao depositante. O valor era monstruoso. O valor era monstruoso. Devia dez, quando ia pagar, pagava mil, porque ele... É o critério dele, do BANESPA, usar a maior taxa de... punitiva, que é a taxa de (*ininteligível*) depositante, que é uma taxa punitiva. Então, o valor astronômico ficava. Então, temos que estar... ousar alguma coisa. Aquilo ali, possivelmente, pode se fazer uma taxa de adiantamento ao depositante. O valor do CL dele, contabilmente, quando você tira a renda (*ininteligível*) expropriar, cai, mas se pegasse o total dele, mais a renda a expropriar, o valor é monstruoso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Só para entender isso aí, Sr. Presidente. Só uma coisa, Sr. Relator. O que ele falou agora é importante. Quer



dizer, quem estava com débito em atraso, que era cobrado, era muito mais do que a taxa normal de mercado. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Não era cobrado. Ele era contabilizado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Contabilizado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Contabilizado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Por isso que a dívida de São Paulo, do Estado de São Paulo, foi de oito para oitenta, porque foi contabilizada assim.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aí eu não... É diferente, porque é problema de renegociação, tinha contrato, tudo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas, mesmo que tivesse atraso, cairia nesse caso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Tinha contrato. É diferente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não daria, porque tinha contrato. É sempre renegociado. Aí, não teria jeito. Só empresa privada.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Só para agregar essa...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Um minutinho só. Então, o que é que acontecia? O BANESPA usava uma taxa alta. Então, quando nós chegamos lá, precisamos de usar uma taxa média. Então, optamos para fazer uma taxa. Possivelmente esse valor aqui, com aquele lá, pode ser isso. Pode. Não posso afirmar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Isso se aplicava a todas as empresas?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Todas as empresas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - O mesmo critério exatamente?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – As empresas do Governo posso... Porque não foi da minha área, como eu falei, né?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - As empresas que o senhor examinou, o critério era sempre o mesmo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Era o mesmo.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Eles faziam um recálculo da dívida, com base num indexador definido pela comissão, que fosse mais adequado...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Mais adequado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ... no juízo de vocês.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Mais adequado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - De acordo com esse critério, o montante que estava provisionado no balanço, portanto, estava superdimensionado em relação ao prejuízo real...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, porque ele apropria de um lado, e ainda há renda a expropriar do outro. Então, some. É um simples... É débito e crédito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sim, mas...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Então, some.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Veja bem: todo ativo está relacionado com um conjunto de passivos. Se o custo de capacitação é um, e o critério para atualização do débito está superdimensionado, evidentemente, a médio prazo, você pode levar a empresa a uma situação patrimonial extremamente negativa, ruim, por critérios contábeis, muito embora, do ponto de vista concreto de apropriação de receita, não está sendo feito, porque já está considerado como crédito de recebimento improvável.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Correto?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Agora, o problema da empresa eu não... Não. Entendo. Inclusive...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Estou simplesmente deixando claro o seguinte...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Inclusive, parece que logo que nós entramos a Editora Três ela entrou com um... Saiu uma reportagem no jornal que ela achou que o valor dela era muito alto. Quando saiu no jornal, quando nós entramos lá, o jornal publicou: deve tanto, deve tanto, deve tanto. A Editora Três — isso eu recorde —, ela achou que devia muito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Muito mais do que devia de fato.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É. Que ela entendia.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Que devia.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Depois, eu não acompanhei. Eu sei que... Isso foi bem marcante, porque eu analisei ela e saiu no jornal. Quando saiu o valor, era um valor astronômico.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ou seja, dá para caracterizar que, do ponto de vista do aprovisionamento, a gestão do BANESPA era conservadora, porque aprovisionava por conta do cálculo da atualização bem acima do valor original da dívida.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Muito acima do mercado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Então, voltando àquilo, é porque você... Como se joga de um lado e joga do outro, ele some, desaparece.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas veja bem: quando você faz aprovisionamento para efeito de balanço, isso tem impacto na conta de resultado.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo. Você tem o débito e você joga, soma com o débito e sai o crédito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deputado...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Relator, só porque esta questão é importante.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Quando você provisiona, provisiona pela diferença.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Essa informação que o Sr. Depoente deu demonstra que, do ponto de vista do balanço do BANESPA, havia inclusive uma política de aprovisionamento superior àquilo que outros bancos praticavam.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Aí, eu não concordaria, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Então, não consigo entender a sua resposta, porque o senhor disse que o Banco Central adotou um critério...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA - Para efeito da nossa análise, da comissão de inquérito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas é óbvio. Eu imagino que a análise de vocês seja em relação a critérios adotados pelos bancos do sistema financeiro. Portanto, tem parâmetros.



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É. O senhor vê que...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Além dos normativos do Banco Central, existem parâmetros.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O senhor vê que, inclusive, nós convertemos tudo em dólar, para ter uma moeda estável.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Isso já durante a vigência do Plano Real?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É. Para ter uma moeda mais ou menos que teria um parâmetro, não é? Não tem jeito de você calcular.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Poderia converter em real, que daria no mesmo, na época. Na verdade, talvez nem vocês acreditassem no Plano, mas isso não está em discussão.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Nós entramos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deputado, eu entendo que as...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Peço desculpas, Sr. Relator, mas é porque essa questão era relevante.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu entendo que as perguntas do senhor são extremamente importantes, mas elas não estão esclarecendo a minha pergunta. Existia uma dívida de 28 milhões de dólares, que viraram três milhões de dólares, aproximadamente. Se foi à Justiça, se foi... Não importa. Tem que ter uma explicação. E ele, que só analisou oito operações, não quis e não quer responder. Então, Sr. Presidente, formulo questão de ordem a V.Exa. neste sentido: combinando a lei que rege as Comissões Parlamentares de Inquérito, combinado com o art. 342 do Código Penal, fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, tem processo judicial, policial, administrativo ou em juízo arbitral. E é o que diz a Lei das CPIs e, nos mesmos termos, aumentando a Comissões Parlamentares de Inquérito, pena de reclusão de um a três anos e multa. “§ 1º Se o crime é cometido com o fim de obter provas destinadas a produzir efeito de processo penal, pena de reclusão de dois a seis anos e multa”. As penas aumentam de um terço se o crime é praticado mediante suborno. Eu peço, Sr. Presidente, que o senhor suspenda a reunião por alguns



minutos, se V.Exa. achar necessário, e dê uma nova oportunidade para que ele explique por que a dívida da Vega Sopave, de 28 milhões, caiu para 3 milhões. Senão, eu peço a V.Exa. que aplique a lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Vamos interromper por cinco minutos a reunião. Peço à Secretaria da Comissão que traga o anexo. Se ele quiser verificar, que indique as páginas. O senhor vai consultar e vai poder responder.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Nós estamos reabrindo os trabalhos. Solicito ao Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Relator, o esclarecimento que peço a V.Exa., que para mim não está claro. É o seguinte: essa variação de valor se deu durante o período do RAET ou se dá anteriormente ao RAET. V.Exa. falou que, no começo, havia uma dívida de 28 milhões de dólares da Vega Sopave e, quando do relatório, essa dívida passou a ser de 3 milhões. Como o relatório se deu em agosto, queria que V.Exa. esclarecesse à Comissão, a nós todos, em que período se deu essa diferença.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou aqui com a segunda via do ofício do Banco Central, que é o anexo 05 do relatório, que fala: “Origem 1, ou I, NDOC, origem, termo de atuação, datado do dia 19 de janeiro de 1995. Tem um número em cima: PT nº 9700718233, de 26 de março de 97, que é o processo. Aí, se coloca juntada a relação dos 100 maiores devedores inscritos em débito de liquidação. Então, eles colocam aqui todos os devedores e os 100 maiores devedores que foram encontrados no BANESPA quando eles assumiram. E, nesse momento, a dívida da Vega Sopave era de 28 milhões, 96 mil, 688 dólares e 9 centavos de dólares. E, no relatório final, a Vega Sopave — tinha o responsável aqui, Sr. Elói Veja —, e cita volume 31. Ele não coloca volume 5, página 1.173, onde estão as 100 maiores. Ele já coloca lá na frente, concluindo o relatório, o volume 31, na página 8.939, saldo devedor, valores em dólar: 3 milhões e 363 mil. Então, assume-se a intervenção, apura-se os 100 maiores devedores, nesse momento a dívida era de 28 milhões, aproximadamente...



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Portanto, foi no período do RAET que houve essa diluição.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... e, posteriormente, vai para 3 milhões e 393.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Isso no dia do relatório final, que seria em agosto de 95. Esse valor de 3 milhões.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não sei em que dia que esse valor desceu para 3 milhões. Ele foi apresentado no relatório final.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – No relatório final, entrou como 3 milhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Na página 11.847, que já é o relatório preliminar, que antecede o relatório final...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O relatório final.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ... diz: valor em 30/12/94. Relaciona cinco tipos de operação: POC FINEN, PROLIX, PROINFO, outra POC FINEN e FINAME social que, totalizadas, dá 3 milhões e 363 mil dólares, em 30/12/94. Nesse relatório, relata — eu falei na reunião passada — uma série de tentativas de negociação anteriores, inclusive cita o atual Secretário de Transportes do Estado de São Paulo, Sr. Michael Paul Zeitlin, que foi representante da Vega Sopave. E, em um dado momento, em 30 de junho de 92, cita um valor — que também estranhei — de 66 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Da Vega?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O valor apurado pelo DEPLAE — Departamento de Planejamento e Programação Empresarial —, do BANESPA, para a dívida em 30 de junho de 92, mantendo-se até 31 de julho de 92, foi de 66 milhões, 644 mil, 307 dólares e 20 centavos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – De que empresa?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Vega Sopave.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas é que não leu (*ininteligível*)

(**Não identificado**) - Qual é a página?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Na página 11. 849. Aí relata uma série de entendimentos para a dação e pagamento de imóvel por parte da OAS, que estava comprando duas empresas do Grupo Vega Sopave. Essa negociação foi feita



com base nos 66 milhões de dólares. Por isso que eu estava citando antes a questão de dação e pagamento. Por causa disso, porque houve uma negociação que envolveu a OAS, comprando a Vega Sopave concordatária, e, posteriormente, foi apurado que houve uma superavaliação dos imóveis.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu gostaria que ele respondesse, se ele tivesse condições de responder, por que a dívida caiu tanto. Por quê? Qual é a explicação de uma dívida... Todos os brasileiros, aliás, todos os cidadãos do mundo querem arrumar empréstimos onde paguem as dívidas quase menos de 10% do valor da dívida. Todos os cidadãos brasileiros, principalmente os mais humildes, que acabam comprando uma casinha de 10, 5 mil reais e acabam pagando 25. Esses, então, coitados, são os que mais mereciam. Quero só que ele me explique. Só se ele souber. Se não souber...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Relator, acho que V.Exa. está tocando em um ponto crucial, que o Deputado Berzoini também tocou, e estou fazendo um requerimento convidando o Dr. Michael Zeitlin para explicar esse episódio, para que esta CPI tenha consciência, porque, pelo que entendi do que falou o Deputado Roberto Berzoini, desapareceu...

(Não identificado) – Roberto, não. Ricardo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Desculpe-me, houve uma falha. É o seu pai.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nós, graças a Deus, Deputado, temos orgulho de ser confundidos com o pai.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Exatamente. Quer dizer, desapareceram do balanço 22 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eram, nas minhas contas. Depois, mais para a frente, sumiram do balanço 63 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, eu gostaria de colocar para a próxima reunião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Reunião de amanhã, quando teremos requerimentos.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Para a reunião de amanhã, poderíamos aprovar esse requerimento?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu, inclusive, Deputado Marcelo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não dá para colocar na Ordem do Dia de amanhã, Deputado Marcelo. Vamos deixar para a semana que vem. Mas não há dúvida.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Também há um outro requerimento, meu e do Deputado Berzoini. Esse está?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Esse já está.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Esse já está. Está bem.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Comunico que assinei agora o requerimento convocando os 22 proprietários, presidentes responsáveis pelas 22 empresas, pelo Banco Central. Acabei de assinar o requerimento, como tinha sido falado na semana passada. Não sei se incluíram na pauta de amanhã. Está na pauta de amanhã, as empresas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Está.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E será votado na pauta de amanhã, convocando as 22 empresas citadas no relatório final do Banco Central. E é claro que, depois, talvez a gente possa até fazer uma amostragem, não chamar as 22, e substituir por algumas das outras 78, para saber como que elas conseguiram não ser investigadas.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA - Voltando à minha parte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Pois não.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ... esse relatório foi feito pelo BANESPA. Não foi feito pela comissão. Essas aqui são minhas planilhas, que eu utilizei para chegar ao valor que usei: custo de captação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, o senhor está me dizendo... O senhor sentou aqui, a primeira coisa que o senhor falou foi que todo esse trabalho foi feito junto com auditores do BANESPA. Agora, o senhor está me dizendo que o que apresentaram na auditoria do BANESPA não vale nada.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Espere um pouco.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor está me mostrando as contas do senhor.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Espere.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não. Tudo bem. As contas do senhor...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Deixe-me... Eu peço para mostrar aqui...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... subiram de 28 para 66 milhões.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Deixe eu mostrar a planilha para o senhor, se não for... Essa planilha aqui era a que o BANESPA utilizava para parte de renegociação da dívida. Deixe-me pegar um mais legível aqui. Então, saldo corrigido, capital de giro, outras garantias, tal. Custo de captação, dava 870 mil. Correção, 450. Correção pelo dólar, 256. Pelo dólar oficial, 29. Então, você... Tinha vários valores na planilha, e nós optamos por usar um. Aí, vai ser...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vamos lá: somar a planilha do senhor.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Está. Isso aqui.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não sei como o senhor arruma uma planilha tão distinta...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Essa aqui foi o BANESPA que deu para nós.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o senhor está dizendo que lá é BANESPA, aqui foi o senhor. Depois, o senhor está dizendo que foi o BANESPA.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Esse aqui...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor quer me dizer que os auditores do BANESPA não sabiam fazer conta?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Aqui no relatório, eu não sei como... o que eles apresentaram. (*Pausa.*) São várias planilhas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim. Estou somando todas.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Não vai dar, porque são vários...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Claro que não vai dar. Por isso que já fiz de cabeça e sei que dá mais do que aquilo que estava lá. Por isso que estou fazendo. O senhor já vai...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... não, não. Só faz a de cima.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A de cima dá 1 milhão a menos.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O caso é o seguinte: o meu relatório, foi embasado nessas planilhas. Nessas planilhas. Então, seria...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Quem assina a planilha, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Espera aí. Eu queria primeiro ver onde está o nome da Vega Sopave na planilha que ele está me apresentando, porque ele quer que eu compute somente 2 milhões e 300.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Então, essa seria a dívida dela, de acordo com essa planilha.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Quem assinou a planilha?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tem vários gerentes, subgerentes. Tem a Rose, que é subgerente do BANESPA, Mário Antônio Razi, José Aparecido Riquena, Mário Antônio. Eu estou achando que uma das causas, a diferença entre essas...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor me desculpe, mas o senhor não está agindo de boa-fé aqui não. O senhor me mostrou uma planilha, mas tem uma que está quase ilegível.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tá, tranquilo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora eu vou mexer no que o senhor me entregou.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, isso aí é de vocês. Eu peguei com vocês aí.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor me entregou, o senhor me deu agora. O senhor está me explicando em cima desse documento. Tem uma planilha que dá um valor. Depois, vem aqui: Vega Sopave.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – São cinco planilhas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Uma outra planilha...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – São várias operações.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Depois vem aqui uma outra planilha. Então, vou ler.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tem o *(ininteligível.)*



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tem uma que não dá para ler o valor aqui, que está ruim o xerox. A outra, 2 milhões 353; a outra 979. Vocês computaram só o principal...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não vai chegar a um valor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... sem o custo de capitalização, sem a não sei o que lá TR mais 1%, sem ORTN, sem computar o dólar pelo oficial. Só está contando lá o principal. Depois vem outra, de mais 2 milhões 176. Aí vai. Depois tem uma outra aqui que é de 13 milhões e não sei quanto.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O que eu posso...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor, por favor, me explique como uma dívida caiu de 28... Eu não estou nem passando pelos 66; eu estou até sendo bonzinho com o senhor, porque, como eu não vi os 66, eu não estou nem chegando nos 66. Como é que uma dívida de 28 milhões foi para 3 milhões, pouco mais de 3 milhões, pouco mais de 28... Eu quero que o senhor me explique como é que foi feito isso, sumirem 25 milhões de uma carteira de dívida.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu trabalhei com essa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu queria aprender isso. Eu queria saber como é que funciona esse cálculo.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu trabalhei... O meu relatório cita essas planilhas. Com essas planilhas aqui, vou chegar nesse valor, 3.363. Agora, aquilo lá...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deputado Ricardo Berzoini, então vamos nos 66 milhões. Quem assina aquele relatório dos 66 milhões de dólares, por favor?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - A comissão de inquérito toda.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, o senhor assinou um? Então... Tudo bem. Eu vou esquecer o de 28 milhões de dólares. Esqueci. Esse não foi a Comissão que fez. Eu vou fazer para o senhor então uma pergunta diferente, que aí o senhor tem que me responder porque foi o senhor que fez. Como é que conseguiu a Vega Sopave diminuir uma dívida de 66 milhões de dólares, aproximadamente, para 3 milhões e 400, aproximadamente?



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Esse representante da Vega Sopave tem que ser contratado por outras empresas, porque ele tem uma capacidade que surpreende.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, ele tem que ser o Ministro da Fazenda.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – É, tem que ser Ministro da Fazenda.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ministro da Fazenda.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Negociar a nossa dívida externa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor sabe, tem como me responder isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. O que eu posso alegar para o senhor, o que eu usei foi essas planilhas que eu chego...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não quero saber o que o senhor usou para chegar no valor. Eu quero que o senhor me explique...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ... a 3 milhões e 300 mil dólares.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E como é que o senhor deu a informação para a Comissão assinar de 66 milhões, meu senhor?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aquele lá foi um relatório...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Onde o senhor mentiu: nos 3 milhões ou nos 66? Eu vou ser mal educado, direto. O senhor pode me esclarecer aonde houve a mentira, nos 66 ou nos 3 milhões?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ... entregue pelo BANESPA, que cita...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Aqui, nos 28 milhões. Eu já não estou mais dizendo dos 28 milhões.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ... o nome do advogado (*ininteligível*) do advogado. Eu não sei se...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não vai me enrolar aqui não. Vamos lá. Eu disse para o senhor dos 28 milhões, que cita aqui: Rodarte Ribeiro, advogado. Aí o senhor disse que esse aqui o senhor não podia comentar porque foi



o Banco Central. Eu esqueci. O Deputado Ricardo leu ali para o senhor, na página oito mil e tanto, já assinado pela Comissão de Sindicância, ou seja, pelo senhor, porque o senhor disse que cada um foi responsável por aquilo que entrou no relatório final, e o senhor cita a Vega Sopave como uma das suas responsabilidades. A dívida é de 66 milhões e, no relatório final, essa dívida cai para 3. Explique, por favor, quais foram os princípios adotados pelo senhor para que essa dívida caísse 63 milhões nas suas planilhas.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Esse saldo aqui de 3 milhões foi em dezembro. Convertei pela taxa de captação que eu trabalhei com essa planilha. Daí, vou contando uma história, que houve renegociação, entrada de imóveis, dação de imóveis, e que chegou, em dezembro, a esse valor. Na planilha, o custo de captação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Espere aí. O senhor me disse que apresentou 3 milhões. Aí o senhor conta uma história que foi entrando não sei o que, não sei o que lá. Então, caiu mais do que 3 milhões?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. É o seguinte...

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA - Conte a história para nós.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Em dezembro de 94, pelo meu relatório, o valor era 3 milhões. Até 31/12/94, houve dações de... Como a OAS estava interessada na compra, houve dação de imóveis. Então, houve valor 66 milhões de dólares, houve vários imóveis, houve uma alternativa de 7 milhões...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas, desculpe, se no dia 30 de dezembro de 94 a dívida era de 3 milhões, por que iriam entregar um imóvel de 60 milhões?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, mas isso aqui foi 92, 92. Eu estou contando uma história.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Presidente, não está respondendo. O senhor está se atrapalhando mais ainda. O senhor teve a oportunidade de ler. Eu vou repetir a pergunta para o senhor não precisar me contar história nenhuma. Basta esclarecer para mim, rapidamente. Em três palavras o senhor pode me responder isso.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como é que uma dívida feita, analisada pelo senhor, colocada no relatório pelo senhor, que o senhor disse que analisou, que o senhor disse que foi responsável por oito empresas — e esta é uma das empresas a que estou me referindo —, de 66 milhões e, logo após, ou seja, questão de dias, porque este relatório número... Essa página número 8 mil, o senhor tem condições, Deputado, de saber quando que ela foi feita? Qual é a data da assinatura?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não é página 8 mil; é 11.849.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Esse é o relatório, a simulação do relatório?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Esse é o pré-relatório, aquele que dá prazo para defesa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – No relatório parcial, a dívida apontada é de 66 milhões. Ou seja, dia 17 de agosto, a dívida...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Não. Sr. Relator, aí não. É bom precisar exatamente, porque essa é a dívida relatada pela Diretoria, pelo Departamento de Planejamento e Programação Empresarial do BANESPA para a dívida em 30 de junho de 92.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Tudo bem, tudo bem. Eu estou dizendo aqui, no dia 17 de agosto de 1995, ele faz um relatório, o senhor faz um relatório dizendo o seguinte: a dívida da Vega Sopave é de 66 milhões. A Comissão de Sindicância — só um minutinho — não pode colocar no seu relatório o acordo que foi feito, se existiu acordo ou não, do banco com o endividado. Ela tem que citar o fato específico da dívida na data em que está sendo apurado. Como é que ele, então, na Comissão de Sindicância, já reduz a dívida para 3 milhões? É isso que estou discutindo. Ele não podia. Não tinha ele, na Comissão, autonomia para, em seu relatório, dizer o seguinte: Eu entrei em intervenção no BANESPA porque existiam várias empresas como a Vega, que devia 66 milhões, e no relatório final dizer que a dívida era de 3. Não podia. Ele tinha que dizer: olha, teve fraude, teve isso, teve aquilo e a dívida é de tanto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Berzoini, pela ordem.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu acho que a preocupação do Sr. Relator é extremamente pertinente. Só para precisar, é que, na verdade... E o que me surpreende é que o depoente me parece que... A impressão que eu tenho é que ele tomou contato com esse relatório, talvez, há umas duas semanas, porque ele não consegue sequer se lembrar de coisas que eu, que li, com a falta de tempo que todo Parlamentar tem; eu, participando da CPI do PROER e da CPI do BANESPA, li esse relatório apenas uma vez, há cerca de dez dias atrás, e parece que eu tenho mais informações do que o senhor depoente. A Diretoria apurou essa dívida de 66 milhões de dólares em 92. Houve, já havia, já estava em curso uma negociação entre a Vega Sopave, concordatária; a OAS e o BANESPA, onde a OAS, para concluir uma negociação de aquisição de duas empresas do Grupo Vega Sopave, entregou, como dação em pagamento, uma série de imóveis. Aí, o relatório, que o senhor depoente assinou mas parece que não se lembra disso, aponta irregularidades na avaliação dos imóveis. Eu citei isso na reunião passada inclusive, que gostaria de entender a participação do senhor Michael Paul Zeitlin e entender a participação de alguns diretores do BANESPA na ocasião nesse procedimento, nessa negociação. Até perguntei para o depoente, me parece que o senhor Verzola, se havia, em algum momento, tido algum tipo de operação política.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ingerência política.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A gente sabe como é a questão de empreiteiras, a CPI das empreiteiras, que nunca ocorreu nesta Casa, enfim, há uma série de questões que a gente sabe que é sempre complicado. E o objetivo central nosso deveria ser, além de apurar por que a Comissão de Inquérito não faz um diagnóstico mais profundo em relação a essa questão, por que houve essas irregularidades. Então, a questão que o Sr. Relator coloca aqui é pertinente. É porque no início dos procedimentos se aponta um nível de endividamento que o próprio relatório final reconhece, no dia 30/12/94, como 3 milhões 363 mil dólares. E por quê? Se há uma disparidade de indexadores, o que foi sustentado inicialmente, por que isso não ocorre de maneira homogênea para todas as empresas apuradas?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu continuo...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O fato é que V.Exa. está argüindo o seguinte: houve uma diminuição da dívida. Portanto, houve uma diminuição...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – De 63 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – De 63 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E tem que me explicar por quê.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – É, eles deram imóvel... Provavelmente, pelo que o senhor falou agora, eles deram imóveis. Mas essa avaliação dos imóveis, será que foi correta? Isso não está no relatório. Será...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, está no relatório dizendo que não foi.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Que não foi correto?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que eu estou discutindo é o seguinte: como é que ele cita, no mesmo relatório, 66 milhões de dólares e depois 3 milhões de dólares? É só isso que eu quero que me explique. Dizer que usei a planilha, porque o BANESPA usou a planilha, que a planilha... Eu não quero saber de planilha. Eu quero que o senhor me responda como é que uma dívida de 66 milhões de dólares vira 3 milhões de dólares em apenas alguns dias? O senhor fez um papel num dia e outro no outro. Eu quero saber como é que cai uma dívida de 63 milhões de dólares em questão de dias. O senhor tem como responder?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não saberia explicar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não sabe explicar? senhor Presidente, ele não está colaborando com a CPI.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O que é preciso é pegar essa parte do BANESPA para analisar, mas com mais tempo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta, ele leu, tentou enrolar a Comissão aqui, foi rebatido e...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Isso aí, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu estou falando agora. Ele disse agora, novamente, que não tem condições de explicar. Eu não vou fazer mais perguntas. Que adianta fazer perguntas? Tem outras empresas em que aconteceu o mesmo processo: umas aumentaram, outras diminuíram a dívida. Eu queria entender. Mas já que ele vai dizer que não sabe, não vai colaborar, não está fazendo o papel constitucional dele...



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O que eu precisava entender é esse relatório que o BANESPA...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não é isso. O senhor não está deixando de ter o direito de reconhecer. O senhor...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se aquele valor é valor de renegociação do advogado ou não é.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Meu senhor, não fui eu que inventei. Não foi ninguém que fez este relatório. Quem fez este relatório foi o senhor. O senhor é que tem que explicar.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu trabalhei com as planilhas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não foram trazidos esses dados, esses números por qualquer outra pessoa a não ser o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O Deputado Marcelo Barbieri, co-autor do requerimento, tem a palavra para suas perguntas.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, eu quero comungar aqui em grande parte do que disse o Deputado Robson Tuma porque, lamentavelmente, a nossa testemunha, Dr. Paulo Roberto Signorette da Silva, está passando uma imagem ruim do Banco Central para a Comissão. Porque o Banco Central fez uma intervenção, faz intervenções e, com o caso do RAET, V.Sa. foi nomeado para fazer um inquérito, para orientar possíveis punições criminosas que poderiam ter havido nas razões, nas raízes do RAET, e a conclusão a que chegamos é que o senhor não tinha condições de fazer esse relatório. O senhor só participou de um, de uma comissão de inquérito, ao longo da sua carreira, nesses 22 anos?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Foi. Essa foi a primeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Foi a única?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – A única.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor se sentiu honrado com essa participação?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Senti.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Se sentiu honrado. Por outro lado, se o senhor se sentiu honrado, o senhor não lembra quem convidou o senhor?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Voltando àquilo que falei, eu fui indicado através de um ato...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Do Presidente do banco?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Do Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Que era o Sr. Pedro Malan?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Pedro Malan.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Foi o Sr. Pedro Malan que o nomeou?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Foi.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Que o escolheu, portanto?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Talvez ouvido o Presidente, ouvido meu chefe. Aí não posso...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas foi o Sr. Pedro Malan quem nomeou o senhor?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Foi.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Bem, eu queria saber do senhor o seguinte: é lógico que, se o senhor só participou dessa única reunião, dessa única comissão de investigação, se o senhor se sentiu honrado por ter participado, como acabou de falar...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – ... o senhor deve ter guardado alguns detalhes. Muitos o senhor não sabe, acredito que o senhor não guardou.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Um detalhe. Eu queria perguntar ao senhor o seguinte: no dia 7 de agosto de 95, teve aquela reunião que o senhor já confirmou que participou.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Certo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Vou ler aqui alguns diálogos dessa reunião. Quero saber se o senhor confirma ou não que eles ocorreram. Vou ler. O senhor preste atenção, por favor, e veja se o senhor consegue se recordar. Vamos lá. A reunião aconteceu com a presença do Sr. Alkimar Moura e do Sr.



Cláudio Mauch. Então, a reunião se deu num clima em que os senhores cobravam do Banco Central, como o senhor afirmou, que, até aquele momento, não tinha o balanço do BANESPA e, portanto, não poderia encerrar a CI porque faltava o balanço. Aí diz o Sr. Alkimar Moura quer dizer que — aspas — quer dizer que se aplica o RAET ao BANESPA, vocês preparam um relatório com milhares de páginas e recomendam seu arquivamento? Onde estão os culpados? E os que prejudicaram o banco? Aí, o Sr. Carlos José, o Relator, explica: mas nós estamos enviando ao Ministério Público os casos de irregularidades. O processo tem que ser arquivado porque não há patrimônio líquido negativo e o devedor principal é o próprio Governo do Estado, que está negociando com o Banco Central uma forma de amortização da dívida. Aí o Sr. Alkimar, irritado, retruca: eu não acredito que os ex-Governadores possam sair desse caso sem serem responsabilizados. Um dos membros da Comissão socorre Alkimar: há uma maneira de responsabilizá-los; basta contabilizar toda a dívida do Estado para com o BANESPA na conta de crédito e liquidação. Aí o Sr. Alkimar responde: e isso é possível? Aí, o Sr. Antônio Carlos Verzola fala: é, se o Banco Central considerar aplicável o que estabelece o art. 1º, item 9 da Resolução nº 1.748 do Conselho Monetário Nacional. Esse artigo, para quem não sabe, esse dispositivo permite transferir para conta de crédito de difícil liquidação os empréstimos que, a critério do Banco Central, mereçam essa classificação. Aí o Sr. Alkimar responde: pois, então, vamos dar esse entendimento. O Sr. Carlos José, Relator: se é assim, quero isso por escrito, e só colocaremos no relatório depois que também o BANESPA lançar em créditos em liquidação. Aí o Sr. Alkimar: pode concluir o seu relatório incluindo a dívida do Estado em créditos em liquidação porque hoje — e realmente hoje, porque foi no mesmo dia, no dia 17 — hoje mesmo vou mandar ofício ao Feitosa, interventor do Banco Central no BANESPA, pedindo que faça o mesmo. Aí, o Sr. Manoel Lucivio de Loiola, Subprocurador-Geral, com ar de satisfação, diz: então vamos avermelhar, tornar o patrimônio líquido negativo. O senhor confirma esse diálogo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Houve a reunião.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor confirma o diálogo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O diálogo, fica meio difícil eu confirmar isso aí.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Nem um trecho do diálogo o senhor se lembra?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Houve essa parte que...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor lembra dessa parte?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Da parte que o... Nós colocamos que só haveria passivo a descoberto se houvesse a dívida do Estado. Agora, os termos...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – E que o Banco Central tinha que orientar. Houve isso ou não houve?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Se o Banco Central fizesse comunicação ao BANESPA, daí ia avermelhar, tranquilo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor participou dessa reunião?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Participei.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor ouviu esse diálogo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Houve uma conversa. Agora, falar que esse diálogo, que houve esse diálogo, fica difícil eu afirmar. Quer dizer, que houve uma negociação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sr. Paulo Roberto, eu quero advertir o senhor, mais uma vez, o que diz o art. 342 do Código Penal: fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Então, o Deputado está fazendo uma pergunta objetiva ao senhor. Eu gostaria que o senhor fosse objetivo na sua resposta. Ele queria saber... O que o Deputado está perguntando é se esse diálogo aconteceu ou não aconteceu.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Houve um diálogo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Houve diálogo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Houve diálogo. Agora, se foi nesses termos aí, eu não posso afirmar.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sim, mas só para esclarecer a sua memória: o Sr. Alkimar Moura chamou a atenção dos senhores que os senhores iriam recomendar o arquivamento ou não chamou?



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Houve... Quando... Não...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Ele cobrou do senhor que os senhores iriam... Porque era prática. Sem o patrimônio líquido negativo, os senhores iriam mandar arquivar a CI?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tranquilo. Isso aí, tranquilo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Ele cobrou dos senhores ou não cobrou?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não cobrou, porque a nossa... Voltando mais uma vez (*ininteligível*) você, nós não íamos fazer nenhum ajuste. Nós, Comissão, não íamos fazer ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu vou ajudar o depoente, porque acredito na sua boa-fé. Estou acreditando na sua boa-fé. Então, não quero que o senhor seja prejudicado pela sua boa-fé. O que... O diálogo pode não... O senhor não se lembra dos termos exatos, mas a conclusão do diálogo é essa? Ou seja, o espírito do diálogo era esse?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – O relatório, como não tinha passivo a descoberto, ia ser arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim. Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se, se os diretores não mandassem o BANESPA...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Avermelhar? Pode usar o termo. Pode ficar à vontade.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ... avermelhar, o relatório seria arquivado. Não teria, porque nós não íamos fazer ajuste.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Perfeitamente. O senhor sentiu essa cobrança do Sr. Alkimar Moura, assim, veemente?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, porque quem fez os ajustes não fomos nós, foi o BANESPA.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, foi a carta do Sr. Alkimar Moura e do Sr. Mauch que fez o BANESPA fazer.



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Então, foi isso. Então, não foi...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas, na hora... Inclusive esse esclarecimento aqui, o senhor se recorda de que o Dr. Verzola teria explicado esse art. 1º do item 9 da Resolução nº 1.748 do Conselho Monetário Nacional ao Sr. Alkimar? O senhor se recorda desse trecho? Porque é um trecho técnico, não é político. É um trecho técnico. O senhor se recorda disso? O trecho é o seguinte: se o Banco Central considerar aplicável o que estabelece o art. 1º, item 9 da Resolução nº 1.748 do Conselho Monetário Nacional, é possível o crédito de liquidação. O senhor se recorda?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. É possível, é possível.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Recorda?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu não recordo, mas é possível.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, o senhor confirma?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Porque caberia ao Banco Central...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Orientar o BANESPA?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ...orientar o BANESPA.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sim, perfeitamente. O senhor é filiado a algum partido político?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor tem noção que o senhor pode ter participado de uma trama política nesse processo? O senhor tem essa consciência?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Eu sou técnico. Por isso eu não tenho...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor, como técnico, o senhor percebeu que está envolvendo aqui uma questão política, de ordem política, por esse diálogo que houve nessa reunião de que o senhor participou?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É claro.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor está percebendo que tem uma questão política?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, tudo é político.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor entendeu que na sua vida, como técnico, o senhor tem uma participação política nesse assunto?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu sou funcionário do Banco Central. Eu tenho que me sujeitar...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu lamento. O senhor é funcionário. Mas o senhor aceitou a (*ininteligível*) política.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Como eu fui indicado para a Comissão, exerci, o máximo possível que eu fiz foi tentar fazer o melhor serviço possível.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Claro. Sem dúvida. Quanto a isso...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Que essas reuniões que nós pedimos, nós pedimos. Agora falar assim, essas frases aí, se foi isso aí, isso aí não dá para falar, tem que ter gravação, não tem condição. Quer dizer, na reunião é tanta coisa que se fala...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Entendi. Tudo bem.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu era um também que ia lá só para escutar. Eu não dava opinião.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor não falou nada nessa reunião?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, eu nunca falei nada.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor ficou mudo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não abri a boca. Era um membro...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor participou da reunião?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Participei. É o que eu falei para os senhores, várias vezes: eu fazia as empresas, eu ficava lá no BANESPA. Eu nem ficava no Banco Central.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Agora, como o senhor fez as empresas — o senhor já afirmou aqui que o senhor fez as empresas, uma delas foi a Vega Sopave —, o senhor sabia, o senhor apurou que houve essa diminuição da dívida da Vega Sopave durante o período do RAET que o senhor estava investigando? O senhor confirma isso?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Aquele ali foi um relatório encaminhado pelo BANESPA.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sim.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu penso que ali seria um valor talvez para renegociação que o advogado faria, porque ele usava vários índices. Penso, penso, né? Eu usei planilhas do BANESPA, que estão assinadinhas, e fechei com meu relatório.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Certo.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Pode haver desencontro. Talvez aquele lá fosse um valor para efeito de (*ininteligível*), ou que ali pode estar errado também. Eu não...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – A planilha pode estar errada?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor trabalhou no RAET, na CI, de 25 — o senhor afirmou aqui — do dia 25 de janeiro de 95 até o dia 17 de agosto de 95. Correto? O senhor confirma essa informação?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Até o dia...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Dezesete de agosto de 95? Foi o dia do relatório, dia 25 de agosto.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Dia 25 eu lembro.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Dia 25 o senhor lembra?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Lembro. O final eu não lembro, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Durante esse período em que o senhor esteve lá, o senhor trabalhou dentro do BANESPA, lá em São Paulo?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É, a maior parte, no BANESPA.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Em que lugar o senhor trabalhava?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Na Patriarca.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Lá na sede central do BANESPA?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Em que andar?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Era o andar da Diretoria.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor ficava no andar da Diretoria?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Ficava.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor chegou a ver esse senhor que representava a Vega Sopave, o Sr. Michael Zeitlin, lá na Diretoria do BANESPA algumas vezes?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor teve algum contato com esse senhor?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor tomou conhecimento de que ele negociava em nome da Vega Sopave os créditos?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tudo que está aqui, que estou colocando aqui, eu tenho anexo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então o senhor confirma que ele participava dessa... Porque o senhor citou o nome dele aqui no relatório.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É se eu citei, pode ver que tem alguma folha que fala que estava o nome dele.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O Sr. Michael Zeitlin participava das negociações?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se o senhor pegar ali...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, está aqui o nome dele. Eu li no relatório.



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se você pegar a folha, está lá que alguém falou, alguém citou alguma coisa. O serviço que fiz lá, sou sempre fotógrafo: eu tiro a fotografia e escrevo. Não dou minha opinião pessoal.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Certo.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não posso afirmar nada.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor confirma o que o senhor escreveu aqui?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Escrevi. Não, isso aí, tranquilo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor punha as coisas aqui sem confirmação ou o senhor procurava confirmar?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Confirmava.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor ia atrás? Olha, esse Michael Zeitlin participou realmente das negociações aqui?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Tinha, às vezes, uma ata em reunião, uma carta assinada por um gerente...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, o senhor tinha acesso a essas informações todas?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Tinha. Aí é tranquilo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor sofreu algum boicote nas apurações que o senhor promoveu nessas oito empresas de alguém da Diretoria do BANESPA, da diretoria interventora?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Algum funcionário do BANESPA lhe sonegou alguma informação?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – A única coisa que houve em meu relatório é que, na parte de agência deficitária, eu não encontrei, o BANESPA não encontrou algumas análises técnicas de agências.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Qual empresa?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, agência deficitária.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Agência...



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Deficitária.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Agência deficitária. O senhor não achou alguns documentos referentes à agência?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É que nós pedimos para o departamento que era responsável...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Ele não mandou?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – ... e não encontraram. Não sei se houve ou não houve. Não encontraram. Então, como eu tenho meu prazo, se o senhor pegar a página que está, está escrito lá que não foi encontrado, né? Isso aí.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor ficou, então, praticamente oito meses na Diretoria do BANESPA?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, não. Daí eu voltei também para depois acertar o meu relatório, acompanhar...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Voltou para onde?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Para o Banco Central. Para numerar...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Banco Central. Mas o senhor ficava o dia inteiro ali, praticamente, analisando os documentos...

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É, eu fiquei, mais ou menos, dois terços lá no BANESPA e um terço no Banco Central.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Certo.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Na hora de fechar o relatório, tem que pôr tudo em ordem.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Muito bem. Muito embora o senhor não tenha dito nenhuma palavra nessa reunião do dia 7 à qual me referi, o senhor estava de acordo com a decisão do Dr. Verzola, que mandou uma carta dizendo que, se não houvesse uma decisão do Banco Central, a CI teria que propor o arquivamento do RAET? O senhor estava de acordo com isso, tecnicamente?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Se não houvesse passivo a descoberto, se não houvesse, era arquivado. Isso aí...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Arquivado. Conseqüentemente, o banco não ficaria no vermelho, ficaria no azul.



O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – É, não ficaria, mas a intervenção aí é outra parte. Se continuaria ou não continuaria, é outra parte.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Outra parte. Eu sei.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Comissão de Inquérito e intervenção. É diferente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Agora, ainda com relação a isso, o senhor, como técnico do Banco Central, muito embora não tenha analisado a parte pública, mas sim a parte privada, o senhor achava que o banco estava numa situação difícil financeiramente ou o banco tinha condições de suportar as dívidas que tinham sido contraídas?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Aí... Voltando, as empresas privadas estavam provisionadas.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não tinha problema nenhum as empresas privadas liquidarem o banco?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Inclusive o BANESPA sempre teve lucro.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor notou algum desvio de recursos nessas empresas privadas? O senhor percebeu algo irregular, algum depósito na conta de algum diretor do banco, de alguma pessoa suspeita?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Nós não chegamos nessa parte.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Pois é. No caso do BANPARÁ, que se fala muito, houve depósito em contas de Governadores. O senhor observou algum depósito nesse sentido?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Nas que eu analisei, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Nada irregular nesse sentido?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não. Que eu analisei, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Nada irregular?

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, eu queria aproveitar, estou apresentando para ser discutido amanhã, eu e o Deputado Berzoini, o convite para a convocação do Sr. Carlos Drummond, da revista **CartaCapital**, autor da reportagem que relata esse diálogo, o qual a nossa testemunha de hoje confirma que houve, o conteúdo do diálogo, podem não ser as mesmas frases. Então, nós estamos propondo, eu e o Deputado Ricardo Berzoini, a convocação do Sr. Carlos Drummond para que ele possa trazer à luz todos esses diálogos que aconteceram, e proponho que isso seja discutido na reunião de amanhã, se V.Exa. assim o permitir. Está aqui o meu requerimento. Por enquanto é só, Sr. Presidente. Eu queria dizer que lamento que o nosso Dr. Paulo Roberto tenha sido usado, pelo que me parece, politicamente. Embora não seja político, seja um técnico, acabou servindo... Eu proponho que V.Sa. não participe mais de comissões de inquérito desse tipo.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Eu acho que usado politicamente, não. Eu falei que sou técnico, analisei as empresas...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas, na prática, eu percebo que o senhor está embaraçado pela situação política em que o senhor se viu envolvido na intervenção do BANESPA.

O SR. PAULO ROBERTO SIGNORETTE DA SILVA – Não, eu não concordo, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI — Perfeitamente, muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente, eu queria, se V.Exa. e os demais membros da Comissão assim entenderem... Estou sentindo que o depoente está com dificuldade em ajudar a CPI, não sei se por medo, por receio de se auto-incriminar ou por medo de ameaça. Eu pediria a V.Exa., se assim entendesse junto com os demais membros, transformar esta reunião em reservada a fim de podermos tomar o depoimento do Sr. Paulo de maneira mais tranqüila, para que ele possa ficar mais tranqüilo para responder as perguntas da Comissão, obviamente, se entender que deve respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) — O Sr. Relator apresenta uma questão de ordem para transformarmos em reservada a reunião. O pedido é regimental.



O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA — Sr. Presidente, só para entender, se nós transformarmos esta reunião em reservada, isso implicaria em que todas as pessoas, fora a Comissão de Deputados, estivessem fora da sala.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) — Exatamente.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Eu sou favorável.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) — O Relator está apresentando o requerimento. *(Pausa.)* Senhores, eu vou considerar como um requerimento verbal do Sr. Relator. Indago dos Srs. Deputados, aqueles que estiverem de acordo com o requerimento de transformação numa sessão reservada, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Eu solicito às pessoas que não são membros da Comissão que se retirem para que possamos continuar o nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Comunicando que, logo após, vamos ter ainda o próximo depoente.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) — Nós faremos a oitiva da segunda testemunha ainda hoje. *(Pausa.)*

(Reunião suspensa.) (Reunião reservada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Declaro reabertos os trabalhos da reunião de audiência pública. Vamos passar ao depoimento do Sr. Raimundo Augusto Costa Filho, também membro da Comissão de Inquérito do Banco Central em relação ao BANESPA. Como V.Sa. foi convocado na condição de testemunha, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal, solicito a todos que fiquem de pé para ouvir o juramento que V.Sa. vai fazer.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, quero advertir o depoente, Sr. Raimundo, que as penas culminadas ao crime de falso testemunho previstas no Código Penal, no art. 342, a pena é de reclusão de um a três anos de multa. E o art. 342 diz o seguinte: “...fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral”. Então, eu faço essa advertência ao senhor, já que o senhor presta o depoimento na qualidade de testemunha. Com a palavra o Sr. Raimundo Augusto



Costa Filho para fazer sua exposição por até 20 minutos. Antes quero informar a V.Sa. que após a sua exposição, os Deputados poderão fazer interpelações e tanto os Deputados quanto V.Sa. terão direito à réplica e à tréplica. V.Sa. tem a palavra.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Boa noite, Excelências. Eu vou começar dizendo que participei da Comissão de Inquérito do BANESPA na condição de membro muito depois que ela já tinha sido instalada. Praticamente uns quatro, cinco meses de instalação, eles precisavam de um técnico para acompanhar determinados processos e eu fui convocado. Trabalhei praticamente em quatro ou cinco análises de contratos, participei da parte final, ajudando de uma forma ou de outra que os senhores...V.Exas. sabem, são 16.600 páginas de papel que tinham, e era uma secretária simplesmente para fazer todo esse trabalho. E na medida que a gente foi terminando os relatórios propostos, nós ficamos ali ajudando, tal, cooperando com tudo. E os processos técnicos que eu participei efetivamente, que obviamente não aparece a minha assinatura em cada análise, eu me lembro, em função de ter feito uma vista d'olhos num processo existente dos colegas do Banco Central, o caso da Nardini, o caso da BANESER, e mais profundamente o caso do restaurante do Jockey Clube. Isso foi o que trabalhei mais efetivamente, analisando com profundidade, procurando traduzir o que os documentos apresentavam e basicamente trazendo ao meu relatório as informações que a AUDIT, auditoria interna do próprio banco nos forneceu e que já eram os relatórios existentes no banco, de conhecimento das pessoas que lá trabalhavam. E uma parte pequena, talvez não tenha nenhuma influência, eu sou aposentado do Banco Central há três anos. Ou seja, estou afastado das atividades, afastado inclusive de comparecer ao banco assiduamente, converso muito pouco com as pessoas, mas apareço ao banco pra sacar no Banco do Brasil, e estou, de momento, trabalhando num banco em liquidação extrajudicial como assistente do liquidante. Então, a minha relação com o processo ficou muito distante, muitas coisas eu não me lembro realmente, e estou aqui à disposição de V.Exas. pra qualquer pergunta, qualquer indagação que na medida do possível eu possa apresentar uma resposta adequada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Sr. Relator. (*Pausa.*)V.Exa. concederia a palavra ao autor do requerimento? Deputado Marcelo Barbieri.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, Sr. Raimundo, o senhor falou que está em um sistema de intervenção de um banco. Qual banco que é?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Banco Pontual.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Banco?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Banco Pontual.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Pontual. O senhor participou de muitas comissões de inquérito?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, bastante. Bastante mesmo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor se lembra quando? O senhor se recorda quantas?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu trabalhei na Comissão de Inquérito de umas três distribuidoras no caso dos precatórios.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Certo.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Trabalhei efetivo, tá? Não como um membro assim pra completar a equipe. Eu participava profundamente. Trabalhei...ah, agora tem muita...umas distribuidoras, são umas distribuidoras pequenas, tá. Banco grande eu completei um relatório que ficou pendente do Banco São Jorge. Demorei bastante também que era uma coisa bem complicada, e trabalhei uma série delas sempre como relator das comissões de inquérito.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor foi chamado para a Comissão de Inquérito do BANESPA quando? O senhor se lembra quando?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Olha, a Comissão de Inquérito ela começou, parece-me, em fevereiro de 95. Eu estava fazendo um trabalho no Banco de Boston, e de repente o serviço da Comissão de Inquérito do BANESPA cresceu, e tinham poucas pessoas, e tinha um prazo, aquele prazo era fatal. Tinha que ser cumprido o prazo. Então, precisava mais de outras pessoas pra pegar determinados processos que já existiam, como disse inicialmente, na AUDIT, na auditoria interna do Banco, para que fossem vistos pela Comissão de Inquérito. Se não houvesse uma colocação de outras pessoas, talvez a Comissão não visse aqueles processos que eram realmente importantes na visão do Relator e na visão do Presidente da Comissão.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor se lembra quem chamou o senhor pra entrar na comissão? Quem o convidou?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Olha, eu fui informado pelo meu supervisor de equipe de fiscalização.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Qual o nome dele?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ai, meu Deus! Ele se aposentou há tanto tempo! Diogo. O nome dele era...o meu supervisor era Diogo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Diogo, o sobrenome o senhor não lembra?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, o sobrenome...a gente convivia muito...tão...inspetor. Convive tão pouco com o chefe, né, que passado vários...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Foi ele que ligou pro senhor e chamou o senhor pra entrar na...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Dizendo que eu deveria me apresentar lá onde estava instalada a Comissão de Inquérito, que é ali no prédio do BANESPA, na Praça Antônio Prado, eu fui lá, conversei com as pessoas que já estavam lá...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Que mês foi? O senhor lembra?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Olha, sinceramente...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não lembra?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não lembro. O mês...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Março, abril...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não. Foi bem, bem depois, quase em...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Quase em agosto já...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Quase...quase no finalzinho já.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Quase no final.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor se lembra de uma reunião que houve no dia 7 de agosto de 1995?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu não sei a data exatamente, mas eu participei realmente de uma reunião. Como membro da Comissão de Inquérito, fui chamado para participar da reunião. Obviamente como... Não tinha opinião nenhuma a ser dada. Simplesmente compareci, já que a gente fazia parte da Comissão. Tecnicamente, só iria o Presidente e o relator designado, e os outros poderiam ir ou não, mas fizeram questão que a gente comparecesse.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Quem fez questão que o senhor comparecesse?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – O Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O Verzola?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – O Verzola, isso. O Verzola.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Ele fez questão que o senhor também comparecesse?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Que todos nós, né. Inclusive, inclusive a secretária.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor se lembra quem estava nessa reunião além dos membros da Comissão?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Além dos membros da Comissão, estava...eu até anotei aqui, ó, engraçado...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Pode falar. Fique à vontade. Pode ler as suas anotações. Não tem problema nenhum.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – O Presidente do banco, né...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Quem era à época?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – O Loiola.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Dr. Loiola.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – O Loiola. O Procurador... Subprocurador do Banco Central, Manoel Lucílio de Loiola, Alkimar Ribeiro Moura, o Cláudio Mauch e o Delegado Regional, que era o Sr. Ferriani.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Além dos membros da Comissão.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Além dos membros da Comissão.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor falou aqui agora, acabou de falar que o senhor participou de várias comissões de inquérito.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Comissões de inquérito.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor é um homem experiente nessa área...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exato.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Tem muita vivência. O senhor achou normal uma reunião desse tipo? O senhor participou de várias...o senhor conhece outras situações como essa que houve uma participação de Presidente do Banco Central, Diretoria para interferir num trabalho de uma Comissão de Inquérito de um determinado banco? O senhor se recorda disso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Das que eu trabalhei, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Só esse caso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Só esse caso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Esse é o único caso que o senhor se lembra disso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Que eu participei.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Que o senhor participou?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Das outras comissões que eu fui relator nunca...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Nunca houve interferência?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Nunca houve interferência de ninguém.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Nunca houve. Ou seja, não é uma praxe do banco ter esse tipo de interferência da Direção?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, não é.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não é uma praxe?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não. Até onde eu sei, não é. A primeira que eu vi. E depois do BANESPA também participei de umas outras, né, justamente a dos precatórios que foram bem depois do BANESPA. Aí nós não tivemos...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Interferências diretas do Presidente do banco, dos diretores?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu não diria, Exa., que foi uma interferência.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não. Tudo bem. Uma reunião.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Uma reunião. Mas essa reunião foi — talvez os senhores saibam melhor do que eu — ela foi em função da inexistência de um balanço para que a Comissão de Inquérito fechasse, e que havíamos solicitado ao Presidente do BANESPA, na época, né, que precisávamos desse balanço com uma certa urgência e queríamos obviamente fazer alguma coisa. Ou com um balanço real feito pelo Conselho Diretor ou nós faríamos com os balanços que nós tínhamos em mãos, que era de um mês antes. Nós precisávamos de ter alguma coisa firme pra tomar uma decisão.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Perfeitamente.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Foi isso que eu participei e eu vi.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor lembra bem dessa reunião? O senhor tá bem lembrado dessa reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Foi uma reunião que marcou o senhor por ser um fato inédito? O senhor participou de tantas comissões de inquérito, vendo uma reunião inédita desse tipo, como o senhor já reconheceu aqui...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor se lembra dos detalhes dessa reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Olha, o único detalhe que eu me lembro exatamente é que quem tinha a palavra era...até o Delegado Regional falou tão pouco que ele não sabia exatamente o que estava acontecendo, o Sr. Ferriani, ele falou tão pouco na reunião. E que os...como é que fala...os membros da Comissão, aqueles mais influentes, o Presidente e o relator, Sr. Carlos Braz, eles que mais trocavam idéias, eles que mais influenciavam os demais pra ver como é que ficava a situação da própria Comissão. Porque a Comissão, na verdade, diga-se ao bem da verdade, a Comissão chegou uma hora, ela ficou perdida, não sabia o que fazer. E agora, como é que nós fazemos? Isso foi perguntado entre nós. Mas como eu e mais uns dois colegas, membros da Comissão que também chegamos



bem depois, nós não tínhamos opinião formada sobre nada, né. Porque nós fizemos trabalhos estanques, e aqueles trabalhos estanques foram colocados no relatório ali, sem a nossa assinatura, e tal, obviamente foi — não vou dizer manipulado —...ele foi ajeitado pra dar aquela visão real de um relatório.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor de nessa reunião haver uma conversa assim no sentido de tinha que ter, como é que uma Comissão dessa faz seis meses de trabalho, levanta uma série de dados, e obviamente que acabar não incriminando ninguém porque não havia até aquele momento...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – ...uma colocação de que o banco estava no prejuízo, que o banco ia à falência, que o banco ia sofrer a liquidação, e houve alguma colocação de algum diretor do Banco Central nessa reunião relativamente a isso? O senhor se lembra disso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Na reunião, conosco não. Porque eu me lembro que os diretores do Banco Central saíram da sala, juntamente com o Delegado, e...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O Delegado Regional.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - ... Regional, à época, o Dr. Ferriani. E nós da Comissão, lá, nós, que éramos membros da Comissão, ficamos no aguardo de uma palavra qualquer deles, e isso ficou entre eles, e nessa altura do campeonato, eles voltaram e aí eu pedi pro Presidente da Comissão pra dar uma saída, porque eu não opinava nada. Eu falei pra ele: eu sou o último a chegar, fiz o trabalho aí que não tem relação nenhuma com a solução da Comissão de Inquérito, foi mais pra criar uma análise técnica. Ele falou: “Ó, tudo bem, deixa aqui que a gente se vira.” E depois eu fiquei sabendo pelos jornais... Acho que vazou alguma informação da Comissão, eu fiquei sabendo pelo jornal no dia seguinte, que o Presidente tinha aceito a nossa proposta de que, se nós fizéssemos a dívida do Estado, colocasse tecnicamente a dívida do Estado como crédito de liquidação ou criar uma provisão pra devedores duvidosos, que ele permitiu isso. Mas eu não lembro os detalhes, porque o jornal, eu não sei como, ficou sabendo, né? É essa a versão que eu tenho.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Quer dizer que o senhor não ficou até o final da reunião?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Exato.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor está dizendo aqui que o senhor não ficou. O senhor saiu antes do final da reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É, porque eu estava ali — como é que eu diria? — um espectador só, né?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Um espectador.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Eu num ia dar opinião, eu num ia colocar nada que pudesse alterar.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor sabia que a reunião, o objetivo da reunião era discutir a questão do balanço, exatamente dessa questão que o senhor colocou agora...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - ... de que é o crédito de liquidação das dívidas do Estado com o BANESPA?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Exato. Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor sabia que o assunto, a pauta era essa? O senhor sabia disso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Exato. Isso eu sabia.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor sabia. O senhor também sabia que, se não pusesse em crédito de liquidação as dívidas do Estado com o BANESPA, o RAET seria suspenso porque o patrimônio líquido seria positivo, o Banco teria dado lucro e, portanto, o RAET seria suspenso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Olha, Excelência, pelo meu conhecimento técnico, independentemente de se colocar esse crédito de liquidação, para que o patrimônio líquido, vamos dizer assim...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Ficasse inativo?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - ... aparecesse em vermelho, como é o jargão, né?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Isso. Avermelhar, né?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Avermelhar é o jargão que se usa. Independentemente disso, as irregularidades que foram colocadas em alguns pontos do relatório, elas já eram o suficiente pra que permanecesse o RAET. O que poderia acontecer pra nós na Comissão de Inquérito era chegar e dizer pro



Presidente do Banco Central: “Olha, num tem patrimônio líquido negativo, não tem passivo a descoberto.” E isso ia acarretar a entrega do nosso relatório, obviamente o relatório tinha que sair, para que o Banco Central tomasse as providências cabíveis.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor falou de irregularidades. O senhor poderia apontar duas dessas irregularidades que o senhor pessoalmente atuou na feitura do relatório?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É, como eu falei no começo, as irregularidades que eu participei, escrevi inclusive as irregularidades, foi o caso bem marcante do restaurante do Jockey Clube.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Restaurante do Jockey Clube. Qual era a irregularidade que o senhor identificou lá?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É, a irregularidade maior foi o uso indiscriminado dos recursos.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Do quê?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - O uso indiscriminado dos recursos para fazer um restaurante que, segundo eu li no relatório da AUDIT, que não deveria existir. Mas, mesmo assim, o Banco insistiu em fazer esse restaurante.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor se lembra a época em que foi feito esse contrato com o Banco?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Ah, deixa eu ver se eu anotei. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Será que tem anotado aí?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Deixa eu ver se eu anotei aqui. Restaurante Jockey Clube...Não, não, que coisa, né? Mas foi... O que eu me lembro agora, em função da leitura que eu fiz, é que ele demorou pelo menos uns quatro ou cinco anos pra ser terminado. Ele começou com um valor orçado de 863 mil dólares e, quando chegou ao término, ele estava valendo 5 milhões de dólares. Quando ele foi entregue e todas as contas feitas, todas as manifestações no processo feitas, chegou-se ao custo final de 4,7 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O custo desse empréstimo que o Banco promoveu ao Jockey Clube ou a dívida do Jockey Clube com o Banco?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não, ocorre o seguinte: esse restaurante chama restaurante do Jockey Clube porque o BANESPA alugou um



prédio que pertencia ao Jockey Club pra se instalar um restaurante que, no mínimo, de 5 mil refeições por dia, tá? E fizeram todos, obviamente, todos os trâmites normais. E essa obra ficou muito tempo, paralisou-se, num tinha verba e um monte de situações lá que chegou a esse ponto. Esse foi uma das irregularidades que eu participei.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Qual foi uma outra? O senhor pode citar uma outra irregularidade?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Olha, outra irregularidade que existia era... Na época era uma situação mais ou menos política, né? Foi o caso da BANESER, que todos nós já sabemos. É um fato notório o da existência da BANESER. Esse também eu relatei, mas sempre baseado, obviamente, na existência do relatório da AUDIT, que já tinha feito o mesmo trabalho que a Comissão de Inquérito deveria fazer.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - No caso da BANESER, o senhor se lembra do valor que trouxe prejuízo ao BANCO? O senhor identificou?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - O BANESER, até onde eu me lembro, o BANESER num trouxe... nós não conseguimos, eu pelo menos não lembro se nós conseguimos demonstrar qual foi o prejuízo pro BANESPA.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor não conseguiu apurar nenhum prejuízo concreto...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Pro BANESPA, tá? O que existia, as irregularidades que a gente lembra de ter participado era situações que não pertenciam ao BANESPA, mas o BANESPA é que fazia o pagamento. Funcionários contratados pela BANESER, mas estavam na folha do BANESPA. Essa era uma irregularidade que nós demonstramos.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas isso não caracterizou prejuízo ao Banco?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não lembro. Na verdade, não lembro se fez... O prejuízo, talvez nem fosse um prejuízo econômico, né?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Sei.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Fosse um prejuízo mais social, mais político.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mais político. Tá certo.



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Certo?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor considerou também essa questão de colocar em crédito de liquidação a dívida de São Paulo, do Estado de São Paulo com o BANESPA uma questão política? O senhor considerava uma questão política essa decisão?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não. Eu particularmente?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – É, o senhor particularmente.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Eu particularmente? Não, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor achava que era uma questão técnica?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Era uma questão técnica que só o Banco Central poderia dar pra nós assinarmos embaixo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - E o senhor particularmente, como uma questão técnica, qual era a sua avaliação técnica sobre isso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Eu? É, eu com a minha experiência de vinte anos de Banco Central, eu, se fosse me dado opinar na época, eu seria contra.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Contra?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Colocar em crédito de liquidação a dívida do Governo com o Banco.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É, porque a gente partia do pressuposto que o Governo não fale, né?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Vai falir. E estava em dia, não estava?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Olha, isso eu não lembro.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor não lembra.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Porque o que eu li, tinha umas parcelas, algumas parcelas em atraso. Pelo que eu li.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – De 85.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Mas é que eu não participei...



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, é que o Dr. Verzola mandou uma carta para o Dr. Loiola...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Parece-me...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - No relatório, parece-me que demonstra.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O Dr. Loiola fala que estavam atrasadas algumas parcelas de 85.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Isso. Do período em a gente...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor pessoalmente não colocaria em crédito de liquidação? Como técnico.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Sim. Como técnico, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Como técnico, não como político.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não colocaria em crédito de liquidação porque, naquele momento...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Estava renegociado...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Isso! E a técnica contábil, se chega à conclusão o seguinte: bom, o Governo do Estado deve, num vai pagar nunca, então colocar algo em crédito de liquidação é dizer que o devedor não vai pagar.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Claro, claro. O senhor teve conhecimento da revista **CartaCapital**, publicada no dia 7 de agosto de 96, em que o senhor é citado, o Sr. Raimundo Augusto Costa Filho, como um dos presentes nessa reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor tem conhecimento disso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Sim, eu acabei de dizer que estive presente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor leu essa matéria?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Ah, mas faz muito tempo isso, né?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor acha que essa matéria tinha alguma coisa de veracidade ou ela era inventada, era criada pelo jornalista Carlos Drummond?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Olha, eu não lembro os detalhes da revista **Carta**. Mas, eu num sei se vale minha opinião aqui, talvez aqui não seja o momento adequado de dar minha opinião pra...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, fique à vontade, sua opinião vale muito aqui. O senhor tá como depoimento.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - ... da revista **Carta**. Eu li a revista **Carta** na época, mas eu nunca gostei dos termos que ela coloca, me dando a impressão que a gente fez aquilo por baixo do pano. Como é que ele...? Num sei se o termo que ele usa... Um termo que todo o mundo usa. O calar... Como é que é?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O calar da noite?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É, o calar da noite ou coisa desse tipo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – É, tudo bem. Mas o senhor sabia que a discussão naquela reunião foi essa?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Ah, sim, isto aí...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Foi a decisão de colocar ou não em crédito de liquidação, que o senhor acaba de dizer que o senhor era contra tecnicamente.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Exatamente. É, mas eu particularmente, aqui e perante os colegas de trabalho.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Claro, claro.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Na reunião eu nem abri a... Nem falei nada, né? Nem poderia falar, que as pessoas que tinham o direito de falar era o Presidente da comissão e o relator da comissão, que eles tinham todos os detalhes, já tinham o relatório pronto...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Certo.



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - ... e tinha a opinião formada deles. Então eles precisavam de um respaldo. Obviamente esse respaldo só poderia ser dado pelo Banco Central, né?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor, como um dos responsáveis pela Comissão de Inquérito, nesses processos que o senhor apurou o senhor identificou algum desvio de recursos do Banco pra alguma conta particular de algum diretor ou de alguém que...?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não, olha sinceramente, Excelência, por mim não passou nenhuma informação desse tipo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não passou?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não passou. Porque...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor não apurou nada disso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não, eu não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, eu queria dizer que me sinto satisfeito até o presente momento. Se depois houver necessidade voltarei a fazer algumas perguntas. Mas, até o presente momento, eu queria agradecer ao Sr. Depoente que eu acho que trouxe coisas importantes para o esclarecimento aqui da nossa Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de iniciar registrando aqui, publicamente, perante a imprensa, que o que ocorreu hoje, a operação que o Banco Central exerceu aqui hoje, é uma demonstração clara da relevância desta CPI e do risco que o Banco Central considera que ela pode trazer, não para o Banco que é uma instituição, mas para pessoas que ocuparam cargos importantes, que podem ter agido sob a orientação política e não sob o caráter técnico que o Banco Central deve ter. Mas, me dirigindo diretamente ao Sr. Raimundo, eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: quais foram os objetos específicos do seu trabalho na Comissão de Inquérito?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É... talvez eu, repetindo o que eu falei, eu possa trazer algumas...



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não se preocupe, a repetição, no caso de CPI, é importante.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO -... trazer algumas palavras aí que não disse antes e agora posso dizer e destorcer em parte. A minha função precípua foi ajudar os componentes lá trabalhando, abarrotados de trabalho, né? E que me deram quatro processos pra que eu desse continuidade. Foram esses dois que eu citei, que é o do restaurante, a BANESER, e uma empresa, uma devedora lá, chamada Nardini. A outra, realmente, passado todo esse tempo aí e eu lendo o relatório, eu num pude identificar qual foi a que eu fiz, tá?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - BANESER, Jóquei, Nardini e...?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Isso. Fiz mais uma, mas não lembro exatamente qual foi.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não lembra qual empresa (*ininteligível.*)

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não lembro, porque eu dei uma olhada bem rápida nesse relatório. Porque eu num tenho acesso, em função de eu ser aposentado, não tenho acesso a essas informações mais, né? E nem conversando com os colegas, eu não sei aonde teria um relatório desse pra eu manusear. Manuseei um que estava lá guardado com um colega, e não sei por que estava com ele. Sem assinatura de ninguém, sem nada. Agora, se os senhores e V.Exa....

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Estava guardado com quem?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Com um colega nosso lá.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Qual o nome dele?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É o Carlos Braz. Parece-me que vai depor amanhã.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ah, o relator.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - O relator. Isso. É porque deixa de ter a...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Quer dizer que o senhor esteve com o Seu Carlos no dia de ontem?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não, eu falei com ele se eu poderia manusear. Ele tinha saído para uma reunião sexta-feira, às 11 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sexta-feira?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Sexta não, desculpa. Quinta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Quinta-feira, antes do feriado.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Quinta-feira. Foi o dia que me informaram que eu seria, participaria desse trabalho aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sim. E o senhor teve acesso ao relatório somente através da pessoa dele?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É, estava lá. Mas só que ele deixou pra eu entrar lá junto com o colega que me antecedeu aqui. E eu dei uma olhada muito rápida porque eu tinha que voltar ao meu trabalho, né? E são 400 páginas, 400 e poucas páginas. E aí num dava pra ler em quinze, vinte minutos e entender todo o conteúdo do relatório.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A questão da complementação de aposentadoria não foi o senhor que tratou?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não. Em relação à questão do BANESER...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...o senhor disse que não houve prejuízo pro Banco. Prejuízo financeiro.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É, isso. Que eu tenha demonstrado esse prejuízo, num me lembro que eu tenha demonstrado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – No entanto, o relatório, imagino que tenha sido o senhor que formulou para o relator, da maneira como está aqui, aponta que, de 90 a 94, os pagamentos feitos pelo Banco à BANESER atingiram um total de 470 milhões de dólares. Evidentemente uma parte desses pagamentos são por serviços justificáveis na prestação de serviços ao Banco.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Certo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu sou bancário. Embora o jornal **O Estado de S. Paulo** jura que eu sou do BANESPA, eu sou bancário do Banco do



Brasil. Mas conheço porque tem uma série de serviços que à BANESER foram prestados, nessa época eu era Secretário-Geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo e a BANESER prestava serviços corretos ao BANESPA.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Certo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – No entanto, o seu próprio relatório aponta o pagamento de 1.380 funcionários “oficialmente lotados no Gabinete da Presidência do BANESPA — GAPRE, porém não a serviço deste.”

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – “A partir de janeiro de 95, a nova administração do Banco iniciou o processo de desligamento desses funcionários.”

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu gostaria que o senhor descrevesse quais eram os serviços que esses funcionários prestavam, porque o relatório é lacônico. “Um dos últimos escândalos verificados foi o pagamento da folha de 1.380 funcionários oficialmente lotados no Gabinete da Presidência do BANESPA — GAPRE, porém não a serviço deste.” Informo-lhe que eu sou autor de uma ação popular que condenou em primeira instância todos os ex-presidentes do BANESPA nesse período.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Nesse período.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Inclusive alguns deles me procuraram pra ver se eu tirava eles da ação porque não tinham nada a ver com isso. Eu falei: Lamento muito, peticone ao juiz e prove que não tem nada a ver com isso. Eu gostaria de saber quais eram os serviços que esses 1.380 funcionários prestavam ao Gabinete da Presidência, porque um relatório com esse grau de superficialidade eu acho que não é digno da autoridade monetária neste País.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Certo. É, eu não lembro exatamente as palavras que estão aí, tá? O senhor pode...V.Exa. pode repetir, por favor?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Vou repetir: “Um dos últimos escândalos verificados foi o pagamento da folha de 1.380 funcionários oficialmente lotados no gabinete da presidência do BANESPA, porém não a serviço deste. A partir de janeiro de 95 a nova administração do Banco iniciou o processo de desligamento desses funcionários.” E acaba aí.



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - O que pode ser inferido aí, talvez não tenha sido clara essa redação. O que a gente constatou é que só existia o número de funcionários, eles num estavam lá no GAPRE, eles não prestavam serviço no GAPRE. Eles estavam na folha de pagamento do Gabinete da Presidência, mas eles não estavam presentes lá. Era essa a idéia de se colocar aí. O escândalo era esse.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O Banco, a Comissão de Inquérito não tomou nenhuma providência pra apurar onde estavam?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Eu não se isso seria função da Comissão de Inquérito, porque isso já estava, já havia sido relatado pela própria AUDIT. A Comissão de Inquérito aproveitou esse relatório e foi constatar, na época nós fomos lá, verificar se teria algum remanescente desses 1.380 lá. Mas já tinha sido, vamos dizer assim, já teriam ido embora já.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O relatório sequer se preocupa em quantificar qual foi o montante despendido com esses 1.380 funcionários, que o próprio relatório diz que estavam lotados na Presidência, mas não prestavam serviço nenhum à Presidência.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É, nós não colocamos aí. Não lembro se nós colocamos, porque...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não houve essa... não está aqui.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO -... não houve a preocupação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não houve essa preocupação?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Não sei, não sei.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Parece estranho.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Será que num tem aí? Não lembro realmente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Não tem, não existe. Existe apenas o dispêndio total à BANESER durante cinco anos, que é de 470 milhões de dólares.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - É. Agora, isso também é...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Veja bem, 470 milhões de dólares pra prestar serviços terceirizados nos bancos não é nada excepcional.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Exato.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – É um valor bastante razoável. A questão é que havia, eu sei disso porque era Secretário-Geral do Sindicato dos Bancários e estava apurando diversas denúncias... Inclusive, como eu disse, fui autor de uma ação popular que foi em primeira instância — não sei a situação da ação hoje — mas, enfim, em primeira instância, condenou todos os ex-presidentes durante o período em que houve essa lotação de funcionários no Gabinete da Presidência. E na época nós verificamos uma série de elementos que eu não vou colocar aqui agora porque eu não sou depoente, depoente é o senhor, tá certo?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Sim, senhor. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Do ponto de vista de um relatório, eu entendo que isso aqui é no mínimo excesso de superficialidade ou falta de compromisso com a investigação. É uma opinião minha a respeito da atividade da Comissão de Inquérito nessa questão, que deveria ter aprofundado pra apurar responsabilidades efetivas nessa questão. Até pra poder remeter ao Ministério Público para as conseqüências jurídicas cabíveis.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Certo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Em relação à questão do restaurante do Jóquei, o senhor sabe que esse restaurante é um restaurante que a direção do BANESPA estava reformando com o objetivo de...

(Não identificado) – Administrar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ... de garantir o fornecimento de refeições para os funcionários do BANESPA ali no centro da cidade.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Na época, eram mais de 4 mil funcionários no prédio da Antonio Prado, no prédio da Patriarca e em outros prédios menores que havia na João Brícola e outros ali no centro.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – No seu entendimento, o que caracteriza nesse caso a irregularidade? Houve algum tipo de superfaturamento, houve algum tipo de pagamento irregular a quem não prestou serviço? Houve algum tipo de fraude com apresentação de notas frias? O que caracteriza a irregularidade na sua opinião, já que a mera execução da obra não caracteriza?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – No caso do restaurante, até onde a minha mente hoje se lembra, se não estiver nos anexos desse enorme relatório alguma coisa nesse sentido... Eu não lembro se eu relatei problema de superfaturamento ou desvio de recursos, porque me parece — também não lembro se eu relatei isso, se está escrito isso — de que as mudanças de pessoas responsáveis pelo andamento do restaurante, na construção do restaurante e da...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Isso ocorreu? Houve várias mudanças?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ocorreu. Mas acho que o meu relatório fala alguma coisa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Aqui não fala. Aqui fala...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Foi trocado não sei quem, engenheiro não sei do que lá outro... Não lembro exatamente o que se deu.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Aqui, na verdade, tem três parágrafos apenas. Fala isso tudo detalhado do caso, envolvendo a instalação do restaurante destinado aos funcionários do BANESPA, em imóvel locado ao banco pelo Jóquei Clube. São descritos vícios e/ou irregularidades que cercaram a ocorrência, desde a locação do imóvel até a inauguração das dependências do restaurante, que culminaram por acarretar ao banco a sobrecarga de considerável ônus financeiro, uma vez que, enquanto originalmente orçada a referida instalação em 863 mil dólares, terminou por onerar os cofres da instituição em nada mais, nada menos do que 4,7 milhões de dólares.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O caso sob comento mostra, a exemplo de tantos outros, que de pouca ou nenhuma parcimônia utilizaram-se os administradores na correta destinação dos recursos do banco para uma obra que, ao seu final, mostrou um sobrecusto da ordem de 452%.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, essa fala está no final do relatório, não é isso?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim. Esse é o item 435, folhas 11.833, que é o relatório. Evidentemente, isso aqui é a conclusão, volume 40 de todos os documentos.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Isso.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas é sobre esse documento que nós estamos nos debruçando para examinar, porque não faz, sequer, remissão a nenhum tipo de anexo aqui.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Então, Excelência, esse aí deve ser algum resumo do que está descrito no corpo do relatório. Será que não? Até onde eu me lembro... Porque tem ele no corpo do relatório, mas antes tem alguns detalhes de troca de engenheiro ou de citações.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Deve estar nos anexos, porque aqui, nos outros fatores 4.3...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...começa na folha 11.879, onde tem: outros fatores, complementação de aposentadoria, BANESER, agências deficitárias, despesa de propaganda...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...e restaurante Jóquei Clube. É a única citação que há nesse documento que nós temos aqui. Eu estou questionando porque me parece que, se são fatos relevantes o suficiente para serem incluídos como fatores que levaram à intervenção do banco — pessoalmente, acho que a maioria desses fatos aqui não são relevantes o suficiente — é muito superficial o relatório e não leva quem cuidar de estudá-lo a uma conclusão objetiva em relação ao ocorrido. O senhor tratou apenas dessas questões e mais a Nardini. No caso da Nardini, como o senhor pode descrever, de memória, os fatos verificados?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, eu tentei ler o que está escrito sobre a Nardini, mas eu, passado tanto tempo, sem os anexos existentes...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA — *(Ininteligível.)* ... anexos, não tem?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Vai demandar muito tempo, porque... O que está aí nesse relatório, que eu me lembre, tem a composição da Nardini, o que ela fazia, o que ela deixava de fazer, quem autorizou, quem não autorizou, em função da leitura das atas de reuniões de comitês ou coisas desse tipo.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que é que... O senhor me explique uma coisa. Na página 1.175, Indústrias Nardini S. A., Campinas, aparecia uma dívida de 56 milhões, 116 mil, 547 dólares e 72 centavos. Na conclusão final, ficou 50 milhões e 479 mil dólares. Por que é que tem essa diferença?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, doutor, eu preciso examinar isso novamente. Eu não me lembro exatamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quais são as hipóteses?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Reajustes fora de época, talvez, ou em função do tempo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E se a dívida caísse de 66 milhões para 3 milhões, haveria justificativa?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Se ela deixasse de ser 56 e passasse a ser só...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sessenta e seis e passasse a ser só três.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Assim...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Isso lhe chamaria a atenção e o senhor saberia explicar?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, sim, aí, sim. Eu iria atrás por que é que, de repente...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor iria guardar esse fato por muitos anos?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Saber se ela pagou ou como pagou?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Fale-me uma coisa. O senhor falou sobre o BANESER.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quais foram as irregularidades que foram encontradas em relação ao BANESER? Não precisa detalhar. O senhor não precisa minuciar, mas o senhor pode elencar. Existiram irregularidades? Se existiram, quais foram?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Até onde eu me lembro, e inclusive deve constar do nosso relatório, a contratação pelo BANESER era para



entregar funcionário ao BANESPA. Ou seja, o BANESER saiu um pouco fora dos seus objetivos, porque estava fornecendo mão-de-obra. Essa era uma das coisas. Inclusive, nós colocamos isso no relatório. Um outro detalhe que vem à mente, assim, falando em mudança de objetivo do BANESER, é que era um fato notório, jornais da época, que a BANESER passou, como está escrito aí, escândalo do (*ininteligível*), os jornais detalhavam uma série de pessoas que eram contratadas pela BANESER e prestando serviço ao banco.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não estou querendo me ater aos jornais. Eu estou querendo me ater ao que a Comissão descobriu de irregularidade em relação ao BANESER. Eu vou nos outros também que o senhor cuidou, especificamente.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou começando pelo BANESER. Quais foram as irregularidades encontradas no BANESER ou nos contratos BANESPA/BANESER?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Irregularidades? Doutor, o que eu lembro realmente... Se teve mais coisas citadas no relatório, eu não lembro todas elas. Deve ter mais citadas no relatório. No fundo, no fundo, eu lembro desses casos que ficaram mais patentes...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Que foram o quê? Dos funcionários?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mudaram o objeto, mudaram, em tese, o objeto do BANESER, que era contratar funcionário e não oferecer mão-de-obra para o BANESPA. Era essa uma situação que a gente sentiu, só, que eu lembre.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só essa?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Que eu lembre. Deve ter mais coisas aí.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora, em relação ao restaurante do Jôquei, por que é que o senhor investigou o restaurante do Jôquei?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu disse, no começo da minha apresentação, que esses contratos ou esses casos vieram parar em minhas mãos porque houve a entrega pela AUDIT para a Comissão de Inquérito: olha, temos esses relatórios aqui já feitos por nós e ninguém até agora tomou



conhecimento. Aí, a comissão tinha que fazer alguma coisa. Ela tinha que relatar, ela tinha que confirmar com a AUDIT se isso era verdadeiro ou não. A gente aproveitou o relatório da AUDIT e fez o nosso. Foi dessa forma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora, qual era a despesa ou qual era a dívida, enfim, o que era de tão importante em relação ao restaurante do Jóquei e ao BANESPA?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Qual era o tamanho do problema dessa relação restaurante do Jóquei e o Banco BANESPA?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Relação em que sentido, Excelência?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O restaurante do Jóquei, que devia 1 bilhão, enfim, o BANESPA começou a reforma e gastou 100 milhões. Eu quero saber qual era a relação, qual era o montante. Eu quero saber se esta relação BANESPA e restaurante do Jóquei Clube era mais importante do que qualquer uma das outras 78 dívidas que tinham com o BANESPA e que não foram analisadas.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, sim. A relação do restaurante Jóquei Clube... Só fazendo um...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Uma retrospectiva.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É. O restaurante se chama Jóquei Clube porque ele usava o prédio do Jóquei Clube, mas o restaurante era do BANESPA. Era o BANESPA que despendia todos os recursos lá, não para o Jóquei Clube.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Para os funcionários?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É. Ele fez um restaurante para ser utilizado pelos funcionários, utilizando o prédio do Jóquei Clube. Não era o restaurante do Jóquei Clube. Não sei se foi isso que V.Exa. perguntou.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem. Exato. Mas qual era essa despesa que se tinha do BANESPA com o restaurante que fez com que o senhor fosse colocado na Comissão para apurar três fatos e um desses três era o restaurante do banco?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exatamente, Excelência. Foi a denúncia ou a entrega do relatório da AUDIT já pronto, demonstrando tudo que



eles viram lá. A AUDIT era ativa. Pelo menos sob o meu ponto de vista, a AUDIT do BANESPA funcionava relativamente bem e tinha isso pronto. Não sei se eles não tiveram tempo de entregar para os responsáveis na época ou se foi entregue aos responsáveis e nenhuma providência foi tomada. Isso é uma opinião minha. Não está escrito em lugar nenhum isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que o senhor só cuidou desses três casos?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, eu só cuidei desses três casos porque eu cheguei já no sufoco da Comissão e restavam esses três casos para que ela pudesse demonstrar que recebeu denúncia e procurou mostrar para o Banco Central que existia essa situação. Porque, senão, ninguém saberia da existência disso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas não tinha mais 78 empréstimos, considerados entre os cem maiores do BANESPA, que lesaram o BANESPA, que foram para crédito em liquidação? Por que não foram analisadas outras dessas dívidas?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, isso eu não sei responder. Sei lá. Isso, tecnicamente, não dá para responder isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem escolhia isso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu não sei se a Comissão fez isso, mas, como há pouco respondi ali...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem escolhia isso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Isso é uma escolha técnica. A gente escolhia um determinado valor. Sei lá, vamos imaginar um valor de 100 milhões. Nós temos uma lista lá de que tem 50 de 100 milhões e 10 de 200 milhões. Escolheríamos as dez.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – As dez.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exatamente. Isso aí é uma técnica que a gente utiliza na fiscalização onde de outra forma...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que a do restaurante do Jockey era mais importante do que uma dessas empresas de 200 milhões?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, o restaurante do Jóquei não era mais importante. Ele, por acaso, está se tornando importante porque eu lembrei que fui que fiz esse relatório. Só eu participei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor tem certeza de que só esses três que o senhor fez?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, não tenho certeza. É o que eu me lembro, que eu fiz esses três. Eu fiz mais um, mas não lembro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas o senhor tenta lembrar. Eu vou passar, para depois o senhor me dizer quais foram os casos que o senhor fez, porque eu estou assustado aqui porque o senhor teria cuidado só desses três. Mas se não foram só esses três, já me alivia o pensamento. Eu queria que o senhor pensasse e me dissesse quais foram os casos efetivamente de que o senhor cuidou.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, não lembro, Excelência.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que veio depor antes do senhor não tinha respostas firmes. Ou seja, ele enrolava. O senhor pelo menos é firme nas suas respostas. Há uma grande diferença. Só que ele se lembrava dos casos que cuidou, o senhor não se lembra dos casos todos.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, exatamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então eu vou pedir para o senhor dar uma revisada na memória enquanto o senhor responde as perguntas.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Uma questão que já, superando essa... Na questão da Nardini, o relatório também deixa vago uma série de questões importantes, mas em relação à reunião do dia 7 de agosto, na sede do Banco Central em São Paulo, que é outro assunto, o senhor poderia descrever, da parte que o senhor participou, a grosso modo, pela memória que o senhor tem hoje, seis anos depois, o senhor poderia reproduzir, na medida do possível, os diálogos? Eu gostaria só... Alguma memória o senhor tem.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu disse para o vosso colega que eu, na hora que a reunião foi retomada, tinha saído, porque já não...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E antes de retomar, a parte anterior?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Antes de retomar, foi aquela dúvida nossa: fazemos ou não fazemos isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Na reunião estavam Loyola 1 e Loiola 2, Alkimar, Cláudio Mauch, Ferriani e a Comissão?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Isso, exato.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O Sr. Feitosa não estava nessa reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Feitosa?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Era o Presidente do Conselho Diretor.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não estava na reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não. Que eu me lembre, não. Nessa reunião.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Nessa reunião. No momento em que o senhor estava presente. Eu só quero me referir ao que o senhor estava presente, evidentemente. Eu gostaria que o senhor reproduzisse, em linhas gerais, os diálogos que ocorreram. Quem abriu a reunião e o que disse ao abrir?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Até onde me vem à memória, essa reunião surgiu — citei há pouco — em função de nossa dúvida de que balanço nós usaríamos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Certo. A Comissão de Inquérito é que pediu a reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É. Antes de pedir a reunião, nós já tínhamos falado com o diretor do Conselho...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim, Presidente do Conselho Diretor.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – ...que nós tínhamos que ter um balanço. Nós não poderíamos fazer o balanço. O balanço é do banco, não nosso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E qual a alegação que ele dava nesses contatos para não produzir o balanço?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Olha, isso eu estou reproduzindo o que houve, porque essas relações de Presidente do RAET eram com o Presidente da Comissão de Inquérito. Eu simplesmente estava ali...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Estava sendo informado.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – ...fazendo o meu relatoriozinho e eu via... Não, via não. Ele sabia que isso ia acontecer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O Presidente informava os membros da Comissão sobre os contatos que fazia?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim. Olha, pessoal, nós estamos com problema sério. Vamos correr porque o nosso prazo está se esgotando, coisas desses tipo. Isso em reuniões informais, lá no meu local de trabalho.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim. Na Praça Antônio Prado ou...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Na Praça Antônio Prado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Praça Antônio Prado.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Praça Antônio Prado. Na medida em que eu estava desenvolvendo o meu trabalho, ele vinha com as conversas que ele teve, que nós, os membros da Comissão, tínhamos que saber também.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E ele comunicava aos senhores que a alegação do Sr. Feitosa, Presidente do Conselho Diretor, era que não podia produzir balanço por quê?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, aí eu lembro o seguinte: que ele não dava o balanço porque tinha alguns detalhes técnicos que ele tinha que resolver com a auditoria e com a contabilidade dele. A gente inferia que isso seria o quê? A contabilidade e a auditoria estavam em dúvida quanto ao destino de alguns valores lá. Isso veio posteriormente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Então, em função disso, os senhores pediram uma reunião com a direção do Banco Central?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim, nós tínhamos... Exato. Por quê? Porque a gente não podia tomar a decisão, vamos dizer assim, sem que houvesse um respaldo, correto? Esse respaldo sempre vem do Banco Central, não



do diretor, do gerente. Vem do Banco Central como um todo. Ele faria uma resolução, uma circular informando à Comissão de Inquérito, baseado nas... Faria, não fez. Eu não sei se fez. Acho que não fez. Se tivesse feito, estaria no relatório.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Veja bem, a Comissão de Inquérito não age com base na situação existente no dia 30 de dezembro de 94?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mas... Sim. Mas era...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Os bancos não têm que observar os normativos e as leis vigentes no dia?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mas tem um detalhe técnico da Comissão de Inquérito que, se descobrindo fatos posteriores antes do encerramento da Comissão, ela deve colocar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim, uma coisa é descobrir fatos posteriores, outra coisa é examinar a situação de um banco, por isso é uma comissão de inquérito. Senão, não precisaria ter comissão de inquérito e intervenção. Seria uma coisa só. A Comissão de Inquérito é separada exatamente porque a lei determina que se apurem os fatos que levaram à intervenção. Imagino que quem fez essa lei teve a preocupação de, no caso de uma injustiça, poder haver independência de uma comissão, embora constituída de funcionários do Banco Central, que pudesse apurar eventualmente: olha, aqui não há razão para prosseguir com a intervenção, ou não houve razão, sequer, para a intervenção. É uma possibilidade.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Existe essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A possibilidade da direção do Banco Central errar ou tomar atitudes por conveniência política existe.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Existe.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Então, essa independência advém do fato de que a comissão vai fazer uma fotografia dia 30 de dezembro de 94, mesmo que registre, como, por exemplo, no caso da Vega Sopave que estava sendo discutido há pouco, em que registrou que houve o pagamento da dívida durante a RAET. Mas o que interessa para a Comissão é apurar aquilo que houve para trás, apurar aquilo que houve do dia 30 de dezembro para trás, para dizer: olha, teve o problema do BANESER, teve do Jóquei Clube, teve da Vega Sopave, teve da VASP, teve da dívida do Estado e assim por diante.



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – À medida que a Comissão de Inquérito tem as normas e as leis vigentes, por que a Comissão precisava de uma orientação do Banco Central em relação à dívida de São Paulo?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Aí, sinceramente, eu não saberia responder por que ocorreu essa sessão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas, no entanto, os senhores pediram uma reunião...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...evidentemente comandada pelo Presidente Verzola, mas pediram uma reunião com a direção do Banco Central. Gostaria de voltar à pergunta que eu fiz anteriormente. Quem abriu a reunião? Foi o Presidente do Banco Central que abriu a reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Falou o quê? Quem abriu a reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não. O detalhe do início da reunião foi o seguinte. O Presidente da Comissão de Inquérito é que teria que mostrar ao Presidente do Banco Central qual era a situação. Ele é que abriu os trabalhos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele fez, então, uma exposição sobre a situação? E nessa exposição ele tratava a situação do BANESPA como a de um banco que teria patrimônio líquido negativo, ou seja, passivo a descoberto?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não tratou? Qual foi a reação do Sr. Alkimar Moura ao final ...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, o senhor está numa CPI. Imagino que um fato relevante como esse, inclusive o senhor tendo dito que leu a reportagem e que considera alguns fatos da revista como exagerados ou improcedentes, eu gostaria que o senhor me descrevesse o que o senhor se lembra, na data de hoje, inclusive com esse juízo crítico a respeito da reportagem, a reação do Sr. Alkimar Moura no momento em que o Sr. Verzola concluiu a exposição dele



ou com a ajuda do Sr. Braz... Eu quero saber se o Sr. Alkimar Moura ficou nervoso, ficou tranquilo... Qual foi a reação dele?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, permita-me, antes de responder, fazer uma observação?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Pois não, claro.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu não conhecia nenhum dos componentes, a não ser o Presidente da Comissão. Eu nunca tinha visto o Sr. Loiola, eu nunca tinha visto o Sr. Alkimar. Eu conhecia o Sr. Ferriani, eu conhecia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Foram apresentados no início da reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não. Com todo o respeito aos colegas da Comissão, nós estávamos ali como pessoas que estavam trabalhando, pura e simplesmente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu imagino que sim. Eu não estou atribuindo nada além disso.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Então, ninguém apresenta ninguém. Nós estamos lá reunidos. Certo?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor nunca tinha visto uma foto do Sr. Gustavo Loyola nos jornais? Nem do Sr. Alkimar Moura?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, eu digo conhecer para saber que reação ele teria se a gente falasse numa situação dessa. Isso é o que eu quero dizer.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, mas eu estou perguntando o fato. Qual a reação que teve o Sr. Alkimar Moura?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não percebi reação nenhuma. Porque como eu não conhecia a pessoa, eu nem iria olhar para ele.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Quando eu falo reação eu quero dizer o seguinte: o que ele disse após, e se disse de maneira tranquila, de maneira nervosa...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, não... O que ele disse... Porque...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor se lembra?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Olha, eu não sei se...



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor está prestando depoimento sob juramento na CPI. O senhor não está conversando aqui no corredor da Câmara. Está prestando depoimento sob juramento.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu sei que não estou no corredor da Câmara, mas acontece o seguinte, Excelência. Eu, como membro que não tinha opinião nenhuma, eu só estava ali para completar a Comissão de Inquérito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas eu não quero a sua opinião. Eu quero o seu depoimento. Eu quero que o senhor diga o seguinte: O Sr. Alkimar Moura reagiu tranqüilamente, falou que era uma situação normal, ou bateu na mesa, por exemplo, e disse que aquilo era inaceitável porque precisamos enquadrar os ex-Governadores...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu não olhei a cara do Sr. Alkimar. Ele estava de cabeça baixa, como ele sempre ficou em qualquer reunião.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O que o senhor ouviu?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, porque veja bem... O que eu ouvi...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Imagino que de cabeça baixa estão os depoentes agora, diante da orientação da direção do Banco Central.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – O senhor está forçando... Excelência...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Imagino que o senhor tenha ouvido o que o Sr. Alkimar Moura disse. Eu queria que o senhor reproduzisse de memória o que o Sr. Alkimar Moura disse.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Infelizmente, de 95 para cá, nem li direito o relatório. E, se tivesse lido, não iria estar escrito lá que o Sr. Alkimar reagiu nervosamente ou calmamente. Eu não sei, Excelência.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu quero que o senhor diga o seguinte: ele contestou o relatório?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não sei, Excelência.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor não estava na reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mas o relatório não estava na mão de ninguém naquela época. Só era uma conversa.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O relatório, a exposição do Dr. Verzola. O Dr. Verzola apresentou uma exposição. O senhor acabou de dizer isso aqui.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo, Excelência.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Imediatamente após o Dr. Verzola apresentar a exposição, nós temos informações de que houve uma reação irada do Dr. Alkimar Moura.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não percebi, Excelência.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor pode me dizer o que o Dr. Alkimar Moura falou, se ele aprovou o pedido?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não posso, Excelência. Não me lembro. Não vi ele falar nada. Não me lembro o que ele falou.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A intervenção no maior banco estadual do País é uma coisa tão irrelevante que o senhor não se lembra, depois de seis anos, o que aconteceu?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não é que a coisa é irrelevante, Excelência. É que a minha participação foi ínfima.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas o senhor estava numa reunião onde aconteceu um fato importante.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mas é uma reunião que para mim, Excelência, não dizia nada, porque eu não tinha poder de decisão, eu não tinha poder de dar palpites, Excelência.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – O senhor pode relatar pelo menos o que o senhor viu? Não viu nada? Ficou de cabeça baixa (*ininteligível.*) Nada?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, eu não lembro. Eu nem lembrava dessa revista que S.Exa. mostrou ali. Depois eu pedi para ele dar uma lida.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Desculpe, mas o senhor acabou de dizer ao Deputado Marcelo Barbieri que não concorda com a maneira como foi relatado pela revista **CartaCapital**.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu imagino que ou está se repetindo com o senhor o que aconteceu com o depoente anterior, com a mesma orientação do Banco Central, tentando...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Por favor, aguarde até eu concluir.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Tentando nos enrolar...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...e transformar a CPI numa investigação vazia, ou o senhor está simplesmente com medo de dizer aquilo que sabe. Porque, evidentemente, quem participa de uma reunião importante, com a presença do Presidente, da autoridade monetária do País, o senhor que é funcionário... O senhor não é uma pessoa alheia ao Banco Central, o senhor é funcionário aposentado do Banco Central...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...ou seja, tem algum apreço pela instituição, reconhece que a instituição deveria ter um papel muito mais importante do que tem, mas que institucionalmente tem um papel importante. O senhor reconhece que uma reunião como essa não se faz no varejo. É uma reunião que se trabalha sempre com a perspectiva de uma reunião importante. É uma reunião que o Presidente do Banco Central não abre a sua agenda para atender Comissão de Inquérito de todos os bancos que estão sob intervenção.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Havia um problema concreto a resolver que era de importância capital, porque estava nas páginas dos jornais uma polêmica entre o Governador Mário Covas e o Presidente da República; uma polêmica entre o Sr. Mário Covas, o Sr. Yoshiaki Nakano, Secretário da Fazenda, e o Ministro Pedro Malan, o que estava criando uma crise política e uma grande mobilização de trabalhadores em cima dessa questão. O senhor entrou na reunião, ficou de cabeça baixa e não ouviu o que foi dito. Eu fico imaginando se o senhor estivesse aqui, nessa bancada, e eu estivesse aí dizendo isso, se o senhor acreditaria em mim.



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, eu... Pode acontecer o que possa acontecer, Excelência. Não estou mentindo aqui para ninguém, Excelência. É o jeito que eu tenho em reuniões quando eu não participo efetivamente. Eu era um membro que fez três exames. Não poderia nunca ficar dando palpite, entende?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu não pedi para o senhor relatar o que o senhor disse. Eu pedi para o senhor relatar o que o senhor ouviu.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu já disse que...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu imagino que o Dr. Alkimar Moura tenha dito alguma coisa na reunião; eu imagino que o Dr. Cláudio Mauch tenha dito alguma coisa na reunião, e o Dr. Gustavo Loyola igualmente. Eu não consigo entender, e quero dizer aqui claramente ao senhor, vou repetir: está depondo sob juramento numa CPI e pode sofrer as conseqüências disso.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Posso, Excelência. Eu estou pronto a sofrer as conseqüências. Eu não ouvi, Excelência.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu não estou preocupado com o seu grau de disposição ou sacrifício. O que eu quero dizer para o senhor é que o senhor tem responsabilidade como cidadão de falar a verdade, para que a CPI possa prosseguir nas suas apurações. E o senhor está dizendo que de uma reunião dessa importância o senhor não se lembra.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não me lembro, Excelência. Excelência, só um adendo, para não me lembrar...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Pois não.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – O meu afastamento logo em seguida da Comissão... Eu estou com 56 anos, há três anos aposentado sem me encontrar com ninguém do Banco Central. Eu tenho as minhas deficiências de lembrança, não tenha dúvida. Eu não me lembrava nem do nome do Presidente Feitosa. Quer dizer, eu não estou mentindo aqui. Não vim aqui para mentir.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu admito que... Eu, por exemplo, participei ativamente da resistência à privatização do BANESPA, eu acompanhei todo esse processo, confesso que não me lembrava do nome de todos os interventores, confesso que não me lembrava de uma série de fatos secundários. Mas, com certeza, todas as vezes em que estive no Banco Central, reunido com o



Presidente do Banco Central; todas as vezes em que estive no Palácio do Governo de São Paulo, reunido com o Governador Mário Covas; todas as vezes em que estive em reuniões importantes nesse processo eu me recordo, inclusive, de valores, de dados, de datas. E a minha memória, eu confesso, não é das melhores. Portanto, uma pessoa como o senhor, que foi da Comissão de Inquérito da RAET, do principal banco público do País, se o senhor quiser continuar sustentando essa versão, o senhor pode continuar, mas eu quero dizer aqui que não acredito que o senhor esteja tão desmemoriado. E acredito que é uma grande coincidência o fato de todos os depoentes que vêm aqui a esta Comissão quererem passar a idéia de que esses fatos não tiveram importância, portanto, a memória deles ficou perdida no tempo e que não há qualquer possibilidade de resgatar uma questão importante como uma reunião na sede do Banco Central para decidir um fato decisivo para a economia de São Paulo e para a política de São Paulo e do Brasil. Portanto, eu considero que está havendo, de fato, a repetição do depoimento anterior e, depois que ouvirmos os demais Deputados que queiram inquiri-lo, nós vamos decidir o que fazer e como encaminhar essa questão. Espero que o senhor, à saída da reunião, não diga que cumpriu a sua parte e agora espera que os outros também cumpram a deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Kincas Mattos.

O SR. DEPUTADO KINCAS MATTOS – Sr. Presidente, tive, assim, uma ótima impressão do depoente quando, no início da sua conversa, e nós tivemos depoimentos anteriores... Eu fico, assim, preocupado com a falta de memória das pessoas, o esquecimento das coisas, não lembra de nada, participou mas estava de cabeça baixa... Isso me preocupa bastante, Sr. Presidente. Então, eu gostaria que as pessoas que vêm prestar aqui conosco, nesta CPI, esse depoimento tão importante para São Paulo, tão importante para o Brasil, tão importante para a dignidade do povo brasileiro, o qual representamos nesta Casa, que as pessoas não se intimidem, não temam e que as pessoas que, no caso, alguém, no passado, foi instrumento e ainda está sendo usado, ou tem a preocupação de incriminar alguém ou de contar a verdade sobre alguém, eu acho que essas pessoas têm que tirar esse receio, a preocupação, esse medo que têm das pessoas. No caso do Sr. Raimundo, um senhor, que já trabalhou uma existência, que já é aposentado de um órgão tão importante como o Banco Central, orgulho da população brasileira, eu



gostaria que o depoimento fosse, assim, bem sincero, bem honesto, que não seja aqui para a CPI, que seja para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra a Deputada Iara Bernardi.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor. O senhor chegou a tomar conhecimento do relatório preliminar que foi feito?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não. Eu li depois.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não preliminarmente, eu li quando estava pronto, já.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, Excelência, acabei de dizer que minha memória não é dessas coisas, porque datas, nomes, essas coisas, não são os meus fortes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, tudo bem. Pronto. Foi antes daquela reunião que teve com todo mundo no dia 7 ou foi depois?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Foi antes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quanto tempo mais ou menos?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, deixa eu só fazer uma observação relativamente técnica. Como participante de várias comissões de inquérito, a gente sempre faz uma coisa que lá no Banco Central tinha por nome de boneco. Nós fazíamos um boneco e... Nas comissões de que eu participava, eram somente três: um era a secretária, eu e o presidente. Então nós fazíamos o boneco, mostrávamos para o Presidente, e dizíamos: olha, Sr. Presidente, está aqui; o que é que o senhor acha? Certo? Então, o que eu li foi um boneco, não foi nada efetivo que seria levado para a reunião. Era um boneco. Eu, eu, particularmente. Por quê? Porque como eu participava e coloquei minha assinatura ali no final, eu teria que saber o que aconteceu antes. Saber, não, pelo menos tomar conhecimento, não é?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor leu tudo o que estava lá? Ou cada um fez a sua parte e o outro confiou?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Com sinceridade, Excelência?



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Claro.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não li tudo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Está vendo? O senhor está sendo direto e sincero.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não li tudo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Está sendo direto e sincero. É isso que eu quero.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – E, para vir aqui, também não li tudo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não tem problema nenhum. Pelo menos ninguém pode dizer que o senhor está mentindo aqui. Apenas deve fazer... Então, tiveram três, teve um boneco, depois teve um relatório preliminar, que é aquele que é feito para os outros diretores, quem quiser se manifestar, aí depois o final, que é com as respostas daqueles, com as interpretações... É isso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exato.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, houve três relatórios: o boneco, o preliminar, que é o da reunião do dia 7...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – E o final, não é?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... e depois o final, que tem a resposta dos antigos diretores, porque muitos... É isso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Isso, exato.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tiveram três. Isso é um fato importante, porque até então nós tínhamos conhecimento de dois. São três. Tem um boneco.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É porque um é uma coisa que é um boneco, que passam para nós, os participantes: olha, nós escrevemos isso aqui, veja a sua parte aí...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A idéia é esta aqui.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – A idéia é essa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tem alguma coisa aí na tua parte que está errada?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, o boneco serve para isso. É o nome que nós damos lá quando fazemos uma comissão de inquérito.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então tiveram três... O boneco era igual ao preliminar ou não?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, eles sempre sofrem uma modificação, não é, Excelência?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas alguma coisa substancial, como balanço, como resultado, alguma coisa substancial? É claro que alguma coisa muda, como deve ter mudado quando algum diretor deve ter alegado algumas coisas que vocês aceitaram e tudo bem.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exato, pode ser. Mas o boneco, às vezes, quando a gente pega o boneco, é uma descrição geral das atividades que foram exercidas, dos exames que nós fizemos, para que tenha uma conclusão, porque o nosso relatório sempre tem uma conclusão, ou... Nesse relatório, nós colocamos os fatos contábeis, as irregularidades de que nós tomamos conhecimento... Isso de uma forma, vamos dizer assim, não simplista, mas uma forma sem compromisso, que pode ser alterado na medida em que novas situações possam aparecer. Esse boneco serve para isso. O segundo relatório, eu só fui ler depois, no final, quando o relatório oficial saiu. Lembro-me que eu perguntei para o relator, falei: você tem aquele relatório anterior de que está todo mundo falando aí? Lembro mais ou menos bem disso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O relator era o Presidente, não é?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, o relator da Comissão de Inquérito. A gente participou e queria saber como ficou o relatório. Obviamente, a gente quer saber. Afinal de contas, nós vamos colocar a assinatura e correr o risco de uma averiguação posterior por, sei lá, por um monte de situações aí, não é?

O SR. DEPUTADO KINCAS MATTOS – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta ao depoente. Agora há pouco ele nos disse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO KINCAS MATTOS – ... que ele assinou o relatório. Tem ali no relatório a assinatura do depoente. Só que o depoente, segundo ele mesmo declarou, não conhece o relatório. Ele trabalhou em três áreas, analisando alguma coisa no caso do BANESER, no caso do Jóquei Clube, coisa e tal, isso e aquilo. Eu quero fazer uma pergunta. Quer dizer então que ele assinou um relatório sem saber o que estava assinando?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, Excelência. Eu li o boneco. As transformações para o relatório novo foram mínimas. Se eu tomei conhecimento do boneco antes, participei de alguns detalhes naquele boneco e li, nos meus detalhes, se estavam colocados naturalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quer dizer que o senhor participou da elaboração do relatório?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim, relatando essas três situações de que me lembrei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, e o resto?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, o resto não. Participar, assim, ativamente?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, não, o senhor leu a conclusão de seus colegas nas áreas de que eles cuidaram?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não leu?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Foi isso o que eu disse há pouco, que não li o relatório. Fui sincero, não li o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E assinou sem ler?

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Eu tinha entendido que o senhor tinha dito, sim, que tinha lido o relatório, lido o boneco, a feitura dele, participado dele.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, o boneco. O...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Que era um relatório preliminar.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Então, o preliminar a gente leu...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas ele leu o boneco na parte que ele fez.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu fiz. Porque, veja, a parte que eu fiz...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É grave, é grave, mas ele não está mentindo.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não estou, com sinceridade.



A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Quando o senhor iniciou sua fala aqui, logo no início, foi feito um questionamento com relação à dívida do Estado, como deveria constar no final do relatório. O senhor emitiu uma opinião de que ela não deveria aparecer como crédito em liquidação.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Se o senhor tivesse prestado atenção só à parte que lhe competiu, que eram três ou quatro...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, Excelência...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Eu não terminei de falar. Os três ou quatro casos, o senhor não teria opinião a respeito disso. Inclusive porque era um fator extremamente importante nesse relatório. O que é que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, a minha opinião não era só para esse relatório. Em qualquer relatório, eu teria essa opinião, independentemente de ler, só pela existência do fato.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Então concorda que esse era um dos fatos mais importantes no relatório?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim, mas, independentemente de eles constarem no relatório, eu teria essa opinião.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Sim, entendi.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mas, dentro da Comissão, eu não teria força de dizer essa opinião.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – É que, quando o senhor assina, como o Deputado colocou, um relatório final, o senhor não assina só pela parte que o senhor fez, o senhor assina por todo o relatório.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exato, mas eu disse isso.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – E o que me estranha agora é que o senhor não lembra do relatório, do resto; o senhor não lembra, inclusive, do quarto caso que o senhor examinou, que pode ser o caso das despesas com propaganda do BANESPA, que é isso que foi citado aqui; o senhor não se lembra da reunião, do que aconteceu na reunião... É um problema sério aqui para a gente poder trabalhar e ouvir o seu depoimento.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.



A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Eu gostaria que o senhor, voltando a um questionamento que foi feito pelo Deputado Ricardo Berzoini, que o senhor relatasse minimamente o que aconteceu nessa reunião de que o senhor participou, se pelo menos o senhor relatou o seu trabalho, o que ouviu na reunião. A gente gostaria de ver isso. Não é possível que o senhor tenha ficado na reunião de cabeça baixa. Talvez não tenha dito nada, mas ouvir o senhor ouviu.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, agora...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – O senhor volta a insistir nisso, que o senhor não lembra de nada da reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu volto, Excelência.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – É um problema sério, mesmo.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, eu juro por quem quer que seja que a senhora possa jurar: eu não me lembro. Não estou aqui, não vim aqui com intuito nenhum, não passei pelo Banco Central...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – O senhor veio, sim, com o intuito...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – ...não recebi instruções do Banco Central — fale isso, esqueça aquilo; não recebi, porque eu não tenho relacionamento efetivo com o Banco Central. Não passei em local nenhum em que dissessem: olha, vá lá e fale isso, Excelência. Estou falando...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – O senhor disse que leu o relatório antes de vir para cá para poder lembrar, porque o senhor sabia que ia ser perguntado, questionado.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mas eu disse que olhei perfunctoriamente alguns detalhes, tanto é que anotei aqui, procurando saber o que foi que eu fiz, porque eu... Eu disse no começo que eu fiz...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor pode ler essas empresas e ver se foi o senhor, se lembra que o senhor fez alguma delas? (*Pausa.*)

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Indústrias Nardini.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Sim, essa o senhor já citou.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Essa é a única.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Citou o BANESER, o restaurante do Jóquei...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não posso... Não dá para eu acreditar que o senhor... Tinha uma Comissão de cinco pessoas.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo, Excelência.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tinham cem grandes dívidas. O senhor tem milhares de dívidas, porém cem eram consideradas as maiores. Pegaram-se as maiores e foram relacionadas. Tinham cinco membros na Comissão; sete, oito meses de trabalho, de janeiro, fevereiro, até agosto. Aí o senhor entra para cuidar só de três assuntos, sendo que um já estava pronto, que era do restaurante do Jóquei. De todos os empréstimos, o senhor pega um de 50 milhões, sendo que tinha de cem, de noventa, de setenta, de cinqüenta, sendo que de trinta e de cinqüenta tinham alguns. O senhor pega um só. E o caso do BANESER, que o senhor conclui com uma única frase. Para que o senhor foi nomeado então?

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – O senhor escolheu esses casos aleatoriamente ou foi determinado?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu prefiro acreditar que o senhor tenha que se lembrar de outras coisas que o senhor cuidou, porque...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, eu volto a afirmar: estou falando a verdade. Eu fui convocado...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não estou dizendo que o senhor está mentindo. Eu não quero é exatamente dizer que o senhor está mentindo.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu fui convocado...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se o senhor disser, nós vamos incorrer no mesmo caso anterior: ter que ler que é crime mentir na Comissão.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu fui convocado no final, já, da Comissão, no final, digo, no final das análises dos fatos existentes. Essa relação é uma delas. Era um fato existente que os outros colegas, há cinco meses lá trabalhando, já estavam examinando; estava, vamos dizer assim, sob a responsabilidade deles examinar esses detalhes dessas outras cem, duzentas, não sei quantas foram. Como eu cheguei por último, já existia uma comissão formada, com cada um deles com um número exato de relatórios para ser examinado, o Presidente da Comissão falou para mim: olha, Raimundo, têm esses aqui; você vai tocando aí que a gente precisa concluir, porque isso já foi objeto de denúncia para os diretores anteriores e nos não podemos deixar isso em branco. Procura saber se



a AUDIT fez um trabalho ou nós temos que fazer um trabalho mais apurado em cima. Não fui eu que escolhi. Outro detalhe que eu gostaria de deixar claro para os senhores: na Comissão de Inquérito de um BANESPA não caberia três pessoas, como normalmente acontece. Foram nomeadas, de cara, cinco ou seis pessoas. Eu fui o último a chegar, quando já estava no liminar final. Não escolhi nada porque, Excelências, numa comissão de inquérito, ninguém escolhe ninguém. O relator é escolhido pelo supervisor, quando alguém solicita: olha, eu preciso de uma pessoa assim, assim. Você tem aí? Tenho. Olha, estou precisando de um indivíduo que tenha experiência, que vá fazer o serviço rápido, senão o nosso prazo termina... Tenho. Funciona dessa forma. Eu não fui lá pedir: eu quero escolher o BANESER porque li nos jornais que a coisa está feia e eu gostaria de ferrar alguém. Não fui lá para isso. Não pedi para examinar nenhuma dessas situações.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Nessa reunião de que o senhor participou foi apresentado o relatório preliminar da Comissão de Inquérito?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Qual? O preliminar? Aquele que eu chamo de boneco?

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Aquele que a Comissão tinha que apresentar. Exato.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ela tinha o relatório final já, não é?

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Na reunião do dia 7 já tinha o relatório final?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E o que constava nesse relatório com relação à dívida do Estado?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – A dívida do Estado? Eu não... O fato de se colocar na provisão para dívidas duvidosas? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Isso, se constava ou não.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Já constava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Já constava?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Já constava. Na nossa opinião, já constava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu queria chamar a atenção do senhor a respeito disso, porque os depoimentos anteriores disseram que só no dia 17, através de um ofício, que eu tenho aqui e que depois eu vou submeter ao senhor...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, é? Eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ... houve ordem para o lançamento. Que na reunião a que se refere, a do dia 7, a Comissão como um todo teria opinado pelo arquivamento e pelo patrimônio líquido positivo do banco.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim, tem um relatório que fala isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Hein?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Tem um relatório que fala isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Tem? Então.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mas só que esse não é oficial, não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, mas o que nós queremos saber é se foi esse relatório que foi apresentado no dia 7 ou não. Qual o relatório que foi apresentado no dia 7?

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Qual foi discutido na reunião do dia 7?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Se eu... Deixe-me forçar um pouco a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, com calma, nós não temos pressa. Se apagar a luz, a gente continua no escuro, está tudo bem.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – O que a gente quer saber é qual foi o objeto da reunião do dia 7. Afinal, o que se discutiu lá?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Veja bem, vocês estão, os senhores, V.Exas. estão querendo...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – A pergunta é simples.



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – A pergunta é simples, Excelência. A resposta também é simples para mim.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Então o senhor responda, por favor.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Nós somos sete. Todos aqueles que tinham o dom de decidir alguma coisa que participaram eles devem ter tomado conhecimento disso. A minha resposta — vou continuar batendo nessa tecla...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Seu Raimundo, simplesmente: o que se discutiu lá no dia 7, por favor?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Como?

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Qual relatório se discutiu lá no dia 7? A resposta é simples.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Esse penúltimo, aí, que o... Excelência Fleury comenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Se discutiu, então, esse que dava o patrimônio positivo e...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim, mas com ressalvas. Se... Aquela ressalva: se fizesse a provisão para credores, a devedores duvidosos, o prejuízo ou o patrimônio ou o passivo a descoberto seria tanto. Tenho até anotado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quantas reuniões existiram?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Olha, eu só participei de uma, Excelência.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Uma só.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Então o senhor, por favor, continue descrevendo agora, o senhor lembrou alguma coisa, por favor.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo. Eu anotei, até, aqui, que aparece... que, se considerados provisão para devedores duvidosos ou patrimônio... Não, ele não usava nem o patrimônio líquido negativo; usava passivo a descoberto. Daria 4 milhões, 288... Isso que eu anotei lendo... Eu até anotei aqui: passivo a descoberto — entre parênteses — naquela data. Na data da decretação...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas isso está condicionado, ou seja, dependia de uma decisão. Se houvesse simplesmente um posicionamento da Comissão, técnico, sem haver esse tipo de classificação por parte do Banco Central,



essa determinação por parte do Banco Central, da direção do Banco Central, no seu entendimento, havia elementos suficientes para caracterizar, no dia 30 de dezembro de 1994, a situação de passivo a descoberto?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – O que mais o senhor lembra, então, para nós? Agora parece que a gente começa a caminhar. O que mais o senhor lembra? Lembrou um fato importantíssimo.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, um fato importante que eu anotei aqui. Os senhores me desculpem, mas aquilo que digo que eu não lembro não é nenhuma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sr. Raimundo, eu queria dizer que o senhor está sendo extremamente objetivo. O senhor fique tranqüilo. Esta Comissão...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, não dá para ficar tranqüilo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu só estou dizendo, só estou falando isso para o senhor porque eu estou considerando o seu depoimento talvez o melhor depoimento que tivemos até agora em termos de objetividade, entendeu? Quer dizer, a gente nota a sua boa vontade, a sua disposição no sentido de colaborar conosco da Comissão. Então, o senhor fique tranqüilo e fique à vontade que... A gente, quando fica mais à vontade... A gente fica tenso... Depor é sempre complicado, por mais simples que seja. Então, quanto menos tenso o senhor ficar, mais o senhor vai lembrar, entendeu?. Então, com isso a gente vai descontraindo um pouco aqui, e a gente vai ajudando também.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, não estou esquecendo. Estou dizendo que esqueci, que não ouvi, que não sei por, vamos dizer assim, por motivos emocionais. É a realidade minha, realidade minha.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Voltando, então, a uma questão mais específica, essa questão dos créditos em liquidação, a dívida do Estado, foi um dos assuntos polêmicos da reunião?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sempre é polêmico isso daí. Isso sempre é polêmico.



A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Então isso foi debatido entre os membros da Comissão?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não. Essa situação já foi levada pronta. E, até onde me lembro, só vieram ou só houve a reunião para decidir se isso seria ou não seria. Agora, eu não posso saber, na hora em que se colocou essa situação, a reação de cada um.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – E nessa reunião se tomou alguma decisão com relação a como considerar a dívida do Estado? Ficou fechado ali? Quem se posicionou a respeito disso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Há pouco eu disse ao Sr. Deputado ali que chegou um momento em que, quando eles foram lá conversar, eu havia saído da sala, porque eu teria que ajudar...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – O senhor saiu para um lado e a Comissão saiu para outro? É isso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não. Quando eles saíram, eu pedi para o meu Presidente: olha, eu não tenho muito o que fazer aqui, vou ajudar lá embaixo. A Comissão se reunia no Banco Central no andar abaixo onde estava havendo a reunião e tinha uma funcionária lá, que era a secretária, que precisava de uma certa ajuda. E eu falei: olha, aqui eu já não posso fazer mais nada. Eu vou lá embaixo ajudar, depois vocês... O que for decidido aí, está decidido, eu assino embaixo. Isso é uma função que eu adotei. Eu não ia fazer nada lá. Não adiantava eu ficar ouvindo a solução que seria dada. E eu citei há pouco que eu tinha saído da... No retorno, quando eles retornaram, eu já não estava mais lá.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – E o senhor procurou saber depois pelos seus colegas que decisão foi tomada ali e o que tinha acontecido, já que o senhor ia assinar o relatório final?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, até onde me lembro, quando eu estava ajudando a moça... V.Exas. vão até rir, como um funcionário de alto nível ficou furando papel e fazendo essas pastas. Eu fiquei fazendo isso. Isso precisava ser feito, o relatório precisava sair. São 16 mil folhas e alguém tinha que ajudar a coitada da moça, e foi o meu caso.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – E o senhor ficou sabendo, afinal, o que aconteceu na reunião, o que havia sido decidido?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Aí o relatório já estava pronto. O relator desceu, fez a finalização do relatório e falou: olha, pessoal, infelizmente... Não é infelizmente. Felizmente, acabamos e o relatório tem de correr.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Por ora é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu tenho algumas perguntas rápidas para fazer ao senhor. O senhor é um homem que participou de várias intervenções, não é Seu Raimundo? O senhor mesmo disse.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor já nos disse, e foi corajoso ao dizer, aliás, repetindo o depoimento do Sr. Altino da Cunha na semana passada, que não considerava correto o lançamento que foi feito...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ...como crédito de liquidação duvidosa ou passivo a descoberto, enfim. Eu só gostaria de falar um pouquinho com o senhor sobre os créditos duvidosos do setor privado. O senhor se lembra se eles estavam ou não totalmente provisionados?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Totalmente, Excelência? Não sei dizer. Eu sei que quase todos estavam provisionados, que era a norma do BANESPA fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim. Agora, me chama a atenção o seguinte. Já foi dito aqui que havia os cem maiores devedores. Aí, desses cem, foram pinçados 22 casos. Ao invés de se investigar os outros 78, foi atribuído ao senhor o restaurante do Jóquei, por exemplo, que deve ter dado um prejuízo...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Enorme.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ...enorme diante do caso. Mas o que me chama a atenção é que, se nós pegarmos os cem maiores devedores, nas páginas 1.174 e seguintes, nós vamos encontrar lá um valor total de 900 milhões de dólares e, no entanto, no relatório se fala em 6 bilhões e 533 milhões de reais.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor sabe atribuir... A que se poderia atribuir essa diferença?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Olha, Excelência, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não sabe. O senhor sabia que... O senhor conhecia as taxas de inadimplência cobradas pelo BANESPA?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Na época do relatório da Comissão de Inquérito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Anteriormente à intervenção, se essas taxas de inadimplência, que, inclusive, depois da intervenção da RAET, em 17 de janeiro de 1995, elas foram revogadas, porque eram consideradas abusivas.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Abusivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor se recorda disso?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, eu não acompanhava esses números, essas situações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Agora, o senhor veja: o BANESPA analisava cem operações de crédito por semana, aproximadamente. Nos cinco anos que foram investigados, foram cerca de 24 mil operações analisadas. O inquérito pinçou 22 operações, o que dá 0,09% de todas as operações feitas no BANESPA no período. Aí, dão para o senhor cuidar do restaurante do Jóquei. Não lhe parece contraditório esse procedimento?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não entendi por que contraditório, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Contraditório porque 0,09% é um número suficiente de operações para levar às conclusões que foram apresentadas pela Comissão?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, eu não saberia dizer. Agora, por que me escolheram para fazer só aqueles três?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, isso daí não. O senhor foi premiado. O senhor pegou, inclusive, casos fáceis.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quando o senhor fala a AUDIT, a AUDIT é uma auditoria interna do próprio BANESPA?



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Do banco, do próprio BANESPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Do próprio BANESPA. Quer dizer que já havia sindicâncias internas sobre operações com o setor privado?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Inclusive, o senhor sabe dizer se já havia punições relativas a alguma operação?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu não cheguei a ver, e o relatório não fala isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Bom, mas o relatório não fala muita coisa.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Então, Excelência, eu não saberia responder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não saberia responder se houve ou não.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – ...desses casos que o senhor está citando aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não, não estou falando desses casos.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Nem no caso do Jóquei, dos outros que eu examinei também. Se eu me lembro, não tinha acontecido nenhuma punição ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Agora eu vou... Desculpe, vou tomar um tempinho mais do senhor, mas já estamos terminando aqui. No relatório que o senhor assinou, às folhas 11.605, consta 6 bilhões 931 milhões em crédito contra o setor privado, consta que todos já estavam provisionados. No próprio relatório.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, só para aclarar a memória do senhor a respeito disso. Mas o que eu gostaria de conversar com o senhor é um outro... uma outra dúvida que o senhor... Agora, eu estou aproveitando a sua experiência de homem do Banco Central que já participou de outras intervenções. Não estou... não é apenas a questão...



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – De menor porte, não é, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Como assim?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Bem menor que o BANESPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim, mas o senhor participou. Não é? Então, veja bem: o senhor, nos outros casos, o senhor já teve um outro caso que o balanço previsto na Lei 6.024 não tivesse sido apresentado de imediato pelo Conselho de Interventores?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, já!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Já?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E algum caso que tivesse chegado ao final como chegou o BANESPA, sem o balanço?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Olha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sem o balanço.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Das que eu participei não, porque a tendência nossa, das comissões que eu participei, era cobrar no caso dos liquidantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Porque a gente partia do seguinte princípio: se eu não tenho os dados, como eu vou levantar o balanço. Isso... era as minhas comissões. Partíamos desse pressuposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Perfeito.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – E nós tínhamos inclusive algumas orientações, de setores nossos lá, que cuidavam dos casos especiais, que, se você não pode, da Comissão de Inquérito, fazer o fechamento do balanço, se você não tem os dados que você necessita. Quem tem que dar esses dados? O liquidante. Que você não vai lá na mesa do liquidante falar: “Vem cá, que eu vou contabilizar isso.” Nós não podemos fazer isso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Nós não podíamos fazer isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – De forma nenhuma. Então veja bem: desde 26 de janeiro de 95, começou-se a pedir o balanço e esse balanço não vinha, até que se chegou à reunião do dia 7 e em seguida houve a expedição de um documento. O senhor se lembra se nessa reunião, na conversa que houve lá, se por acaso o relator, o Dr. Brás...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Carlos Brás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ... Dr. Carlos Brás, se ele exigiu que viesse por escrito alguma determinação do Banco Central para que ele lançasse, para que se pudesse fazer o lançamento do... como crédito de liquidação duvidosa, os créditos do BANESPA junto ao Governo do Estado? O senhor se recorda?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, não sei se ele... não recordo que ele tenha exigido isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não se recorda de ele...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – De ter exigido não, porque Comissão de Inquérito não vai exigir do Presidente do Banco Central que tome uma providência. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim. Eu quero dizer que ali os senhores estavam sendo pressionados pela presença do Presidente do Banco Central e mais os diretores.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, Excelência. Não sei... o termo pressionado aí tá meio forte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pressionado...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - ... pelo menos pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... no sentido do temor reverencial que a gente sempre tem em relação à maior autoridade monetária do País.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Em outras ocasiões que o senhor...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - ... demonstrar uma situação. Permita-me?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Claro.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Todos os funcionários que estavam lá participando, eles não temiam ninguém, que nem disse o Sr. Deputado aí, que nós somos independentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - ... está na lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Se são independentes, por que tinham que se reportar ao Banco Central em relação ao crédito do Estado? Então não é uma independência total.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É o que a lei fala que é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – A lei fala que é. Mas é isso que eu queria saber. É esse o ponto que a Comissão...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Que fica estranho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... quer saber muito. Fica estranho.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só um minuto.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só para explicar. Existe uma independência que a lei diz da Comissão de Sindicância. Mas quando ela acaba o senhor que é de São Paulo não tem nenhum impedimento de ser transferido para o Acre.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Na época tinha; hoje não. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não é verdade?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, na época não tinha essa preocupação como funcionário de ser sequer transferido para um meio circulante nosso. Nós éramos concursados...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Disse o que entendi. Desculpe, eu cortei só para...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, não tinha. Não tínhamos preocupação de dizer: “Olha, você não está me obedecendo, você vai trabalhar não sei aonde, vai ser transferido lá para o Piauí, ou você sair de



fiscalizador para contar dinheiro lá no meio circulante. Não existia esse temor. Nunca existiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim. Mas não foi essa a pergunta que eu fiz para o senhor.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Foi, Excelência. É que...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, nós já sabemos qual é a punição do Banco Central, é contar dinheiro no meio circulante. (*Risos.*) É verdade.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, mas agora está difícil, não tem dinheiro lá. Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas o que me chama a atenção é isso: a lei realmente dá total independência...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... pra Comissão de Inquérito. E, no entanto, o que me chama a atenção é essa preocupação de se reportar à Diretoria do Banco Central...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... porque veja: com relação às operações do setor privado, não houve nenhuma preocupação quanto a isso.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, isso é natural, isso ocorre naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Isso ocorre naturalmente. Com relação ao setor público, queria lembrar ao senhor que nós tivemos na mesma época oito bancos estaduais em que havia dívidas dos Estados não pagas e que o Banco Central não lançou e não determinou o lançamento como crédito em liquidação.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Nessa época?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nessa época. E em relação ao BANESPA o tratamento foi diferente. Por isso que me chama a atenção essa reunião que o senhor participou.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Era um procedimento normal?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, Excelência. Procedimento normal de reuniões com Presidente do Banco, essas coisas, eu nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nunca havia participado?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Aliás, o senhor falou no início do seu relatório. Outra coisa que me chama a atenção é o seguinte: o senhor, não sei se tomou conhecimento desse documento que foi enviado — consta do processo, gostaria que o senhor lesse, principalmente o item 2 —, que é um documento assinado pelo Srs. Claudio Mauch e Alkimar Moura, onde ele... datado de 17 de agosto de 1995, onde é tratada exatamente a questão da dívida do Estado com o BANESPA. Está certo?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Queria que o senhor lesse, por favor em voz alta, o item 2.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – “Em razão da decisão da Diretoria deste Banco Central, entendemos como adequada a transferência para créditos em liquidação de tais créditos com a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente do prazo, mesmo porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É nessa parte que eu queria que o senhor prestasse muita atenção, com sua experiência de homem que já participou de outras liquidações, mesmo porque essa é a justificativa para o lançamento em crédito de liquidação. Por favor.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – “... mesmo porque, decorridos mais de seis meses do início do processo de administração especial temporária, os pagamentos ocorridos de parte do setor público foram insignificantes e decorrentes apenas da troca de títulos estaduais por títulos federais. As provisões nesse sentido se limitariam a esses créditos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então eu pergunto ao senhor: decorridos seis meses do regime especial de administração temporária,



portanto estaríamos em junho de 95. Concorde? Está certo? Em junho de 95, se faz o balancete do banco. Como é que... O senhor já viu algum caso de retroagir prejuízo, como esse caso aí? Porque aí nós estamos retroagindo prejuízo. O senhor concorda comigo ou não?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, não sei Excelência. Eu fico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, veja bem: eu estou querendo explorar um pouco a sua experiência profissional.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, estou entendendo. Sabe o que ocorre? Eu estou querendo entender aqui, porque... Não, eu não vou falar que eu vou levar porrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Por quê? Pode falar, não tem problema nenhum.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Porque é o seguinte: com a minha experiência, com vinte anos de Banco Central, formado em Ciências Contábeis, o que se entende aqui, o que se quis dizer aqui, é que o liquidante ou o Presidente do RAET lá deveria ter tomado essas providências independentemente de outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim. Mas veja bem...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – ... porque isso aqui em tese.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas se eu tenho uma carta anterior dizendo que o cliente Estado de São Paulo, em 30 de dezembro, estava em dia...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Essa carta é do Presidente do RAET?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É do Verzola.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E depois vem esse documento. O senhor não concorda que quando ele fala que depois da RAET... Está certo? Como é que o senhor vai retroagir o prejuízo.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, dá essa impressão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dá essa impressão? O senhor com esse documento, o senhor lançaria o crédito como de liquidação duvidosa? Baseado nesse documento?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Se eu fosse Presidente do RAET?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, eu só faria isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor lançaria? A pergunta é simples. Com esse documento, porque nesse documento que se baseou o Presidente do BANESPA, na época, para fazer o lançamento.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, baseado nesse documento aqui, eu tenho impressão que se eu fosse o Presidente do RAET... foi eu que solicitei que se fizesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É!? E o senhor faria, o senhor lançaria?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Foi isso que ele fez? Não sei se foi isso que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não. Eu estou perguntando com base nesse documento.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Porque se eu solicitei que o Banco Central me mostrasse um documento que nem esse é porque eu estava na dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim, mas eu não estou entendendo... Eu só não estou entendendo o seu raciocínio. Se se fala em seis meses após a intervenção — está certo?...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Como é que vai retroagir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É, como é que o senhor vai retroagir o prejuízo?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, eu particularmente não sei a razão disso daqui. Não consigo. Não consigo alcançar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor lançaria um documento desse? O senhor lançaria um documento desse como crédito de difícil liquidação, de liquidação duvidosa?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É o que eu disse, Excelência. Eu lançaria se eu tivesse solicitado uma posição do Banco Central, para eu fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim. E com isso o senhor estaria coberto para retroagir a dezembro de 94? O senhor entende dessa forma?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sim, exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Embora só depois... Quer dizer que o administrador de 94 vai pagar por quem não fez... e a partir da RAET. É isso que eu estou perguntando para o senhor.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Aí, Excelência, seria uma decisão política que eu não saberia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É uma decisão política então? Quero saber tecnicamente.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Tecnicamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Tecnicamente. Eu quero saber...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Tecnicamente, só se eu estivesse na dúvida. E quem tiraria essa minha dúvida seria o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim. Mas com esse documento...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor faria retroagir?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Se eu tivesse solicitado essa documentação, obviamente. Eu estava com os dados nas mãos. Vamos imaginar que eu fosse o Presidente. Estou com os dados nas mãos, dados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor já disse que considerou incorreto o lançamento...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu. Eu, particularmente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Agora, com esse documento, se o senhor fosse Presidente do RAET, o senhor lançaria, falando que o prejuízo... mesmo porque após a intervenção os pagamentos foram insignificantes?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, eu ficaria na dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ficaria na dúvida e pediria...

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, baseado só nesse documento, o senhor não faria?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Aí, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É, era isso que eu queria saber.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mas esse sou eu, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, mas eu estou explorando a sua experiência. É uma opinião técnica.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Esse é o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, a sua opinião é técnica.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não sou Presidente do RAET.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor também participou de várias outras intervenções, o senhor mesmo disse, como Presidente ou como relator.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Presidente nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não? Como relator.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Só relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Relator. Então, veja bem. Esse ofício é do dia 17. Do dia 17. Só que no dia 16, os ex-administradores do BANESPA foram intimados para apresentar suas alegações, explicações.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, tá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Está certo? Quer dizer, como é que eles poderiam se não existia o balanço, nos autos, até aquele momento? O senhor em outras intervenções ou liquidações que o senhor participou, o senhor quando fez as intimações como relator, o senhor só o fazia quando tinha todos os elementos...?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não necessariamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury)- Como é que a pessoa vai se defender se ela não tem o inquérito completo?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Correto, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Concorde?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Era isso que eu queria saber.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não dá para se defender de uma coisa que não existe ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, mas apresentar suas alegações. Como é que ela pode apresentar as alegações, por exemplo, se ela não sabe se o patrimônio vai ser positivo ou negativo?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, essas datas aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não. Eu estou querendo saber da sua experiência; não estou preocupado com as datas.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não teria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Agora, tem uma coisa que me chama a atenção e eu também não sei se o senhor teve oportunidade de também de ter acesso, porque, como o senhor disse, o senhor não participou ativamente...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ativamente (*risos*). Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... dos fatos. Muito bem.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não tive participação ativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É. O senhor sabe que houve uma liminar...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Contra?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... para... impedindo a publicação do balanço.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, eu li isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, está no relatório que o senhor assinou.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Está, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Muito bem. Às folhas 12.896, ao se referir a essa liminar, a Comissão de Inquérito afirma o seguinte: que, no mesmo dia, houve uma medida cautelar inominada no sentido de que o BANESPA se absteresse de incluir no balanço de 94, que, diga-se, respalda a conclusão desta Comissão, a título de provisão para devedores duvidosos ou a qualquer outro título o valor correspondente às dívidas do Estado e de suas estatais, e, caso já tivesse o mesmo sido ultimado, que impedida fosse a sua publicação. Quer dizer, pela leitura, o que vejo aqui é... no próprio relatório consta que a liminar que impede o lançamento das dívidas como crédito de liquidação duvidosa, “respalda a conclusão desta Comissão”. Quer dizer, a Comissão, ao fazer o relatório preliminar, havia concluído que realmente não devia lançar essas dívidas?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, esse relatório que V.Exa. está lendo aí é o relatório final, após a defesa dos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Relatório final, após... o relatório final.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Relatório final?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim, relatório final.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Isso ocorreu...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Em 24 de agosto de 1995.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – E o outro saiu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O outro não saiu, não é? O outro foi só o boneco.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não, o outro relatório... Saiu o relatório para os ex-administradores tomarem conhecimento. Não é isso? Esse não é depois?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não. Esse daqui é para os ex-administradores tomarem conhecimento. Mas o que chama a atenção é isso. Eles foram intimados dia 16, e o relatório tem data do dia 24. Entendeu?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Aí, Excelência, eu não saberia justificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, né?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Mesmo repetindo (*ininteligível*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas veja só: a pergunta minha é outra. É que aqui está dizendo que a liminar “respalda a conclusão desta Comissão”, no que diz respeito à provisão para devedores duvidosos. Quer dizer, então a Comissão discutiu esse assunto.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Entre nós?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Entre vocês. Discutiu e chegou à conclusão de que o mais adequado — aliás, o senhor já falou...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Já falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... que seria não lançar como crédito de liquidação duvidosa.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Era isso... era exatamente essa questão... Já estamos terminando, viu?. Sei que o senhor já perdeu o avião hoje, mas estamos no final...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Se não perdi a esposa, que não sabe onde estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não. Fique tranquilo porque já estamos terminando. Pra terminar, quero mais uma vez aproveitar a sua experiência como funcionário de alto gabarito do Banco Central, e quero até cumprimentá-lo pela sua franqueza. Houve a liminar proibindo a publicação do balanço e proibindo o lançamento da... dos créditos do BANESPA junto ao Governo do Estado com o crédito de liquidação duvidosa. Muito bem. Aí, o senhor Antônio Carlos Feitosa manda um ofício ao Presidente da Comissão de Inquérito — queria que o senhor lesse esse ofício — em que ele diz o seguinte: ... “a propósito, informo que referidos demonstrativos estão em fase final de elaboração,



observando os critérios determinados pela Diretoria do Banco Central do Brasil, o que nos permite informar que a instituição em regime especial apresentará um passivo a descoberto de aproximadamente 4 bilhões 248 milhões. O senhor, em alguma outra liquidação, o senhor fez o seu relatório baseado num ofício e não no balanço? O ofício está aqui.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Excelência, a minha experiência não vale muito para responder... para tentar justificar a existência desse ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, eu não quero justificar; quem tem que justificar é o Verzola. Eu quero a sua opinião.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Apesar de eu ter feito relatórios de pequenas instituições e de instituições de porte médio, o relacionamento do Presidente com o liquidante, no caso aqui, como seria o caso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sempre foi muito próximo, muito amigável.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Exato. Agora, a questão técnica, com todo respeito ao Verzola, se ele tomou alguma decisão com o relator, porque não sei se foi isso que aconteceu, comigo não aconteceria. Eu falaria para o Presidente: “Olha, colhi os dados na liquidação, conversei com o liquidante, ele vai fazer esses reajustes e vai coincidir com os ajustes que estou fazendo e eu... o resultado vai ser esse.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Perfeito.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Certo? Então, eles... até onde eu conheço os Presidentes que trabalharam comigo na Comissão de Inquérito, sempre acataram a minha opinião. Por dois motivos? É, sim, dois motivos. Um, que eles sempre falavam: contabilidade e irregularidade de coisas, eu não entendo, sou advogado, sei defender e atacar qualquer coisa. Era o que eles conversavam comigo. Deixavam pra mim todo o trabalho de pesquisa. E a pesquisa que a gente fazia... fazia pesquisa em relatórios já existentes, fazia pesquisa dos *(ininteligível)* que os liquidantes me apresentavam, correto? Era esse o meu trabalho. E esse trabalho... chegava o Presidente... olha, Sr. Presidente, a situação é essa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Presidente do inquérito?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Da Comissão, do inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Da Comissão de Inquérito.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – No caso, seria o Verzola...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O Verzola.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - ... se eu participasse ativamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Imagino eu um relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Como um relator.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Isso. Era essa a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – E a gente nunca pediria pra um liquidante... ou para um liquidante como estava a situação. Nós íamos atrás... E a situação é essa, liquidante? É. O seu relatório está mostrando isso? Está. Por quê? Existia... — como a gente fala? — existe um raciocínio, uma tendência, quando existem as liquidações que o relatório do liquidante não deve ser diferente do relatório... e relatório técnico, do relatório da Comissão de Inquérito. Eu me lembro... nunca aconteceu comigo, mas muitos relatórios, quando havia divergência, o setor especial do Banco Central devolvia para o relator ou para o liquidante, alguém mexer lá e mostrar uma situação compatível. Era essa... Na época que fiz... em todas que eu fiz era essa a situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas o senhor nunca elaborou um relatório com base num ofício...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... principalmente dizendo aproximadamente?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Porque aproximadamente quer dizer... aproximadamente pode ser mais, pode ser menos...



O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Pode ser mais, pode ser menos, pode ser nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E é uma coisa... Nós estamos tratando do maior banco estadual deste País.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Agora, Excelência, posso perguntar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Claro.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Não vai ser o meu depoimento que vai alterar alguma coisa aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não. Por favor, não se preocupe.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É uma opinião técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Não. É uma opinião técnica.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Sempre se trabalhou dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas é isso. Nós estamos explorando a sua experiência pessoal.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – E esse trabalho todo que nós sabemos foi um trabalho todo especial e que a minha participação foi... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, o senhor não se preocupe com relação a isso, viu? Porque, o que estamos... é exatamente...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Porque, Excelência, veja o seguinte: tem alguns detalhes que o senhor está mostrando que eu realmente não tinha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim. Da liminar o senhor sabia?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, mas nunca tinha lido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim, mas veja bem: o senhor assinou o relatório.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Ah, sim, eu assinei o relatório.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E o relatório fala na liminar?

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Fala. Está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quando o relatório... A liminar é muito clara. Diz o seguinte: ... para que se abstenha de incluir no seu balanço de 94, a título de provisão para devedores duvidosos ou de difícil liquidação de passivo a descoberto, ou a qualquer outro título, o valor correspondente das dívidas do Estado de São Paulo e de suas estatais, que não estariam vencidas até aquela data”. Então, o que me chama a atenção é o seguinte: o senhor... Esse é o relatório. Aí vem essa carta aqui. E o boneco é mudado pra responsabilizar as pessoas pelo patrimônio líquido negativo. O senhor não percebeu que os senhores não estavam desobedecendo a liminar... havia uma desobediência clara à ordem judicial.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – É, dá impressão que sim. De quem é essa desobediência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dos membros da Comissão.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dos membros da Comissão...

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO - ... com todo o respeito, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... ou de quem elaborou o relatório final. Mas o senhor assinou.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Acho que a desobediência foi mais do Presidente do RAET.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mais do Presidente do RAET, do Feitosa.

O SR. RAIMUNDO AUGUSTO COSTA FILHO – Isso. Era o Feitosa na época?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Era o Feitosa. Antônio Carlos Feitosa. Eu estou satisfeito. Queria saber se mais algum Deputado gostaria de fazer... Não havendo... Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.



Antes, convoco reunião para amanhã, às 14h30min, com a seguinte pauta: Item 1 – Apreciação de requerimentos; Item 2 – Tomada de depoimento do Sr. Carlos José Brás Gomes de Lemos, relator da Comissão de Inquérito do Banco Central do Brasil sobre o BANESPA. Quero agradecer a presença do Sr. Raimundo. Quero dizer que o seu depoimento foi extremamente esclarecedor. Antes de encerrar, o Sr. Relator gostaria de fazer uma...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente, eu falei com o Presidente do Banco Central por telefone e fui convidado para ir ao Banco Central amanhã, às 11h. Então, comunicando, se alguém quiser ir, não há o menor constrangimento. Só pra não parecer, amanhã, que eu fui lá e... Fui convidado, falei com ele, depois dessa confusão toda, falei com ele, inclusive já tinha comunicado a V.Exa. Já é público isso. Só estou deixando nos Anais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Amanhã, às 11h. O senhor foi convidado para estar lá.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Para ir lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu, como não fui convidado, não irei. Obrigado.

Está encerrada a reunião.